MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

A

COMUNICAÇÃO SOCIAL

NA

REVOLUÇÃO DOS ALFAIATES

Flávio Valdo
Matos

BAHIA

1971

UNIVERSIDADE DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA
BIBLIOTECA
No. de Tombo 812

TE
MAT.

Universidade Federal da Bahia - UFBA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Esta obra foi digitalizada no
Centro de Digitalização (CEDIG) do
Programa de Pós-graduação em História da UFBA

Coordenação Geral: Carlos Eugênio Líbano Soares

Coordenação Técnica: Luis Borges

2010
Contatos: lab@ufba.br / poshisto@ufba.br

U N I V E R S I D A D E F E D E R A L D A B A H I A

Curso de Mestrado

em

Ciências Humanas

DISSSERTAÇÃO FINAL

Tema: "A Comunicação Social na Revolução dos Alfaiates-

Mestrando: F L O R I S V A L D O M A T T O S

Orientador: Prof. J O S E C A L A S A N S

S A L V A D O R novembro B A H I A

Í N D I C E

Introdução	I
Colônia e atraso cultural	1
A comunicação no Brasil colonial	10
A comunicação na Bahia do século XVIII	26
1798: uma revolução só comunicação	44
Os comunicadores	61
As mensagens dos revolucionários	92
Os perceptores das mensagens revolucionárias	111
Conclusões	122
Glossário	125
Bibliografia	129

"Quando a História, algum dia, abrir seus túmulos, o fedor doe nossos cadáveree ainda bastará para asfixiar o despotismo".

(Georg Buchner, "A morte de Danton", 92 - mas bem que poderia ser a fala de um daqueles quatro baianos que, em 1798, na / Praça da Piedade, morreram na fôrca, por lutarem em defesa do humanismo e da liberdade).

"Aunque los pasos toquem mil anõs este sitio,
no borrarán la sangre de los que aquí cayeron.

Y no se extinguirá la hora en que caísteis,
aunque miles de voces crucen este silencio.
La lluvia empapará las piedras de la plaza,
pero no apagará vuestros nombres de fuego.

Mil noches caerán com sus alas oscuras,
sin destruir el día que èsperan los muertos.

El día que esperamos a lo largo del mundo
tantos hombres, el día final del sufrimiento.

Un día de justicia conquistada en la lucha,
y vosotros, hermanos caídos, en silencio,
estaréis con nosotros en ese vasto día
de la lucha final, en esse día inmenso".

(Pablo Neruda, "Canto General", 262).

I N T R O D U Ç Ã O

1.

Não cabe nas palavras introdutórias a uma dissertação de Mestrado a sofisticação do aparato teórico que povoa o campo da - teoria da comunicação em nossos dias. A própria terminologia carregada de conotações científicas amedronta ou, quando menos, inibe.

Mais bem parece o momento oportuno para, nos limites das pretensões do estudo, dar explicações e pedir desculpas pelas falhas porventura cometidas.

Não por modéstia, as explicações devem ser dadas em razão da natureza do tema e da abordagem. Todas as revoluções, em qualquer tempo ou lugar, não só podem ser estudadas de vários prismas, como suscitam a curiosidade do estudioso em vários ângulos. E se - elas trazem no seu bôjo as marcas das grandes conquistas que contribuem para o desenvolvimento da humanidade, é maior o compromisso e mais justificado o entusiasmo das descobertas. As conspirações exibem os mesmos atrativos por fôrça do parentesco.

A chamada Revolução dos Alfaiates, ou Conspiração Baiana de 1798, não representa um desafio a quem se propõe abordá-la, mas um convite à reflexão. Os historiadores, uns poucos devotados estudiosos, com maior ou menor preocupação científica, fizeram o principal: reviraram arquivos, debruçaram-se sôbre documentos apodrecidos e retiraram os fatos do esquecimento propositado. Deram corpo e vida ao que estava morto. A Revolução dos Alfaiates tornou-se um fato histórico pela sua significação real, inserida entre os movimentos de tendência democrática que precederam a independência.

Mas, cumprindo seu papel, os historiadores não pretenderam dar a palavra final sôbre os múltiplos aspectos do movimento revolucionário de 1798. Nem poderiam fazê-lo, uma vez que a grandiosidade do acontecimento permite uma abordagem, científica ou mesmo artística, por ângulos cada vez mais novos.

A fôrça e a dignidade do tema - e também a seriedade dos historiadores que o abordaram - não tolerariam êsse tipo de imperialismo científico.

O tema é sempre uma porta aberta aos que pretendam criar algo nôvo pela fôrça do humanismo que nêle se contém. Pelo menos era o humanismo, sob o império da razão, que os conjurados baianos de 1798 defendiam e por êle buscavam uma saída para o mundo de injustiça e opressão em que viviam.

2.

O tema já me atraía muito antes de ingressar no Mestrado. Primeiro, pensava em escrever um poema dramático sôbre o destino dos conjurados. Depois, inclinei-me por escrever uma peça teatral, apoiado na substância trágica da história.

Todavia, foi em contato mais familiar com formulações e metodologias científicas na área das ciências humanas, logo no início de minha atividade de mestrando, que decidi fazer uma abordagem ao tema sob o ângulo da teoria da comunicação. Parecia-me que, em sendo um assunto histórico, possibilitava claramente uma abordagem na área da sociologia da comunicação. Discuti inicialmente minha intenção com os Professores Perseu Abramo e Emília Viotti da Costa, que me encorajaram. Depois, foi a vez de apresentá-la ao Professor José Calasans, que destacou alguns aspectos de originalidade em meus propósitos.

Tratei em seguida de recolher o material empírico e levantar a literatura disponível. A sistematização tornou-se possível através dos subsídios teóricos que me iriam fornecer os cursos monográficos de iniciação filosófica, metodologia da pesquisa em ciências sociais, teoria do conhecimento, antropologia e história, ao longo do Curso de Mestrado, reunindo elementos para um estudo interdisciplinar do tema.

3.

Estudados os vários aspectos do tema histórico, com base no material disponível, organizei uma metodologia de trabalho no sentido de selecionar os ângulos que serviam ao meu objetivo científico. O ponto central de minhas preocupações residia na compreensão de que, em realidade, a comunicação constituiu o fenômeno básico pelo qual a conspiração baiana de 1798 se corporificou.

As estruturas de comunicaçao foram realmente a espinha dorsal ao / movimento político-social.

Com base nos documentos históricos e nos estudos dos historiadores, procurei fazer um inventário dos comportamentos de comunicação que presidiram as atitudes e as ações dos conspiradores. E me fixei, nesses aspectos, para sustentar a tese de que a Revolução dos Alfaiates consumiu-se nas relações de comunicação que travaram os seus participantes.

No momento de escrever a disssertação, considerei / necessário desenvolver, primeiramente, um estudo de processo de comunicação no Brasil - Colônia. Em seguida, caracterizei a comunicação na Bahia do século XVIII, para então abordar o tema através dos conceitos e técnicas preconizados pela teoria da comunicação na atualidade.

Dentro dessa ótica, cataloguei os comunicadores do movimento/ revolucionário, seus procedimentos na transmissão de mensagens, o grau de sua influência e os objetivos de suas comunicações, a // partir dos processos comunicativos qúe utilizaram; caracterizei as mensagens produzidas por esses comunicadores, os mecanismos simbólicos que êles manipularam; e finalmente desenvolvi um estudo de público ao definir os perceptores das mensagens transmitidas e os efeitos produzidos.

Agradeço as possibilidades que me ofereceram os estudos do historiador Luís Henrique Dias Tavares, o único que abordou a / matéria histórica levando em conta os aspectos de comunicação que nela se manisfestavam, principalmente no que diz respeito à caracterização dos comunicadores do/ movimento. E certo que outros historiadores - Affonso Ruy e Braz do Amaral, principalmente - atentaram para alguns aspectos, mas sempre de passagem, sem formalizar juízos em tôrno daquilo que me interessava. O Professor Luís Henrique, se bem que fôssem essencialmente históricas suas preocupações - determinar pontos fundamentais dos fatos sucedidos na Bahia em 1798 -, ao contrário, formulou problemas que mereciam um aprofundamento no campo específico da teoria da comunicação. Seus livros e suas idéias me foram muito úteis.

No primeiro e segundo capítulos, procurei demonstrar o bloqueio que exeroeu sistema colonial português, como qualquer estrutura colonialista naquêles moldes, ao desenvolvimento da comunicação e da cultura no Brasil. Assinalei as técnicas de axfixia do pensamento e de congelamento da linguagem utilizadas. No terceiro capítulo, analisei a sociedade baiana do século XVIII como autêntica sociedade de visinhança de predomínio de relações primárias, onde a comunicação se produzia e se projetava na fôrça da oralidade, apesar da ocorrência de técnicas secundárias de comunicação, como a escrita, de circuito bastante limitado.

Os capítulos restantes dediquei ao estudo dos processos de comunicação que se operaram no curso da conjuração, analisando as técnicas utilizadas e seus resultados, e às minhas conclusões.

4.

Como abordava um tema que possui muitas peculiaridades, e manipulava conceitos científicos ainda pouco difundidos, apesar de a comunicação se constituir numa moda intelectual contemporânea, resolvi incluir um glossário, ao final da dissertação, dos têrmos técnicos mais utilizados, para subsidiar a leitura e evitar, porventura, interpretações dúbias na área da terminologia. Isso pareceu aconselhável menos por presunção do que pelo fato de muitos dêsses têrmos possuírem significações variadas no uso normal, em certas circunstâncias.

O glossário é mais um instrumento para avaliar a propriedade das formulações teóricas e da aplicação de conceitos a questões específicas enfocadas pelo ângulo da teoria da comunicação.

5.

A bibliografia reunida foi dividida em três faixas: uma / específica, compreendendo textos básicos relacionados com o assunto da dissertação - a Revolução dos Alfaiates; uma geral, reunindo uma série de autores cujos livros servem de suporte ao estudo de vários aspectos do tema; e uma comunicação, arrolando uma série de livros especializados questões de comunicação e linguagem, // com os quais se reuniu material para suporte teórico dos pontos de

vista sustentados ao longo da dissertação.

Reconheço que poderia alinhar um número maior de títulos mas considerei que êstes respondiam à curiosidade de algumas de minhas indagações principais. Isso é válido para a bibliografia geral a a de comunicação, mas não para a bibliografia específica, uma vez que a literatura relativa à Revolução dos Alfaiates ainda permanece bastante escassa, em vista do desinterêsse de muitos estudiosos, principalmente historiadores, para com o tema. Os que se / preocuparam com êle são ainda muito poucos, para a importância político-social do movimento de 1798 na História do Brasil.

6.

Finalmente, considero um dever intelectual manifestar meu agradecimento ao Professor José Calasans, que foi meu orientador para esta dissertação, conforme as normas do Mestrado, com quem discuti vários aspectos do assunto na sua problemática histórica, e dêle obtive atenção, boa-vontade, tolerância e vários seminários e conversas informais, sôbre êste e outros assuntos.

No mais, espero alcançar a tolerância dos que lerem êste trabalho, que tem mais de intenção exploratória, do que de pensamento abalizado sôbre tão grandioso e palpitante tema, mesmo porque, se me não engano, o assunto jamais foi abordado dessa maneira.

COLONIA E ATRASO CULTURAL

As relações impostas por Portugal, através de um sistema institucionalizado de dominação, influenciaram enormemente o desenvolvimento das comunicações no Brasil Colonial, até os anos da independencia.

A sociedade colonial exibiu um amplo painel de contradições que eram o reflexo do atraso de Portugal com relação ao progresso industrial de outras nações da Europa. A comunicação era predominantemente oral e, para isso, contou a resistência da Coroa portuguêsa em transplatar para a Colônia os resultados de muitas conquistas industriais, especialmente aquelas consolidadas na aplicação das artes gráficas, como a Imprensa.

A tradição de oralidade que marcou a produção cultural de quase todo o Brasil-Colônia, e se tornou uma característica dos comportamentos de comunicação do brasileiro até o presente, parece ter-se originado das dificuldades que a população enfrentou no que diz respeito a o acesso aos produtos da cultura que faziam a grandeza de vários países europeus, cujas técnicas começaram a se desenvolver até mesmo no Reino, apesar de tardiamente.

Portugal conheceu relativamente tarde o efeito multiplicador das mensagens, através da fôrça mágica da invenção da Imprensa e do seu principal produto - o livro. Numa evidente contradição com a grande energia de vontade que o impeliu para a realidade épica dos descobrimentos, que nasciam da necessidade de expansão do capital comercial, razão de ser da nova classe burguesa em ascenção, cêdo Portugal implantou formas de contenção rígida do processo de desenvolvimento cultural, pela censura aos livros que então se produziam.

Grande parte dos livros que se escreviam no século XVI, antes de vir à luz pela forma gráfica, morria nas mesas de censura impostas, seja pela Igreja, seja pelos tribunais da Inqui

sição, ou mesmo do próprio poder régio. Até fins do século XVIII, perdurou essa mentalidade de inspiração nítidamente feudal.

O livro constituia-se num veneno terrível. Não pelo seu aspecto material, resultado do aperfeiçoamento da tipografia, a partir da gravura sôbre madeira, por Coster e Gutemberg, no século XV, mas pelos conteúdos que difundia. NELSON WERNECK SODRE resumiu êsse estado de espírito da inteligência feudal portuguesa num parágrafo:

"Estavam, em Portugal, sujeitos os livros a três censuras: a episcopal, ou do Ordinário, a da Inquisição, e a Régia exercida pelo Desembargo do Paço, desde 1576, cuja superioridade firmava-se nas Ordenações Filipinas, que proibiam a impressão de qualquer obra" sem primeiro ser vista e examinada pelos desembargadores do Paço, depois de vista e aprovada pelos Oficiais do Santo Oficio da Inquisição". A partir de 1624, os livros dependiam das autoridades civis para serem impressos, isto é, das autoridades reconhecidas pelo Estado, entre as quais, para êsse fim, estavam as da Igreja; mas dependiam ainda, para circularem, da Cúria romana. Pombal, em 1768, encerrou êsse regime, substituindo-o pelo da Real Mesa Censória, que vigorou até 1787. Ora, se na metrópole feudal essas eram as condições, fácil é calcular quais seriam as que imperavam na colônia escravista, particularmente depois do advento da mineração, com o arrôxo que deu à clausura" (" A História da Imprensa no Brasil", 12).

Na Colônia, o livro, ou quaiquer outro tipo de material impresso, era coisa rara. As comunicações se operavam, em larga escala, por processos diretos, ao nível da comunicação interpessoal, limitada no tempo e no espaço, e, em círculos muito restritos, por processos indiretos, formalizados nas técnicas da escrita não impressa. Considerando a extensão

territorial e os poucos núcleos pelos quais se distribuia a população de colonos, é fácil concluir que a comunicação no Brasil colonial vegetava pelos espaços de um infindável deserto, onde a oralidade estabelecia seu império.

Isso decorre da posição de Portugal em relação à própria colônia que implantou. Seus objetivos eram essencialmente econômicos e, por isso mesmo, a atividade colonizadora se resumiu desde o início em montar um sistema que facilitasse a exploração das possibilidades do território descoberto, em cuja posse se investiu, para desenvolvimento da economia mercantil que dominava êsse período, fazendo da colônia uma fonte inesgotável de fornecimento de determinadas matérias-primas para a Metrópole, especialmente aquelas que a colocavam numa posição vantajosa perante nações concorrentes na disputa de mercados.

Essa ótica do processo econômico presidiu a quase totalidade das relações entre a Metrópole portuguesa e sua Colônia na América, decorrendo daí uma série de privilégios que se mantinha através do monopólio do comércio. A natureza da empresa colonial está aliada a mecanismos administrativos cujo objetivo único é tornar cada vez mais rígido êsse monopólio de comércio com a colônia e eternizar os privilégios da elite dominante do Reino.

Os benefícios advindos dessa política para a burguesia mercantil tornam-na mais sólida e mais forte, e fazem da colônia um território dispensável à ganância dos cofres metropolitanos.

"O monopólio do comércio das colônias pela metrópole define o sistema colonial porque é através dêle que as colônias preenchem sua função histórica, isto é, respondem aos estímulos que lhes deram origem, que formam a sua razão de ser, enfim que lhes dão sentido. E realmente, reservando a si com

exclusividade a aquisição dos produtos coloniais, a burguesia mercantil metropolitana pode forçar a baixa dos seus preços até ao mínimo além do qual se tornaria antieconômica a produção ; a revenda, na metrópole ou alhures a preço de mercado, cria uma margem de lucros de monopólio apropriada pelos mercadores intermediários: se vendido no proprio mercado consumidor metropolitano os produtos coloniais, transferem-se rendas da massa da população metropolitana (bem como dos produtores coloniais) para a burguesia mercantil; se vendidos em outros países trata-se de ingresso externo, apropriado pelos mercadores metropolitanos" (FERNANDO A. NOVAIS, "O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial", in "Brasil em Perspectiva", 60).

Nenhum outro interêsse estava presente, além da exploração mercantilista, em nível de monopólio comercial. A realização dessa meta, inclusive, foi muito fácil, uma vez que Portugal, ao contrário dos espanhóis na exploração de suas colônias americanas, não teve de fazer inversões de recursos em setores diversos, como os de ordem cultural, além daqueles mecanismos destinados a facilitar o funcionamento do aparelho colonizador, de base estritamente comercial.

É sabido que Portugal, ao iniciar sua emprêsa colonial no Brasil, encontrou populações indígenas formando comunidades primitivas que se distribuíam ao longo do litoral em situação de comovente atraso social, e cultural, enquanto os espanhóis, no Peru e no México, defrontaram-se com culturas bastante avançadas , como a inca e a azteca, tornando-se necessário a adoção de mecanismos especiais com vistas à competição e à superação.

A colonização portuguesa não enfrentou resistências que impedissem o êxito da emprêsa agrícola que se implantou ao

longo do litoral da terra descoberta. Se houve dificuldades iniciais à ocupação, estas foram superadas em face do estágio de desenvolvimento cultural das tribos indígenas que povoavam o litoral e que viviam na idade da pedra lascada. Uma estratégia de ocupação relativamente bem montada facilitou a colonização. Inexistindo uma cultura autóctone capaz de entrar em conflito com aquela de que era portador o elemento colonizador, a situação de início foi resolvida pela simples destruição física do oponente - o índio inculto e miserável, ineservível para o sistema de trabalho que seria estabelecido.

Os jesuítas, pelo instrumento da catequese, desempenharam a função de destruir as pobres manifestações da cultura dos indígenas, que se submetiam ao jugo e eram utilizados como fôrça de trabalho. A cultura existente, de tão frágil, não compelia à adoção de mecanismos culturais mais complexos. Não foi isso que ocorreu com os espanhóis no restante da América.

"A situação na zona espanhola foi inteiramente diversa: os europeus que ocuparam as suas áreas nelas encontraram culturas avançadas que, inclusive, conheciam a mineração e aproveitavam os metais preciosos. Êles eram preciosos, para astecas e incas, não pelos mesmos motivos que fascinavam os europeus da fase mercantil, mas por outros, intimamente ligados à cultura que tais povos conheciam. Não se tratava de comunidades primitivas, na idade da pedra lascada, como no Brasil, mas de culturas já em nível adiantado de complexidade. Essas culturas precisavam ser destruídas e substituídas, sob pena de graves riscos para a ocupação, tanto mais que os elementos locais com prática na mineração constituiam ali a fôrça de trabalho necessária à retirada do ouro e da prata que o mercantilismo colocava em destaque" (NELSON WERNECK SODRÉ, HIB, 13).

Os portugueses não necessitaram de implantar instrumentos de sua cultura para enfrentar e substituir a cultura nativa, ——————→

como tiveram de fazer os espanhóis, ao desenvolverem sua empresa colonial no Peru e no México, principalmente. A catequese se fazia sem qualquer resistência maciça, e por isso, não se estabeleceu uma política de escolarização do índio, ponto de vista que valeu também para a massa rural e urbana, que não conheceu instituições de ensino em nível superior, nem meios de difusão em escala de imprensa, por todo o período da Colônia.

Os produtos culturais permitidos pela revolução da Imprensa na Europa só estavam ao alcance de minorias rígidamente estratificadas, como os sacerdotes e freiras, os elementos da alta administração, o restrito grupo de letrados e os muito ricos . As garras afiadas da censura, em todos os seus níveis, impediam rigorosamente a circulação de livros e outros impressos.

A opinião pública da colônia se expressava pela fôrça da oralidade, sujeita às mais variadas formas de repressão, quando, desobediente às regras da dominação, ameaçava de alguma maneira o estatuto colonial vigente. A Colonia por princípio teria de ficar imune a quaisquer influências provenientes de idéias porventura exportadas por outras potências também colonizadoras, como Espanha, Países Baixos, França e Inglaterra , onde se operavam transformações sociais e culturais de grande parte, até o raiar do século XIX.

O sistema monopolista de operação econômica, estritamente comercial, resguardava a colônia da iminência de tais perigos.

Dêsse contexto de limitações e arrôcho, desabrochou grande parte das contradições básicas que alimentaram a ideologia dos movimentos de tendência emancipacionista, que deflagraram durante o período colonial, despertando consciências, e que provocaram modificações no estatuto político, durante a colonia, e até depois dela.

Essas contradições só fizeram aprofundar-se,a partir de determinada fase da administração colonial, agravadas pelas sucessivas crises econômicas, que tinham origem no acirramento da competição internacional entre as potências. As grandes tarefas da colonização, compreendendo a necessidade de ocupação total do território, de um lado, e os mecanismos para funcionamento lucrativo da emprêsa agrícola e comercial, de outro, compeliram Portugal à adoção de políticas sutis com o propósito de acomodar as situações. Tudo isso funcionava como mero paliativo, porque as crises econômicas acabavam por redundar em crises políticas.

Tais crises, que começaram a manifestar-se já desde a separação entre colonos e indígenas, como decorrência da tradição divisionista imposta pela Metrópole, em têrmos econômicos, administrativos e culturais, tiveram o seu palco de floração e frutificação no século XVIII. A administração colonial constituiu-se numa tessitura espêssa de privilégios e discriminações. A aparente placidez dos dois primeiros séculos , como diria NELSON WERNEK SODRÉ, cedo cedeu lugar às cisões, que se tornaram cada vez mais profundas na segunda metade do século XVIII. O formidável ônus do poderoso aparelho administrativo, que pesava sôbre a população, tornou-se responsável pelas dissidências mais profundas. Os conflitos da ordem econômica repercutiam no plano político. O contrôle administrativo tornava-se cada vez mais insuficiente, e o monopólio de comércio começava a exibir brechas.

O quadro das contradições apresentava-se cada vez mais nítido, com as discriminações acentuadas na área do comércio do açúcar, do algodão, do ouro. As dissidências vieram primeiro com a recusa dos colonos em continuarem como mandatários da Metrópole - luta de fôrças internas contra o poder colonizador; depois adviria a luta entre fôrças internas - a dos

proprietários contra os não proprietários. O regime do trabalho escravo constituia-se a base dessa segunda contradição.

Enquanto outras nações evoluiam para a livre competição empresarial, como determinação histórica do espírito de uma nova classe, a burguesia - e a expansão capitalista cimentava uma nova ética, Portugal debatia-se entre as formas de uma estrutura feudal. A revolução industrial, azeitada pelo uso da máquina, lançava a Inglaterra para um outro destino histórico, distanciando-a de forma acelerada de outras nações européias. Portugal continuava entorpecido, e a Colônia em situação muito pior.

Isso produziu na Colônia reflexo de grande monta.

"A composição das fôrças, no quadro internacional, apresenta a contradição entre a expansão capitalista inglêsa e a resistência monopolista - feudal luso-espanhola. Ela é, na realidade, um aspecto particular da contradição geral entre a expansão capitalista capitaneada pela Inglaterra e a resistência feudal dominante nos países europeus continentais. No quadro colonial americano, a contradição se opera entre:

Os proprietários coloniais dos meios de produção, de um lado, e a Metrópole, que domina a circulação, de outro lado; os proprietários dos meios de produção, de um lado, e os não proprietários daquêles meios, de outro lado" (NELSON WERNECK SODRÉ, "Formação Histórica do Brasil", 170).

O aprofundamento das crises e o acirramento dos conflitos tornaram-se a tônica nos finais do século XVIII, gerando movimentos políticos, que eram violenta e cruelmente reprimidos, mas não de todo extirpados em suas causas. A ordem econômica e social explodia em crises; a aparente placidez antiga, mantida sob o manto das acomodações, despia seus disfarces. A rebeldia instaurou-se nos espíritos como uma vocação colonial, já agora não mais dos senhores de terras e de escravos contra

a metrópole, apenas, mas de outras classes da população contra o jugo do colonialismo.

Todavia, a grande luta se travaria mesmo entre os que comandavam a produção na colônia e a Metrópole, apoiados pelas externas que organizavam um novo mercado mundial para os produtos coloniais e preconizavam outro sistema de produção para a ordem econômica. As outras lutas foram decorrência do avanço progressivo desta. O monopólio comercial era uma barreira que deveria ceder a qualquer custo, no interêsse dos proprietários da colônia. Mas, o trabalho escravo era outro empecilho que apresentava situações delicadas . A êle se apegavam os proprietários coloniais, e essa era uma contradição incontornável.

"As fôrças internas, isto é, a classe senhorial dominante, estava interessada no comércio livre, mas não estava interessada no trabalho livre . As fôrças externas estavam interessadas em ambos" (N. W. SODRÉ, FHB, 173).

A COMUNICAÇÃO NO BRASIL COLONIAL

O sistema de dominação que a Metrópole implantou na Colônia, formalizado numa grande teia de expedientes politico-administrativos, foi responsável pelo obscurantismo em que estiveram mergulhadas grandes parcelas da população colonial, nos três primeiros séculos, e mesmo depois da independencia.

O fluxo da informação, não apenas por razões históricas, se operava num índice muito baixo, inclusive nas áreas de relativa densidade populacional para a época. Isso se deveu principalmente à atitude refratária da Metrópole portuguesa a inúmeras mudanças que se operam na ordem social da maioria dos países europeus. Apesar de se firmar no plano internacional como uma nação de comerciantes, desde os descobrimentos, Portugal deixou de assimilar produtivamente certas conquistas do espírito humano que decorreram da revolução comercial. Uma delas foi a invenção da Imprensa, responsável pela difusão da gigantesca produção intelectual do Renascimento. Por injunções de ordem social e econômica, Portugal também permaneceu refratário, séculos depois, às conquistas da revolução industrial. E com êle, mas em situação muito pior, a Colônia do Brasil.

Entre 1450 e as primeiras décadas de 1800, ocorreram profundas modificações no quadro da comunicação humana. Depois de milhares de anos sob o império da escrita, pela qual o

homem conseguiu fixar num suporte independente o produto de sua comunicação, materializando-a e protegendo-a de deformação, o espirito humano, reunindo habilidades e materiais, abriu seu destino para a era moderna. A partir da velha prensa de vinho européia, usando tipos móveis de metal fundido, papel, tinta, caligrafia e xilografia, o homem inventou uma máquina cujo objetivo era a reprodução da escrita; o homem inventou a Imprensa e, com ela, o livro.

"A diferença entre a comunicação antes e depois de 1450 se resumia no fato de que o homem construíra afinal uma maquina eficaz para duplicar a comunicação entre as pessoas" (WILBUR SCHRAMM, in "Meios de Comunicação de Massa", 67).

Tanto quanto a invenção da escrita, que permitiu a ciência histórica, a invenção da imprensa constituiu-se num salto extraordinário da evolução intelectual do homem.

Além de assegurar de início a difusão do conhecimento humano, a imprensa possibilitou a aceleração do fluxo de informações entre os indivíduos, fora do circuito da comunicação oral e da escrita. O nôvo engenho tornou a vida social do homem um assunto público, refletida nos livros, nos almanaques, nos folhetos, primeiramente, e por último no jornal, a partir da terceira década de 1600. A sociedade humana, pela primeira vez, entrava em contato com as novidades do homem, e fazia delas substância de sua dinâmica.

A velha prensa de vinho, de ação manual, prestou serviços durante quase três séculos à humanidade, até que fosse dado um nôvo salto, que aumentaria de muito a rapidez das comunicações, pelo acréscimo de uma nova fôrça, que a revolução industrial iria permitir nas primeiras décadas de 1800.

" O vapor - e mais tarde a eletricidade - substituiu os músculos do homem. Era o mesmo velho prelo, mas trabalhava mais depressa; o mesmo produto, porém em maiores quantidades.

O aspecto emocionante da fôrça acrescentada ao prelo foi ter chegado exatamente na ocasião em que se fazia necessário para atingir as massas de novos eleitores. Aos que não sabiam ler, oferecia um incentivo fácilmente visível para aprender a ler, e assim se viu íntimamente associada ao desenvolvimento da educação pública" (SCHRAMM, idem, 69).

Por incrível que possa parecer, as linhas dessa evolução e seus efeitos foram quase inteiramente desconhecidas da Colônia portuguesa na América, que não conheceu a Universidade, a imprensa, a educação em larga escala. Não produziu a palavra, impressa limitando terrivelmente o uso da língua, bloqueando o fluxo de informação entre os homens .

Permeiam precisamente 358 anos, entre a invenção da imprensa em Mogúncia (Alemanha) e o funcionamento do primeiro prelo tipográfico no Brasil: em 31 de maio de 1808 saía o ato real que autorizou a imprensa régia, de onde sairia, meses depois(10 de setembro), o primeiro número do primeiro jornal brasileiro - a "Gazeta do Rio de Janeiro". Houve duas tentativas anteriores - uma em 1706 e outra em 1746 -, mas ambas foram imediatamente sufocadas por ordem expressa da Corôa, que proibiu a impressão de livros e avulsos e ainda confiscou o equipamento tipográfico. Efetivamente, da última tentativa, a cargo de ANTONIO ISIDORO DA FONSECA, restou um documento de 17 páginas - a"Relação da Entrada do Bispo ANTONIO DO DESTERRO MALHEIRO", de ANTONIO ROSADO DA CUNHA, tido historicamente como o primeiro folheto que saiu no Brasil em letra de fôrma, e também seu primeiro relato jornalístico.

A Colônia não conheceu a imprensa nem mesmo sob a dominação dos holandeses, apesar dos esforços de Nassau e de seu espírito burguês. A razão maior do impedimento, conforme assinala NELSON WERNECK SODRÉ, residia no fato de que "o escravismo dominante era infenso à cultura e à nova técnica de sua difusão".

É digno de nota, mas não de assombro, que assim aconte cesse, quando se sabe que a invenção da máquina de imprimir, como um sol que iluminaria um amplo horizonte, espalhou-se por vários países da Europa, nos decênios seguintes a 1450, alcançando proeminência já no século XVI. Mas a Colônia do Brasil ficou infensa a qualquer mudança na ordem da comunica ção.

Parece oportuno indagar se em Portugal as coisas se pro duziram dessa maneira. Sabe-se que Portugal, ainda no século XVI, conheceu a arte da tipografia, influenciada pelo que o corria em outros países , inclusive a Espanha, e sob a forma de relatos ingressou na era da comunicação impressa. Os Lusía das são um exemplo.

"Tal qual a Espanha, mas quantitativamente menor, por ra zões conhecidas, a literatura portuguesa do século XVI, prin cipalmente, está recheada de livros que no todo ou em parte são excelentes relatos do que de notável acontecia ou teste munharam seus autores ou conquistadores" (MARCELLO E CIBELLE de Ipanema, "História da Comunicação", 91).

Embora os autores não citem, parece que "as razões conhe cidas" eram a fôrça econômica e política e a maturidade cultu ral da Espanha.

Porém, a evolução não foi rápida em Portugal, pois só veio a conhecer seu primeiro jornal, sob a forma de periódi co, no século XVII, a Gazeta, que durou até 1647, depois de editar-se por um período de seis anos. Depois disso, ainda nêste século, Portugal só editou um jornal - o Mercúrio Por tuguês, que circulou àpenas durante quatro anos. Por todo o século XVIII, até a primeira década de 1800, apenas surgiram em Portugal cinco títulos de periódicos, inclusive a Gazeta de Lisboa, feita à imagem da Gazeta, de Théophraste Renaudot, na França, o primeiro jornal a se editar no mundo (1631).

Pelo visto, a comunicação imprensa não encontrou campo fácil em Portugal. Os motivos disso se devem a um aspecto singular da imprensa: constituiu-se ela no principal instrumento que iria libertar o espírito humano da ordem teológico-feudal, dando à cultura um impulso humanístico antes não conhecido. Começou com uma grande missão: a difusão do conhecimento humano em ampla escala, numa época em que o mundo experimentava profundas transformações históricas.

Os portugueses, como os espanhóis, foram protagonistas destacados dessas mudanças, com os descobrimentos e o conhecimento da ciência náutica, mas não avançaram muito, com relação a outras potências, no curso dos séculos seguintes. A sociedade portuguesa não acompanhou as grandes transformações produzidas pela revolução comercial.

Isso se deve a que, depois das fulgurações épicas dos descobrimentos, Portugal se mostrou incapaz de acompanhar a evolução da burguesia, consubstanciada na expansão do capital comercial, e, cêdo, passada a febre das conquistas, sofreou a sua arrancada, recuou e se reinstalou no sistema teológico-feudal, cuidando principalmente da espoliação colonial e reagindo com cêga determinação à realidade da conjuntura histórica.

A Colônia do Brasil sofreu enormemente os efeitos dêsse retrocesso português no seu desenvolvimento, econômico, político e cultural.

Em virtude de tais circunstâncias, não se cultivou a informação durante todo o período colonial. A falta de instrumentos de difusão tornou a cultura restrita, privilégio de um reduzido número de pessoas, que assim mesmo ainda estavam sujeitas ao crivo de censura que as instituições do sistema colonizador lhes impunha. De início, apesar da operação catequética, não houve interêsse de alfabetizar os índios, uma

vez que o propósito básico era utilizá-los como fôrça de trabalho apenas. As levas de negros que chegavam sucessivamente da África para o exercício do trabalho escravo continuariam ignorantes como vieram, sem ser jamais objeto de qualquer preocupação cultural.

A Coroa portuguesa - e também a espanhola, no período em que Portugal esteve sob domínio da Espanha - não se preocupou na montagem de nenhum projeto educacional de vulto. Não se cuidou senão dos valores culturais, tradições e heranças, de que eram portadores índios e negros, arregimentados para o trabalho servil, como escravos ou como semi-escravos, a depender da natureza de sua incorporação no sistema produtivo. Tudo isso desenvolvido sob o signo da violência como se fazia necessário aos olhos do colonizador, preocupado apenas com os resultados da emprêsa comercial que implantara dêste lado do Atlântico.

O papel do índio, que não se adaptava à emprêsa agrícola pela sua própria condição, chegou mesmo a ser reconhecido em outros empreendimentos - e até exaltado -, como no caso da construção urbana. É o que se depreende da seguinte passagem:

"O brasilíndio, ao contrário do que se esperava, prestou um auxílio por assim dizer decisivo à edificação desta Cidade do Salvador. Colaborou, cooperou por todos os meios e modos possíveis. E, ainda, constantes, diligenciosos, obedientes. Ou como escreveu SIMÃO DE VASCONCELOS "liberais, engenhosos, magnânimos, e dadivosos", virtudes que fizeram o próprio Anchieta reconhecer, depois: "os índios por si mesmos edificaram para nosso uso esta casa" (ALBERTO SILVA, "A Cidade de TOMÉ DE SOUZA", 62).

Nenhum esfôrço foi feito para melhorar a condição cultural, já que a social estava subordinada ao regime da escravidão, e era dela decorrente, do índio e do negro, raças

que com o branco europeu formarão o trinômio básico da estrutura da sociedade colonial. A educação foi mesmo uma prática a serviço apenas de minoria reduzidíssima. O grôsso do aglomerado heterogêneo de raças não se beneficiou de qualquer iniciativa que visasse à melhoria de seu status cultural.

"Três raças e culturas largamente díspares, de que duas, semi-bárbaras em seu estado nativo, e cujas aptidões culturais originárias ainda se sufocaram, fornecerão o contingente maior; raças arrebanhadas pela fôrça e incorporadas pela violência na colonização, sem que para isso se lhes dispensasse o menor preparo e educação para o convívio em uma sociedade tão estranha para elas; cuja escola única foi quase sempre o eito e a senzala" (CAIO PRADO JÚNIOR, "Formação do Brasil Contemporâneo", 340).

Alheia às transformações que se operavam no continente europeu, por fôrça da ascensão da nova classe burguesa, a Colônia não se interessou por cultivar expedientes que favorecessem o intercâmbio de conhecimentos no seio de sua população. A educação do espírito era primazia de grupos específicos, e a troca de informações se limitava à satisfação das necessidades básicas da convivência social. Êsse tipo de comportamento se refletiu no próprio processo de formação da cultura brasileira, que sempre foi heterogênea e dispersiva.

O evidente desinterêsse da Metrópole em desenvolver o uso de técnica de difusão de mensagens, limitando assim o fluxo de informações, determinou que o uso da escrita se tornasse restrito, e com isso o intercâmbio de idéias. A população colonial, com a exceção dos reduzidos grupos que tinham acesso aos veículos de cultura, representava um contingente espêsso de indivíduos, cujo sistema de comunicação se fundava no intercâmbio de estados mentais e emocionais, por meios básicamente orais.

Entre os fatores que influíram para isso podem ser alinhadoe a quase nenhuma resistência que as culturas índia a negra ofereciam à cultura dos colonizadores, tornando desnecessária a adoção de procedimentos culturais de maior expressão por parte dêstes, o baixo nível tecnológico com que se desenvolviam as atividades produtivas. Mesmo depois que se estabeleceram novas condições políticas e sociais, a partir do século XVII, a colônia não conheceu os passos evolutivos que culminaram na revolução industrial em vários países da Europa. O primarismo técnico das atividades produtivas montadas no regime da escravidão não exigia maior sofistificação às formas de aprendizado.

Por processos orais distribuia-se a aprendizagem dos ofícios em geral, especialmente aqueles que eram ocupação própria das classes mais baixas, na faixa do artesanato, que tinha a tenda como principal centro difusor.

A indústria do período colonial não passava de um catálogo limitado de produtos que se consumavam através de operações caseiras. As profissões eram poucas e, assim mesmo, em sua maioria, restritas às atividades dos artesãos. As restrições da ordem econômica se projetavam no processo industrial, reduzindo enormemente as opções profissionais.

A colônia se resumia numa sociedade de artesãos, que viviam sob a vigilância da autoridade, sufocados por alvarás e ordens régias proibitivas de qualquer expansão e, em muitos casos, ceifadoras das potencialidades existentes.

Frequentemente, essas medidas do poder colonizador atingiam um sem-número de atividades em vários ramos, produzindo o fechamento de fábricas e suprimindo profissões. Tudo o que constituisse ameaça aos produtos industriais da Metrópole era objeto de proibições drásticas ou de limitações, muitas vezes

sem disfarces dos motivos que as determinavam.

> " Tais medidas decorrem do conceito, adotado pelas nações colonialistas, que julgam que a função da colônia é de fornecer a matéria-prima e receber, em troca, os produtos manufaturados. Providências protecionistas que também, muitas vezes, se estenderam às emprêsas comerciais da Metrópole em detrimento das atividades mercantis mantidas pelos colonos em ultramar" (P. PEREIRA DOS REIS, "O Colonialismo Português e a Conjuração Mineira", 49).

O espírito português foi, com relação ao Brasil, nêste sentido, muito coerente: desde cêdo começou a espalhar sôbre a colônia uma rêde de proibições às atividades industriais, como é o caso da carta régia de 12 de março de 1590, que proibiu a plantação e cultura de vinhas. Depois, até 1788, a colônia só conheceu proibições nesta área, para proteger a produção industrial da Metrópole que, naturalmente, tinha a colônia como um de seus principais consumidores. A quase totalidade de fabricas e manufaturas que operavam na Colônia foi objeto de restrições, "por moderação ou pela violência", como era o caso da carta régia de 1766 proibindo o oficio de ourives nas Capitanias de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, fechando ainda as oficinas que operavam com prata e ouro.

Aliás, abrindo um parêntese, êsse espírito do colonialismo pode ser observado até nos nossos dias, apesar dos disfarces históricos, quando nações poderosas procuram manter outras na mera condição de fornecedores de matérias-primas e limitam por vários meios sua capacidade de expansão industrial, que seria o caminho da emancipação econômica. E há mesmo dentro dessas nações colonizadas os que defendem os interêsses contrários a essas nações, favorecendo as economias colonizadoras.

No Brasil colônia, Portugal não abriu mão de seus privilégios em todas as escalas.

E como assim se processava na esfera econômica, o aprendizado profissional sofreu excessivas limitaçõee. Isso constituia uma particularidade dentro de um universo bem maior - as limitações na esfera da cultura .

Os portugueses impuseram fortes restrições ao desenvolvimento da cultura na colônia, a começar pelo ensino. As trocas orais predominaram, e não poderia ser de outra maneira, quando se sabe que Portugal não se interessou jamais por desenvolver um sistema educacional na colônia, que não conheceu a escola pública. Dêsde o inicio, até a época das expulsões pombalinas, em 1759, os jesuítas detiveram a função de educar.Esse monopólio do ensino jesuítico limitava-se a dois objetivos : despertar e recrutar vocações sacerdotais no seio da juventude e promover a catequeses dos pagãos. Apesar de tudo essa organização escolar, depois de extinta, não encontrou nada que a substituisse, e o fim do século XVIII foi um marasmo, do ponto de vista do ensino. A juventude também sofreu os efeitos da falta de universidade na colônia, pois só conseguiam obter conhecimentos em nível superior os que, possuindo condições econômicas, membros de famílias abastadas, na maioria das vezes, ou beneficiários das sinecuras administrativas, rumavam para a Europa. A Universidade de Coimbra era o principal centro de convergência, por motivos óbvios.

"Havia um pavor português às atividades e progressos intelectuais nas colônias, porque os letrados eram, em potencial, revolucionários falando e escrevendo sobre fatos e coisas da terra onde nasceram, daí as manisfestações literárias, em prosa e verso, do fenômeno chamado nativismo que deveria, num processo histórico, culminar, mais tarde, com o Brasil inde

pendente, sob a forma mais definida e melhor caracterizada do patriotismo" (PEREIRA DOS REIS, op. cit., 65).

A colônia não conheceu nem a imprensa nem a universidade, e as sociedades literárias, quando toleradas, quase não podiam funcionar, vítimas das mais diferentes suspeitas (a maioria de conteúdo político), e eram até mesmo fechadas com violências e prisões. Desfechava-se contra elas terrível perseguição política pelo simples fato de que seus membros liam livros tidos como perigosos pelo aparelho institucional conservador.

"O alvará de 20 de março de 1720 não permitia a impressão de livros na Colônia para proteger as editoras da metrópole, dificultando, pela falta de tipografias, a difusão e o progresso da cultura brasileira".

"Livros só chegavam, por contrabando, vendendo-se na Colônia, em todo o século XVIII, apenas catecismos, tabuadas e cartilhas.

Mas, assim mesmo, lia-se, com o gosto exacerbado pela proibição, obras de enciclopedistas e filósofos franceses, importadas clandestinamente" (PEREIRA DOS REIS, op. cit.,66).

As trocas intelectuais foram altamente prejudicadas por essa mentalidade proibitiva e punitiva. Os historiadores literários, como JOSÉ VERÍSSIMO e NELSON WERNECK SODRÉ, situaram muito bem as deficiências que marcaram o inicio das atividades culturais no Brasil, e principalmente as dificuldades ao aparecimento de vocações literárias no período colonial. Fora do círculo restrito dos religiosos, especialmente dos membros da Companhia de Jesus que monopolizavam a operação cultural, quase que não havia quem se voltasse para uma vida de estudos.

A inexistência de vida urbana que agremiasse e estimulasse as preocupações do espírito tornava ainda mais difíceis as

atividades culturais. A sociedade dividida básicamente entre proprietários e massa escrava não possuia intenções outras que não fôssem a exploração e a ostentação. As poucas confrarias literárias que se organizaram sobreviviam (ou vegetavam) pelo beneplácito da classe dominante e, no quadro geral, funcionavam como mero ornamento sustentado pelo mecenato das casas ricas e das instituições do poder colonial, oferecendo como contraprestação o louvor, quando não uma lealdade invertebrada.

Em razão da natureza do próprio processo da colonização, era marcante a pobreza mental da maioria dos habitantes da colônia. Não havia ambiente para o desenvolvimento de uma cultura. As levas de portuguêses que para aqui vinham possuiam geralmente um nível de qualificação social desestimuladora de qualquer pretensão no terreno cultural.

"Salvo exceções diminutas, êsse português pertencia às classes inferiores do reino, e quando acontecia não lhes pertencer pela categoria social, era-o de fato pelas condições morais e econômicas. Soldados de aventura, fidalgos pobres e desqualificados, assoldados de donatários, capitães-mores e conquistadores, tratantes ávidos de novas mercancias, clérigos de nenhuma virtude, gente suspeita à política da metrópole, além de homiziados, degradados, eram, em sua maioria, os componentes da sociedade portuguêsa para aqui transplantada... Ao contrário do que passou na América inglêsa, excetuando algum eclesiástico ou alto funcionário, quase não veio para o o Brasil nenhum reinol instruído, e ainda incluindo êstes pode dizer-se que no primeiro século da colonização não houve aqui algum representante da boa cultura européia dessa gloriosa era". (José Veríssimo, citado por N. Werneck Sodré, in "História da Literatura Brasileira", 54).

Se no século XVI quase não houve, nos dois séculos seguintes o que houve, se bem que ainda muito pouco, sofreu to

[redacted]das as limitações e censuras impostas pelo poder colonizador.

As confrarias literárias se embriagavam e afundavam no elogio mútuo, e aos poderosos que lhes davam status cultural. Os jesuítas cuidavam da catequese e de desenvolver a ratio studiorum nas suas escolas de "ler, escrever e contar". O restante da população, afora os elementos do corpo administrativo, dissolvia-se numa infinidade de mistéres pelos quais se procurava servir mais e melhor ao poder colonizador.

As aquisições e trocas intelectuais eram mínimas, e a comunicação de idéias quase não existia. A precariedade das técnicas de informação era o principal empecilho para que fôsse diferente.

Até mesmo a informação pela escrita, especialmente a comunicação manuscrita - a única que era manipulada fora do raio da comunicação oral - sofria limitações enormes pela inexistência de um sistema de correios interligando os povoados e vilas distantes. Foi outra iniciativa [que] a metrópole, intencionalmente ou não, não se preocupou: a implantação de comunicações físicas que facilitasse as trocas de informações entre os que povoavam a colônia, de uma localidade para outra. Isso se constituíu num entrave, considerando a natureza continental do território colonizado e as grandes distâncias que se situavam entre os núcleos colonizadores.

Desde o início, Portugal se serviu do que a natureza permitiu e muito pouco a isso acrescentou. Nas comunicações também foi assim. Primeiro, foi o mar, deslizando sôbre êles suas embarcações, esperanças e ambições; depois, os rios, para descobrir mais os mistérios e tesouros da terra achada; depois as veredas de perseguição aos índios, em busca de escravos para o trabalho; mais tarde, as trilhas dos vaqueiros de GARCIA D'ÁVILA em busca de pastagens até o São Francisco, espalhando

povoações; por fim, as bandeiras, aprofundando limites e criando novos núcleos.

Por aí fluía a produção, e também as comunicações, utilizando os canais que a emprêsa agrícola colonial tinha necessidade de abrir.

"Para compreender o sistema de comunicações da colônia, vejamos em síntese como se formou e evoluiu. O seu desenvolvimento acompanha naturalmente a progressão do povoamento. Este se instala primeiro no litoral, e partindo daí, penetra o interior, ou progressivamente , ou espalhando por êle núcleos mais ou menos afastados do mar. As vias de comunicações têm esta mesma direção inicial; a elas corresponderá, mais tarde, uma outra semelhante, mas em sentido oposto, que partindo daqueles núcleos já constituídos no interior, procuram saída mais rápida ou mais cômoda para o litoral"(CAIO PRADO JÚNIOR, "Formação do Brasil Comtemporâneo", 235).

Todas essas vias de transportes, terrestres ou fluviais, sempre foram subsidiárias da principal - a marítima, para onde convergiam as linhas de comunicação, no sentido do escoadouro geral do sistema.

A correspondência, toda ela manuscrita - de vária natureza: pessoal, comercial, administrativa, política, judiciária, eclesiástica, etc. - seguia por estas vias na comunicação interna pela extensão do território. A via marítima, além da ligação com os vários pontos povoados do litoral, servia de comunicação com a Metrópole e outras nações.

É de supor-se que êsses sistemas de comunicação - terrestres, fluviais, marítimos - tenham servido aos primeiros correios, a partir de sua função primeira como vias para o transporte de mercadorias e produtos agropecuários e para a condução das pessoas. Trata-se de linhas que serviram básicamente ao processo de colonização do Brasil: as terrestres foram o

caminho mais batido em busca das minas gerais pelos emboabas e do gado que se espalhava pelas pastagens de GARCIA D'ÁVILA, ao longo do rio São Francisco. Os sertanistas contaram por elas a saga da exploração agrícola e da atividade mineradora.

Durante a colônia, o principal meio de transporte terrestre foram as tropas e o principal correio a mão-própria. Pelos comboios iam as mercadorias, ouro e pedras preciosas, mas iam também as cartas e os recados, serviços que também prestavam os condutores de boiadas. Tropeiros e boiadeiros cortavam o interior do Brasil, em muitos sentidos, desde o Norte e Nordeste até às Capitanias do Centro-Sul (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo), passando pela Bahia, através da rota de Juázeiro, que serviu de traçado no século XX à ferrovia Leste Brasileiro.

"O transporte terrestre na colônia não se acha entregue aos azares das circunstâncias e confiado à improvisação; é um negócio perfeitamente organizado, sobretudo nas capitanias do Centro-Sul. Há que distinguir as boiadas, os comboios de escravos e as tropas de bêstas "(CAIO PRADO JÚNIOR, "Formação do Brasil Contemporâneo", 259).

"Mais interessante é o caso das tropas. Seu proprietário é o tropeiro, homem às vezes de grandes recursos e senhor de muitas tropas empregadas no transporte. Os trajetos são prefixados com datas certas de chegada e partida, bem como com tabelas estabelecidas de fretes. Uma emprêsa, enfim, regularmente organizada"(idem, idem).

É de avaliar-se a importante função desempenhada pelos comboios de escravos, dentro deste sistema de tráfego colonial, para o fluxo das comunicações escritas e orais de um lugar para outro. Eles é que verdadeiramente funcionaram substituindo os correios públicos, transportando objetos ou mesmo (e também) correspondência.

A fragilidade do sistema de comunicação da colônia parece não permitir uma documentação mais extensa a respeito dêsse tráfego da informação, mesmo ao longo do litoral brasileiro. Sabe-se que as comunicações muito lentas, como eram os meios de transportes, mas não se sabe como se processavam efetivamente. Em uma palavra: não parece haver documentação comprobatória de como se operou o sistema de correios na colônia. A lentidão, se foi seu pesadêlo, é talvez sua única memória.

A COMUNICAÇÃO NA BAHIA DO SÉCULO XVIII

A sociedade baiana do século XVIII era a representação típica do Brasil colonial, cuja estrutura fundava-se no patriarcalismo e na economia escravagista. O senhor rural exercia o monopólio da riqueza e, por êle, auferia poder e prestígio. A estrutura de classes colocava, de um lado, o senhor rural e, do outro, o escravo. Distribuía-se, pelo intermédio, um certo número de categorias, que desempenhavam funções variadas na organização social - por fôrça do prestígio ou das ocupações.

Essas funções se dividiam pelo corpo administrativo, clero, militares, comerciantes, artesãos e nobres a que, para composição do quadro demográfico, se acrescentavam outras categorias marginalizadas da economia, como os mendigos, os desocupados e as prostitutas.

Vilhena, em suas famosas Cartas Soteropolitanas, que traçam um quadro amplo, num relato dos mais vivazes da sociedade da época, estimava em menos de sessenta mil a população da Capital da Bahia, dava cinquenta mil para o Recôncavo, e menos de cem mil para o resto da Capitania, sem se apoiar em dados concretos - "é quase impossível indagá-lo" -, sustentando que " a terça parte de todos êstes habitantes poderão ser os brancos, e índios, sendo as duas outras partes de negros, e mulatos".

Êsse registro de Vilhena parece resultar de observação muito perspicaz ou repousar em dados dignos de crédito, porque se aproxima muito das conclusões do censo feito em 1807

pelo Conde da Ponte que dava pouco mais de 51 mil para os habitantes da Bahia, compondo-se a população de 28 por cento de brancos, 20 por cento de pardos e 52 por cento de pretos. Essa composição étnica seria atestada por vários observadores estrangeiros que por essa época visitaram a Bahia, considerando seus depoimentos no aspecto geral.(Cf. THALES DE AZEVEDO, "Ensaios de Antropologia Social", 90).

Há que se registrar um avanço progressivo dos elementos mestiços (produtos do cruzamento entre negros e brancos e entre negros e índios): " na verdade os pretos propriamente ditos começavam a constituir minoria, enquanto os pardos, produtos da livre mestiçagem, cresciam em número e proporção" (THALES DE AZEVEDO, idem).

Com base na observação direta do cotidiano da vida colonial de sua época, Vilhena distribuía a população da Bahia por classes sociais da seguinte forma:

"Para melhor vires no conhecimento do que pretendes saber, - dizia êle a FILOPONO, o perceptor de suas cartas - dividirei a população da Cidade nas classes seguintes: corpo de magistratura, e finanças; corporação eclesiástica; corporação militar, das quais pretendo melhor informar-me em cartas distintas, que para o futuro te pretendo escrever; corpo dos comerciantes, de que pouco falarei por agora, por falta de luzes; povo nobre, mecânico e escravos" (VILHENA, Cartas Vol. 1, 56).

Estudando a composição das classes sociais no Brasil , THALES DE AZEVEDO preferiu caracterizar como grupos de status a essas parcelas da população baiana que VILHENA assim distribuiu, de forma empirista. Baseia-se, para isso, num conceito de MAX WEBER, segundo o qual "os grupos de status estratificam-se segundo padrões de consumo representados por especiais estilos de vida".

De acôrdo com o antropólogo baiano, o conservantismo cultural e a permanência de uma estrutura econômica semicolonial de agricultura extensiva e de exportação de matérias - primas em troca de artigos manufaturados nacionais e estrangeiros (levaram) a que a Bahia não concluisse "a sua passagem de uma sociedade de status para uma sociedade exclusiva ou preponderantemente de classes sociais". Identifica êle em nossos dias *reflexos* nítidos de uma estrutura social que prevaleceu durante o período da colônia - "numa combinação de títulos de status com qualidades pessoais", que se definiam em função (do) catálogo das ocupações vigentes.

(...) "aqui apenas refletia-se numa combinação de títulos de status com qualidades pessoais: os desocupados, sem profissão definida ou de ocupações que ficavam na periferiam tanto das profissões dignas quanto das servis, os artesãos e pequenos funcionários, vendeiros, trabalhadores livres dos incipientes núcleos urbanos, aquilo que se chamava o povo, colocavam-se entre os dois grupos extremos, superior e inferior, de senhores, brancos, proprietários, de profissões nobres (das quais até certo momento eram excluidos os comerciantes), e de escravos, pretos, de ocupações servis" (THALES DE AZEVEDO, "Classes Sociais e Grupos de Prestigio" in "Ensaios de Antropologia Social", 106 e segs).

Dentro dessa estrutura, a condição de côr constituia-se efetivamente no elemento fundamental para estabelecimento das categorias em que se dividia a sociedade baiana durante a Colônia, inclusive no século XVIII. Preponderava o escalonamento racial.

De qualquer forma, para uma colocação histórica dos processos de comunicação na Bahia do século XVIII, há que considerar principalmente que se tratava de um tipo clássico de sociedade de visinhança, que a sociologia costuma identificar

como de predominância de relações primárias, onde a comunicação é geralmente pessoal e direta. A circulação das informações se dá maciçamente pelo contato de pessoa para pessoa, e formas outras de registro subsidiário (uso da escrita por exemplo) só aparecem de maneira esporádica, restritas a determinados círculos, e em decorrência de funções institucionalizadas.

A transferência de conhecimentos, estados mentais e estados emocionais de um indivíduo para outro se opera, quase sempre, de forma imediata. As estruturas simbólicas, que constituem o sedimento das comunicações, operam a transmissão de significados, verbais ou não, por canais sujeitos a uma limitação espacial, subordinando a comunicação a um laço físico que pode ser a palavra falada, o olhar ou os gestos. Dêsse modo, limitada no espaço fica sempre dependendo do alcance dos sentidos.

Êsse tipo de comunicação predominante nas relações humanas, dentro das sociedades de visinhança especialmente, se confunde com o próprio sistema da interação social, como responsável pela manutenção dos fluxos nas relações interpessoais. E ela, por isso, responsável pela permanência do laço social.

Toda vez que as necessidades exigem a veiculação de mensagens a uma distância fora do alcance do poder de captação dos sentidos, a solução mais frequentemente adotada nas sociedades de visinhança consiste na repercussão do processo de comunicação através de uma cadeia de indivíduos, de que o recado é a forma utilizada e também a mais remota. Êsse recurso adotado para vencer a limitação física do espaço, sempre apresentou, ao longo da história da comunicação e das sociedades humanas, deficiências que reduziam de muito a fidelidade das comunicações, prejudicando substancialmente o processo, seja pela deterioração da mensagem original, seja pela interferên

cia dos comunicadores intermediários, introduzindo novos conteúdos, em função de seu próprio coeficiente pessoal, não raro carregado de emoções.

A psicologia do rumor funda-se nas insuficiências dessa sucessão espacial da comunicação; e é por isso que se torna *mesmo impossível* investigar as origens de um boato. As múltiplas interferências acabam por diluir totalmente a fonte, e o conteúdo da mensagem se transforma inteiramente a certa altura do processo. A deformação é uma fatalidade a que está sujeita a comunicação direta, quando o homem se vê diante da necessidade de comunicar-se à distância. E mesmo que adote recursos acautelatórios, como a introdução de maior rapidez na transmissão, como no caso de uso de corredores, cavaleiros e outros relais humanos, como até hoje nas comunidades rurais, ou *amplificando* e diminuindo os sinais das mensagens, como nos tantãs utilizados pelos índios, os resultados não são muito satisfatórios.

Há nisso uma contradição - pois sendo a comunicação direta a de maior fidelidade na transmissão de significados, quando se opera face to face, a limitação espacial a que está sujeita é ao mesmo tempo o elemento que lhe dá fôrça e o que a mata.

Êsse problema o homem enfrentou durante milênios (e até hoje ainda o *enfrenta*, em certas circunstâncias), comunicando-se sòmente pela via direta, até que inventasse um nôvo processo, capaz de eliminar as deficiências do laço físico entre o comunicador e o perceptor de mensagens. Com a invenção da escrita, operou-se o primeiro grande salto, permitindo ao homem fixar as mensagens de suas comunicações sôbre um suporte material independente de quem as transmitia. A escrita deu estabilidade à comunicação, e mais: tornou possível ela transmitir-se sem deformações através do espaço e do tempo. De

fato, sômente acidentalmente, ou intencionalmente, a mensagem escrita pode deteriorar-se. E é por isso que muitos chegam a dizer que a história humana, como relato de coisas sucedidas, só se tornou possível depois da invenção da escrita. E é talvez também por isso - falta de documentos escritos - que se torna dramàticamente difícil aos cientistas sociais levantar a história das sociedades ágrafas. Depois da escrita, foi a Imprensa o segundo grande salto na história da comunicação.

As conquistas posteriores a êsse último estágio (—) dos desenvolvimentos da comunicação indireta, a partir da escrita impressa - fogem ao campo dos objetivos de nosso estudo.

O precário desenvolvimento tecnológico do Brasil, á época colonial, pelos motivos já antes expostos, premiou a sociedade baiana, mesmo em pleno século XVIII, com a mísera contingência de dispor apenas de suas formas de comunicação: a direta, representada principalmente pela palavra falada, formas cinéticas, como os gestos, e outras formas também subsidiárias da linguágem fônica, como as diversas simbologias óticas existentes; e a indireta, representada principalmente pela escrita, e outros signos gráficos, como desenhos, figuras, traços, etc.

Não será exagêro afirmar-se que, autêntica sociedade de visinhança, a comunicação na Bahia do século XVIII processava-se e repercutia por uma vasta rêde de contatos interpessoais, envolvendo as diversas camadas da população, representada pelas mais diversas formas de transmissão direta de estados mentais e emocionais - conversas, relatos verbais, cantos, mexericos, gestos, símbolos óticos, festas, pregões de rua, cochichos, hábitos, lamentos, banzos, algazarras, gírias, apelidos, movimentos de rua, jogos, seroës, convenções, desfiles, vestuário, comidas, desregramentos, erotismo, sensualidade, obcenidades, violências, rixas, desordens, ritos, missas, sermões, procissões, maledicências, depravações, ane

dotas, epigramas, versos, sentenças, discursos, casamentos, bodas, enterros etc., o próprio fervilhar de vida no meio urbano ou rural.

Vilhena, em suas cartas a Filopono, faz desfilar toda uma sucessão de testemunhos dessas manifestações individuais e coletivas, que têm suas engrenagens azeitadas pela comunicação direta, como o instrumento, ou mesmo ato básico, pelo qual se exterioriza todo comportamento humano em sociedade. Todo o conjunto de atos humanos que expressava o sistema ético, os ritos, as preocupações e a própria vida da sociedade baiana de fins do século XVIII se refletia no circuito das comunicações travadas em nível pessoal e direto, predominantemente.

Em têrmos de Cidade do Salvador, a leitura das cartas de Vilhena demonstra claramente que a sociedade baiana daquela época respirava pela via da comunicação interpessoal, e a maior parte dos relacionamentos e transmissão de informações se fazia pela forma direta de comunicação - o que, tecnicamente, permite afirmar que uma parcela muito grande das comunicações entre pessoas, ou mesmo entre grupos, se estabelecia com a presença simultânea de comunicadores e perceptores no ato de emissão e recepção das mensagens.

Levando em consideração o fluxo da comunicação em têrmos globais, pode-se dizer que a quase totalidade das comunicações entre pessoas se processava de maneira que a codificação de mensagens se fazia geralmente por canais sonoros ou visuais, ao nível de alcance dos sentidos dos perceptores, destinatários das mensagens. No caso da veiculação de informações à distância, a forma mais utilizada era o recado - repercussão em cadeia sonora - ou signos óticos, ao nível de alcance das habilidades visuais dos perceptores.

Isso não quer dizer que as diretas fôssem as únicas formas de comunicação adotadas.

A comunicação indireta, na forma típica da escrita, era também utilizada. Porém, por motivos que residiam básicamente no próprio estágio de desenvolvimento cultural de grandes parcelas da população, seu uso era restrito a determinadas áreas, como parece óbvio.

Conquanto as pautas de comportamento dos habitantes estivessem condicionadas fortemente por processos orais, ou formas outras subsidiárias mas circunscritas a canais espaciais, uma vez que a língua portuguesa falada era básicamente o instrumento institucionalizado de difusão social, deve-se reservar à escrita um papel relativamente significativo no sistema de comunicação da época, e até mesmo posteriormente.

A alta incidência de mecanismos da comunicação oral, deve-se observar, incluir o uso de outras formas linguísticas, além da língua portuguêsa, apesar de serem elas de circuito comunitário mais restrito, como é o caso do uso de formas linguísticas nativas ou outras trazidas pelos africanos escravos, ou mesmo dialetos delas decorrentes, que invadiram o português, enriquecendo enormemente o seu vocabulário. Todavia, a lingua que produzia e transmitia a cultura, em escala institucional, era a portuguesa.

Se no âmbito da comunicação direta podiam ocorrer interferências de outros códigos linguísticos, mesmo numa escala reduzida, mas perfeitamente possível, já no âmbito da comunicação indireta, notadamente na forma da escrita, o predomínio do portugues era total. E não poderia ser de outra maneira, considerando os interêsses da nação colonizadora.

Dêsde os inicios da colonização até meados do século XVIII, longo período em que os Jesuítas concentraram em suas mãos as tarefas do ensino e da preparação moral e cultural dos jovens, o aprendizado da lingua portuguesa e sua manipu

lação, era fundamental, através das sete classes em que se distribuía a instrução da mocidade por toda a Capitania.

"Na primeira das sete mencionadas classes se ensinava grâmática portuguesa, desta passavam os meninos a aprender na segunda os primeiros rudimentos da língua latina, estudavam sintaxe, e sílaba na têrceira classe, da qual passavam para a quarta onde aprendiam a construção da mesma lingua, e retórica, tal qual então se ensinava, Na quinta a matemática; na sexta filosofia e na sétima se ensinava teologia moral" (VILHENA , Vol. I, p. 274, Carta Oitava).

Este era o sistema da educação formal na Bahia, até a expulsão dos jesuítas em 1759, por ato de D. José I, de profundas repercussões no sistema de ensino, pois iria extinguir segundo VILHENA, " aquele pernicioso método por que se gastava meia vida de um estudante com o simples estudo de gramática latina". Cabe aqui uma observação; nesta carta parece indisfarçável o parti-pris de muitas das intenções de VILHENA, ao louvar mais adiante o ato do Tribunal da Real Mesa Censória que introduziu "para todo o Reino" novas cadeiras, inclusive o Grego, disciplina de que era êle lente jubilado na Bahia, em 1798, e para o que pediu depois à Corôa renovação [illegible] por mais sete anos, ao fim do período contratado (Cf. BRAZ DO AMARAL, "PROFESSOR LUIZ VILHENA", in "Memórias Históricas e Políticas da Bahia", p. 215 e segs).

Todavia é de supor-se que a saída dos jesuítas provocou uma certa perturbação no sistema do aprendizado formal, e até mesmo certa degeneração nos hábitos de estudo, manisfesta pelo comportamento de muitos espíritos, claramente despreparados para a função maior de organização da cultura, ou noutras vezes exteriorizando uma forma provável de descontentamento , de rejeição, de repúdio aos processos que àquela altura fa

ziam a permanência do sistema de dominação.

Há um testemunho de LUÍS VILHENA, relativo ao recrutamento de estudantes, que autoriza essa conclusão, e nêste sentido vale a pena sua transcrição textual.

"Indizível é, meu caro amigo, a aversão que nesta cidade há à corporação dos Professôres, gente de nenhuma entidade, na Bahia, membros da sociedade para quem se olha com a maior indiferença, e displicência suma; quem acreditará que foi tratado com soberano desprêzo um Professor, que representa ter-lhe um seu aluno rebelde, e malcriado metido pelas janelas da Aula que tem cheia de estudantes, um tiro de chumbo? É igualmente para notar o ver que se bloqueiam, e invadem as Aulas Régias, e que sem atenção a coisa alguma se arrancam delas para soldados os estudantes mais hábeis, e aplicados, sendo ignominiosamente tratados pelos executores daquelas diligências os Professôres respectivos, que em serviço do Soberano e da pátria se têm empenhado em instruí-los, em aproveitá-los, chegando a vésperas de mostrarem em exames públicos o fruto das suas diligências e fadigas, para então serem prêsos, e sentar-se-lhes praça, quando o seu comportamento, e conduta bastavam para isentá-los de uma semelhante sorte; bem entendido, que sem urgente nescessidade de soldados, porque a haver carência de oposição aos inimigos em defesa da pátria não digo só os estudantes como os mesmos Professôres "(VILHENA, idem, p. 278). E mais adiante, sôbre os estudantes, depois de um rápido comentário sôbre o funcionamento das escolas e das aulas - "não haverá parte onde se veja mais falta de ordem nas Aulas do que nesta cidade, e isto por ser uma repartição deixada ao desamparo" - relata VILHENA:

"Uma outra desordem é o usual costume de não virem os estudantes para a Aula antes das nove, ou dez horas da manhã, e

das quatro para as cinco da tarde, sem que jamais os profes sores tenham meios para conseguir o contrário; se sucede re preender algum estudante a não ser por êle descortezado, ou por quem o domina, não volta de ordinário à Aula, ficando con decorado para tratá-lo de bagatela quando o encontra, e quer fazê-lo, o que em parte se remediava sujeitando ao toque do sino tanto o Professôr como os estudantes de quem se deveram melhor aproveitar os desmarcadíssimos talentos, que sem os elogiar, confesso com a experiência, que os medianos equipa ram os melhores que nesse Reino encontrei, contanto que lhes vedem as distrações.

Quando no fim do ano de 1787 aportei nesta cidade não havia tanto relaxação porque logo que constava pelo professor que o estudante o desatendera , era mandado para o Forte do Mar, e se na indagação que dêle se fazia, se vinha na certeza de que era pouco aplicado, mandrião,ou vadio, então se lhe senta va praça de soldado para ensinar-lhe a conhecer a subordina ção" (VILHENA, idem, p. 283).

Modus in rebus, é possível que as coisas sucedessem de outra maneira ao tempo dos jesuítas, em razão do rigoroso es pírito disciplinar da Companhia de Jesus, mas os juízos con tidos nesses relatos fazem admitir que já naqueles tempos , tanto professôr como estudante poderiam alinhar-se no grupo das profissões perigosas, e assim poderiam ser catalogadas..

Não só êsses como outros relatos de historiadores reúnem mátéria informativa suficiente para supor com fundamento que o desinterêsse pela organização da cultura e disseminação de conhecimentos por vias formais - como a educação regular -tor nou-se responsável por um relaxamento geral de deveres e por uma pobreza espiritual que caracterizaram o comportamento da população, disso se ressentindo a nação até muito recentemen te.

O retrato da Bahia de fins do século XVIII era o de um flagrante desinterêsse pelo cultivo do espírito; de um lado, por parte do poder dominante, que muito pouco investia em empreendimentos educacionais e culturais, ou se o fazia era por conta de uma desobrigação administrativa; de outro, por parte da população, uma vez que os pais não pareciam confiar muito no futuro dos filhos, e por isso não os incentivava à prática do estudo.

Do primeiro fato, basta ressaltar que, segundo o testemunho de VILHENA, em Salvador havia apenas seis escolas de primeiras letras, das quais estavam vagas três, e os ordenados dos professôres eram "muito diminutos" (Cf. p. 284), e por toda Capitania não ia a mais de quarenta o número de escolas. Do outro, exemplo cabal dá o próprio historiador, quando registra: "Nenhum pai, parente, ou tutor leva seu filho ou pupilo às Aulas e entrega-os aos professôres motivo por que faltam quando querem, vadiam o que lhes parece, sem que o Professôr tenha dêles notícias" (VILHENA, p. 283). Vivia-se nêsse ponto sob a lei sábia do "filho de peixe, peixinho", pois do preparo do espírito tanto se desinteressavam o pai como o filho.

Dêsse quadro se pode concluir que a reduzidíssimas parcelas, ilhas na população, se reservava o alcance do saber pelos meios do aprendizado formal, e a condição de saber ler e escrever era em suma previlégio de poucos. Por isso mesmo, o uso da escrita se limitava ao desenvolvimento de tarefas operacionais no âmbito das atividades urbanas, restrita a núcleos, como autoridades, pessoal administrativo, oficiais de milícias, profissionais liberais, religiosos, comerciantes, políticos, procuradores, escreventes, elementos do aparelho judicial e "povo nobre", em sua maioria. Era possível encontrar outros que soubessem ler e escrever, como soldados, escravos

ou crias de famílias (abastadas ou não), mas isso constituia uma exceção, não uma regra, no quadro geral de ignorância que predominava. E por sôbre tudo eram muito poucos também os que se prevaleciam dos bens de uma cultura cultivada.

Tudo isso atestava a falta de um compromisso nacional para o estabelecimento de uma cultura sedimentada nas tradições do espírito. Eram muito poucos os que escreviam cartas, quanto mais livros. A comunicação escrita se limitava à fixação de registros duráveis (documentos em geral de várias atividades) ou à função de transmitir informações e emoções, a uma distância que não poderia ser coberta pela linguagem fônica, sem prejuízos.

A grande maioria da população, composta de mestiços e pardos, debatendo-se na mais confrangedora pobreza, favorecida pela degenerescência dos costumes, desembestava-se em tropelias, afundada na irresponsabilidade e também na desesperança, criando problemas para a ordem constituída do poder colonial. Por todos os lados, pululavam atos de desrespeito, audácia e desafio ao poder dominante.

(...) "enchia-se a cidade de um verdadeiro exército de rapazes temíveis, cheios de basófia, vivedores do que lhes forneciam os senhores dos quais eram crias, completando o quadro as insubordinações, as audácias e o liberalismo dos soldados e oficiais da tropa e a licenciosidade das mulheres de má vida que, depois do toque de recolher do sino, enchiam as ruas, a proferir, em altas vezes, sem pejo, palavras torpes e indecorosas" (...).

"A sociedade retraía-se do contato direto com a rua, como preservação ao seu perigoso contágio. Vinha, no entanto, o marulhar da turba até as senzalas da casa grande, através da

escravatura temida e das crias desavisadas. Embiocava-se a cidade, pela noitinha, desertas as ruas de gente limpa, que só excepcionalmente as atravessava, de carruagem, às pressas. Faziam-se, na intimidade, serões familiares, recatados, e só, de longe em longe, os salões se abriam, numa memoração feliz, até horas mais avançadas. Afora isso, as residências fechavam-se cêdo, apagavam-se as luzes e dormia-se pacatamente " (AFFONSO RUY," A Primeira Revolução Social Brasileira-1798", p. 43 e 44).

Apesar do aparato retórico, o relato do historiador parece oferecer um painel realista das formas de comportamento que predominavam na sociedade baiana de fins do século XVIII, pela falta de condições econômico-sociais e pela probeza cultural em que as populações estavam mergulhadas.

As relações humanas respiravam uma atmosfera densa — de poluição moral quase completa. O ócio, a preguiça, o desprêzo pelo trabalho, porque era quase sempre forçado, a indisciplina sexual, a frouxidão de caráter, a descrença, tudo isso formava o substrato moral da desordem colonial. Gentes oriundas de três continentes, misturando crenças e costumes, formavam a grande caudal que desaguava em reações de descontentamento, mas incapazes de se constituir em movimento organizado para escapar ao torvelinho da pobreza generalizada. Nenhum exemplo de vitalidade histórica, nenhuma fôrça renovadora, nada. Apenas, como assinala CAIO PRADO JÚNIOR, "para sintetizar o panorama da sociedade colonial: incoerência e instabilidade no povoamento; pobreza e miséria na economia; dissolução nos costumes; inépcia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos". Só.

Todo aquêle charco de descalabros e apatia espiritual era alimentado pela falta de conteúdos de comunicação, principal

mente de meios, que levassem ao descortinamento de horizontes em que luzissem chamas de vontade e confiança, de princípios emfim, para a edificação de uma sociedade estável e sólida, e projetos de vida racionais, duradouros.

Inexistiam para isso formas de comunicação capazes de lastrear os rumos por onde se desenrolaria o futuro da sociedade, com vistas a uma emancipação definitiva. A sociedade baiana do século XVIII, infensa aos progressos que ferviam em outros lugares, teve no uso limitado da escrita a sua forma mais avançada de comunicação; e ficou nela.

Se bem que circulassem livros, quase às escondidas, e houvesse parcas bibliotecas, a Bahia colonial não conheceu a imprensa, como de resto o Brasil, à exceção da efêmera tipografia do lisboeta ANTÔNIO ISIDORO DA FONSECA, no Rio de Janeiro. O certo é que a Bahia, que até 1763 fôra Capital da Colônia, ficou defesa à produção de mensagens impressas. Por todo o período colonial, o que funcionou foi a notícia oral, com suas deformações naturais, e a notícia manuscrita - esta, através de uma farta correspondência oficial, religiosa e particular (da metrópole para a Capitania e desta para a metrópole, ou mesmo internamente), em que funcionaram como comunicadores principais as autoridades e os religiosos, especialmente os jesuítas, que "transferiram para o papel, como qualquer repórter atual, durante todo o seu tempo de funcionamento no Brasil e nas regiões por onde andavam, o relato de tudo o que viam ou ouviam". Volume significativo dessas peças, oficiais e religiosas, constituem ainda hoje acêrvo importantíssimo dos arquivos do Brasil e de Portugal e são valiosas fontes para estudo e levantamentos históricos.

"A correspondência particular cresceu na medida do crescimento da colônia e na razão do crescimento do ensino, pa

mutiplicação dos nucleos urbanos e no aumento dos transportes marítimos e terrestres. Êste tipo de comunicação infelizmente não teve a sorte de ser guardado em proporção que satisfaça, com certa largueza, à curiosidade do estudioso" (MARCELLO E CYBELLE DE IPANEMA, "História da Comunicação", p. 96).

Não se publicava livro, porque não havia tipografia, apesar da febre de saber que varava o século XVIII, como uma explosão do programa filosófico da Ilustração, com seus poderosos e revolucionários raios, devastando o solo da cultura teologico-feudal, e quando na França - pátria luminosa da razão - se fundavam as bases da educação pública. E ainda por cima as autoridades se opunham vigorosamente à entrada de livros , especialmente os editados na Europa - e mais ainda na França. Para elas, a França supurava uma doença que empestiava o mundo: o ideal da liberdade. Todo cuidado seria pouco e, por isso, a vigilância redobrava.

Mas, apesar de tudo, o bloqueio era sempre furado. As novas idéias contagiavam os espíritos, e havia sempre meios de burlar a sanha perseguidora da censura régia. Muitas bibliotecas, apesar de pequenas, se fizeram no Rio de Janeiro, em Minas e na Bahia, com as melhores e as mais recentes obras que se publicavam na Europa trazendo no seu bôjo as mensagens revolucionárias da nova era que se abria, como era a do Cônego LUÍZ VIEIRA DA SILVA, um dos conjurados da Independência Mineira, e as de CIPRIANO BARATA e de HERMÓGENES DE AGUIAR PANTOJA, participantes da Conjuração baiana de 1798.

Por maiores que fôssem os obstáculos impostos, os livros entravam e eram lidos. Não se sabe como, nem por que meios , mas os livros chegavam, e com êles o saber, o nôvo espírito do mundo. Muitas bibliotecas chegavam a ser alentadas, como

a do Cônego mineiro, que possuía cêrca de oitocentos volumes, o que era considerável para a época (Cf. EDUARDO FRIEIRO, "O Diabo na Livraria do Cônego", p. 21).

Há uma série de presunções quanto aos meios de entrada dêsses livros na Colônia. NELSON WERNECK SODRÉ afirma que "os bons livros, os livros autênticos, entravam de contrabando". O certo também é que a grande maioria dos livros que integravam as bibliotecas particulares, que começaram a aparecer *em fins* do século XVIII, vinham de Portugal, onde entravam procedentes da França. Em Lisboa, todos os livreiros eram franceses, e tinham suas livrarias fiscalizadas pela polícia. Os livreiros eram muitas vezes presos, "pela achada de livros incendiários", mas, mesmo assim, a mocidade de Portugal estudava em livros "proibidos e estrangeiros". No Brasil, a entrada de obras de determinada natureza era clandestina, e a posse delas era motivo de punição por crime. Só tinham entrada livre "aquêles cobertos pelas licenças da censura". Com isso se prejudicou profundamente o desenvolvimento cultural da colônia. Para ter livros, era preciso expor-se a grandes perigos. Mesmo assim, "os que estudavam na Europa traziam livros, entretanto, e até os emprestavam" (Cf. N. W. SODRÉ, "História da Imprensa no Brasil", p. 14 e segs.).

Essas proibições, válidas para toda a Colônia, afetaram grandemente a Capitania da Bahia, pois, se no Rio de Janeiro, em 1798, se podia contar duas livrarias, na antiga Capital, apesar de ser ainda a capital cultural, não se encontrava nenhuma. Não havia tipografia, e tão-pouco livraria onde o pessoal da terra, interessado em desenvolver o espírito, pudesse obter as obras que transmitissem os conhecimentos a isto necessários, mesmo aquêles autorizados pelo consentimento da Real Mesa Censória. Os livros tinham que ser mesmo material clandestino.

Dêsse modo, pelo que se tem sustentado aqui, na Bahia do século XVIII, como nos anteriores, o acréscimo de conhecimentos necessários ao desenvolvimento social e cultural, através da troca de informações, sòmente poderia ser obtido de três maneiras: pelo aprendizado informal, ao nível referencial da experiência das pessoas, em que a linguagem fônica desempenhava papel importante; pela comunicação manuscrita, em que a educação formal, mesmo precária, tinha uma função significativa na transmissão e apreensão de novas informações; e pelo livro e outros materiais impressos, em sua maioria de origem estrangeira, e quase sempre de contrabando.

1798: UMA REVOLUÇÃO SÓ COMUNICAÇÃO

Deve-se a um punhado de historiadores, entre êles - e principalmente - BORGES DE BARROS, BRAZ DO AMARAL, AFFONSO RUY e LUÍS HENRIQUE DIAS TAVARES - o levantamento dos fatos que, na última década do século XVIII, constituiram a matéria histórica do movimento político e social que se convencionou rotular de Inconfidência baiana ou Revolução dos Alfaiates.

Êsses investigadores, debruçando-se sôbre uma massa caótica de documentos escritos, conseguiram reunir um conjunto de informações que tornaram possível o conhecimento dos atos sediciosos que iniciando-se por volta de 1793-1794, culminaram com a morte na fôrca das quatro pessoas que, apesar de dúvidas até hoje não desfeitas, foram tidas como seus principais líderes, ao final de rigoroso inquérito determinado pelo então Governador da Capitania da Bahia, D. FERNANDO JOSÉ DE PORTUGAL.

Todavia, mais rigoroso do que a devassa foi o castigo imposto aos cabeças do movimento, uma vez que, no curso da apuração, conforme ficou suficientemente provado, não se encontraram motivos para desfecho tão cruel do episódio, estando a Monarquia potuguesa mais interessada em apontar culpados do que em apurar fatos, para aplicação de sadios princípios de justiça. E a pressa, já se disse, é inimiga da verdade, ainda mais quando aliada à má-fé.

Relegada a um plano secundário na história do Brasil, essa tentativa de rebelião levou muito tempo para ser objeto dos estudos históricos, apesar de, no Brasil, se alinhar entre os movimentos de conteúdo democrático que antecederam à proclamação da Independência, como foram a Inconfidência Mineira, em 1792, a Conspiração do Rio de Janeiro, em 1794, e a Revolução de Pernambuco, em 1817, reflexos das idéias e das ações que abalaram a estrutura político-social do Ocidente pelos fins do século XVIII.

De qualquer forma, os poucos historiadores que se preocuparam já no presente século com os acontecimentos da conspiração baiana de 1798 cumpriram um papel extraordinário: do cáos que ficou da devassa, e manipulando documentos acumulados nos arquivos oficiais, conseguiram montar a espinha dorsal dos acontecimentos, estabelecer causas, acompanhar o curso e situar o desfecho, e mesmo prejudicados com o fato de terem quase sempre de trabalhar não sôbre documentos originais, mas sôbre cópias e relatos de terceiros, conseguiram revelar em toda sua nitidez o que representou a primeira rebelião de raízes verdadeiramente populares que ocorreu no Brasil.

Essa tarefa monumental consumiu toda a atenção e os esforços dos historiadores, que não podiam manifestar outro tipo de preocupação que não a de trazer à luz do conhecimento fatos que estavam pràticamente supultados nos porões do passado. Essa missão foi cumprida com dedicação, perseverança, carinho e atitude científica, no que respeita à investigação histórica e à interpretação social e política dos fatos, satisfatòriamente, no que lhes foi possível.

Êsses aspectos não constituem preocupação do presente estudo, nem poderiam constituir. Todavia, parece ter escapado

aos historiadores o seguinte aspecto: do nascimento ao fracasso, a Revolução dos Alfaiates consistiu apenas fundamentalmente em atos de comunicação. Desde as reuniões que os historiadores presumiram como de funcionamento de uma sociedade maçônica denominada Cavalheiros da Luz, em 1794, até a fracassada reunião do Dique do Desterro, a 25 de agôsto de 1798, ponto culminante da frustração dos atos conspiratórios, a Revolução dos Alfaiates representou um contínuo de reuniões, conversas, debates, manuscritos, panfletos, avisos, cartas, bilhetes, recados, comentários, aliciamentos, críticas, elogios, aspirações, códigos, representações visuais, distintivos, normas de comportamento, convenções de filiação, tudo isso constituia os meios por que as mensagens revolucionárias eram veiculadas no sentido de congregar partidários e fixar as bases reais do movimento.

A comunicação estava presente em todas as escalas do processo e consistia no instrumento que dava corpo e espírito ao movimento. Era sua vida. Por ela se apreendiam e manifestavam idéias, estas se transformavam em informações que passavam dos líderes de opinião aos adeptos, provocavam atitudes e desembocavam em ações. As informações fluiam de comunicadores para perceptores por canais sonoros ou visuais: linguagem fônica, escrita, atitudes, gestos, objetivos simbólicos, etc.

Por outro lado, no curso do movimento, no que se poderia identificar *processos de contra-informação*, a *comunicação* também desempenhou papel preponderante, por diversas formas, como se pode depreender do volume de cartas do Govêrno, ordens régias, denúncias, investigações, sondagens de opinião, recriminações, etc. - formando-se um circuito de informações que fluiam também de comunicadores para perceptores, e codificadas de várias formas.

Excetuando-se observações esporádicas de BORGES DE BARROS e BRAZ DO AMARAL, o historiador LUÍS HENRIQUE DIAS TAVARES, sem se deter nêles tècnicamente, foi o único que atentou para êsses aspectos do movimento conspiratório de 1798. Não só se preocupou com a matriz das idéias que influenciaram e informaram o movimento, como situou lideranças de opinião, origem e destino de mensagens, conteúdos informativos, habilidades comunicativas, atitudes de comunicadores, e até dividiu as lideranças do movimento em dois grupos: o dos divulgadores de idéias, que funcionou de 1793/94 a 1797, exercitando um certo tipo de ação estimuladora de consciências, e o dos comprometidos com o levante, que foi até agôsto de 1798, empenhado na propaganda direta, no aliciamento e na organização da ação revolucionária final. O primeiro se compunha de comunicadores com nível intelectual mais elevado, profissionais liberais, sacerdotes, oficiais de milícia, proprietários. O outro, formando a base popular do movimento, de soldados, artesãos, escravos (Cf. LUIS HENRIQUE DIAS TAVARES, "O Movimento Revolucionário Baiano de 1798", 38).

A visão ampla dêsse historiador e sua capacidade de interpretação dos fatos históricos permitiram-lhe rastrear um sem-número de episódios e atitudes dos participantes do movimento, em que repontam comportamentos de comunicação decisivos para a evolução da atividade conspirativa, como é o caso de sua conclusão sôbre os idéais da conspiração que encontravam sua base teórica em pensadores franceses liberais-democráticos, a relação dêsses idéais com a linguagem dos papéis sediciosos espalhados pela Cidade, no dia 12 de agôsto de 1798, e o reflexo dêsses princípios nas conversas que os implicados na tentativa de levante mantinham entre si, conforme vários

depoimentos, especialmente o de JOÃO DE DEUS, e de outros referentes a êste, a Lucas Dantas* e Luís Pires.

A Comunicação, principalmente a escrita, sempre desempenhou uma função instrumental muito valiosa ao trabalho dos historiadores, mas êstes por demais envolvidos com as tarefas da teoria e pesquisa históricas - seu objetivo capital - geralmente não se ocupam dos comportamentos de comunicação no que êles representam para a constituição dos fatos que se tornam objeto de estudo da história.

Isso ocorre no campo de outras ciências humanas, como a sociologia, a antropologia e a psicologia, podendo ser debitado a *isso*, *ao que parece*, o atraso em que permaneceram os estudos teóricos da comunicação, que ficaram por muitos anos restritos ao campo da linguística, até se tornar um ramo independente por fôrça do desenvolvimento tecnológico do *mundo* contemporâneo.

Todavia, no seu livro sôbre a Revolução dos Alfaiates, que constitui o melhor trabalho sôbre o assunto, o professor LUÍS HENRIQUE colocou muitos problemas na área da comunicação, no desenvolvimento de sua pesquisa e na interpretação de várias aspectos do movimento.

Voltando ao ponto crucial de nossa questão, no caso da tentativa baiana de rebelião em 1798, ela foi do princípio ao fim um imenso tecido de comportamentos comunicativos, e se tornou mesmo, na realidade da sua existência, apenas comunicação.

A Revolução dos Alfaiates corporificou-se através de uma imensa rêde de contatos em sua maioria verbais, de mensagens produzidas em que se comunicam intenções, acréscimo de conhecimentos por troca de informações, falas e mensagens escritas

em que se anunciam os fundamentos ideológicos do movimento , comunicadores que produzem mensagens relacionadas com os pro pósitos revolucionários e perceptores - o seu público - aos quais se destinam essas mensagens.

Os autos das devassas procedidas pelos desembargadores MANOEL DE MAGALHÃES PINTO DE AVELLAR DE BARBEDO (autoria dos papéis sediciosos) e FRANCISCO SABINO ALVARES DA COSTA PINTO (investigação do projeto de rebelião e seus implicados) estão recheados de depoimentos e documentos em que se pode perfeitamente situar a origem e estabelecer o curso do movimento pelos procedimentos de comunicação e, principalmente, destacar o papel que as comunicações representaram na sequência dos fatos.

Por outro lado, a pesquisa histórica, a opinião e a interpretação dos historiadores também oferecem muitos elementos nêste sentido.

Apesar da orientação tendenciosa do processo criminal, a análise dos elementos disponíveis permite concluir que o movimento consistiu mais na configuração de atitudes ideológicas do que numa ação revolucionária decidida, com base na organização. Houve mais manifestações de descontentamentos acumulados do que propósitos de impor mudanças estruturais.

Os historiadores têm em geral concordado em identificar a presença de franceses na Bahia, de 1794 a 1797, como o ponto de partida do início do pensamento revolucionário que dominou a tentativa de rebelião de 1798. Há apenas discordâncias quanto à influência ou participação dêsses franceses na constituição de uma sociedade secreta, denominada de Cavalheiros da Luz, e quanto à efetiva ingerência do Comandante LARCHER, da fragata francesa LA PRENEUSE, em assuntos políticos, tra

vando contatos mais profundos com pessoas da terra.

Todavia, a presença de marinheiros franceses está historicamente comprovada admitindo-se que se travavam relações com vistas a trocas e disseminação de informações, especialmente na faixa das idéias de que estavam imbuídos aquêles visitantes. Essés contatos foram, de início, responsáveis pelo nascimento de uma série de atitudes no espírito de elementos da terra , entre êsses o Tenente HERMÓGENES DE AGUIAR PANTOJA, que ficou incumbido da vigilância do Comandante LARCHER, e com êle travou relações de amizade. Relo que narram os historiadores, LARCHER desenvolveu uma atividade de comunicação intensa durante o pouco tempo que permaneceu na Bahia, de julho a fins de dezembro de 1797.

"Em pouco, LARCHER, aproximando-se das figuras mais proeminentes da Cidade, pelo saber e distinção sócial, abordava, como desenfado intelectual, a filosofia dos enciclopedistas e as suas novas teorias políticas. Os serões quase secretos, como medida acauteladora, uma vez que os assuntos discutidos eram tenazmente combatidos pelo poder real, se iam alargando, tomando aspecto de associação filosófica" (AFFONSO RUY, 50).

O historiador baiano observa que o próprio Tenente HERMÓGENES DE AGUILAR PANTOJA, do 2º regimento pago, chegou a ser repreendido públicamente pelo Governador D. FERNANDO JOSÉ DE PORTUGAL, em virtude do entusiasmo e afeição que manifestava pelo seu vigiado e pelas homenagens que lhe prestava.

"A aproximação contínua dêsses elementos de maior valor da Capitania, pelo saber e bens de fortuna, a estudar e discutir os problemas políticos e econômicos que revolucionavam o mundo, despertaria, alimentando com esperanças que os acontecimentos lhes acenavam, o grande ideal de implantação da repú

blica que frutificava na América do Norte e, promissoramente, frondejava na França" (AFFONSO RUY, 51).

LUIS HENRIQUE põe em dúvida a participação de LARCHER nas "conversae sediciosas" da Bahia, e alinha argumentos plausíveis, inclusive falta de documentação a respeito. Entretanto, inclina-se a reconhecer a possibilidade da presença de franceses na gênese do movimento, especialmente no que se refere ao suporte ideológico.

"Todavia, conquanto a sensatez e o equilíbrio nos aconselhem a afastar o comandante da La Preneuse das quadras do movimento de 98, não queremos concluir pela ausência de franceses nas conversas que levaram aos boletins sediciosos e à reunião do campo do Dique. Afinal, temos como certo, historicamente certo, que a perspectiva desses revolucionários baianos era a França, país de cujos grandes acontecimentos estavam mais ou menos informados, via Portugal, pelas notícias que chegavam através de cartas, jornais e pessoas" (LUÍS HENRIQUE, 19).

BRAZ DO AMARAL afirma que, "havendo o Tenente HERMÓGENES pretendido oferecer um jantar a alguns franceses foi repreendido pelo governador, pelo que se conservou uns dias em casa anojado", e, mais adiante, presume que os franceses faziam parte da tripulação da fragata de LARCHER.

Diante disso, é razoável supor que grande parte da literatura política e filosófica, distribuída em livros e cadernos manuscritos, que circulava entre os rebeldes de 1798, lhes chegou através dêsses franceses, ou talvez êsses lhes tenham despertado a curiosidade para os temas que formaram o suporte ideológico do movimento. Deve-se ressaltar que, entre os livros sequestrados nas casas do Tenente HERMÓGENES e de

CIPRIANO BARATA, muitos eram franceses. Pelo menos, o interêsse por tais assuntos povoou o espírito da maioria dos comunicadores implicados na produção de mensagens revolucionárias, orais ou escritas.

Relações, reuniões, conversas, correspondências que por ventura se travaram tiveram muito a ver com os comportamentos posteriores, e êstes, por sua vez, de uma forma indireta, foram até mesmo delas originários.

A comunicação continuou presente no fulcro dos episódios, mesmo antes dos boletins sediciosos, que apareceram em vários pontos da cidade no mês de agôsto de 1798, em razão dos quais se deflagrou a companha repressora, levando à frustração do movimento. Estão nesta ordem as denúncias que se fizeram, ora diretamente às autoridades do Reino, ora ao Governador da Capitania, contra pessoas de destaque na sociedade baiana, como envolvidas em ação contra o poder dominante. Tornou-se peça importantíssima para a ação contra os revolucionários a carta-denúncia que o padre JOSÉ DA FONSECA NEVES enviou à Rainha em 3 de maio de 1798. Nesta carta, êle denuncia que CIPRIANO BARATA, o músico MARCELINO ANTONIO DE SOUZA e o lavrador JOAQUIM INÁCIO DE SIQUEIRA BULCÃO ofendiam a Monarquia e a Igreja exibindo "suas depravadas paixões" entre o povo baiano,"já com palavras, já com escritos, feitos uns legisladores", e pedia providências que honrasse(m) o poder monárquico e também gloriasse(m) "o nosso Deus de quem somos verdadeiros filhos" (BRAZ DO AMARAL, 130). Outras denúncias se levantaram, vindas de muitos pontos, até do interior da província, e atingindo outras pessoas. É o caso do Padre FRANCISCO AGOSTINHO GOMES, um dos espíritos talvez mais bem informados da época, " pessoa contra quem ocorreram denúncias diretas, pelo fato de ser sim.

pático à França e de ser apontado como organizador de jantares em dias da Semana Santa" (LUÍS HENRIQUE, 27).

O conjunto de cartas trocadas entre o Governador FERNANDO JOSÉ DE PORTUGAL e D. RODRIGO DE SOUZA COUTINHO, Ministro da Corôa, indica quanto era grande o volume de denúncias que chegavam ao Govêrno português, e os frequentes boatos que se espalhavam em Lisboa a respeito das inquietações que agitavam a Capitania.

Ainda sem saber, em virtude da demora no transporte da correspondência, que o processo repressor já começara, em outubro D. RODRIGO escrevia ao Governador, informando "que depois que chegou o último comboio se espalharam vozes que dão grande cuidado, e que anunciam que as principais pessoas dessa cidade, por uma loucura incompreensível, e por não entenderem os seus interêsses se acham infectas dos abomináveis princípios franceses" (...). Por meio de cartas, relatórios escritos e verbais, as denúncias fluíam até o conhecimento da Raínha, e pelas vozes espalhadas se desenovelavam os boatos.

No âmbito interno da Capitania, ainda é conhecido o relato feito ao Governador, em forma de denúncia, pelo Cor. Coronel FRANCISCO JOSÉ DE MATOS FERREIRA e LUCENA, que lhe falava de reuniões secretas sucedidas em vários pontos, mas o Governador reagiu com indiferença, afirmando que "considerava tais reuniões como bebedeira e rapaziada", conforme está no depoimento de um dos implicados (in AFFONSO RUY, 54). Talvez a êsse tipo de atitude do Governador é que se deva a acusação contida na carta de D. RODRIGO, segundo a qual se dava como causa das agitações "a frouxidão do govêrno".

Numa abordagem sôbre o papel que desempenhou a comunicação nos episódios que envolveram a conspiração, há que se

destacar a função de três formas típicas: a conversa (relação interpessoal direta), o recado (uso de comunicador intermediário) e o bilhete (relação interpessoal indireta) - no processo de aliciamento de adeptos para a rebelião e de difusão do pensamento revolucionário, até o aparecimento de uma forma de maior fôrça difusora - os boletins sediciosos afixados nas paredes, e mesmo o poema revolucionário de que se tiraram várias cópias.

Disso se tratará com maior propriedade nos capítulos relativos à ação dos comunicadores, à estrutura do público das mensagens revolucionárias, e à organização e difusão das mensagens e seus efeitos.

Por enquanto, basta dizer que nos depoimentos constantes nos autos há material suficiente para concluir que o processo de aliciamento se desenvolveu por formas em que a comunicação interpessoal desempenhou importante papel, seja de indivíduo para indivíduo (na rua ou nos locais de trabalho) ou em reuniões de públicos primários (assembléias em casas de artesãos, militares, etc). O bilhete e o recado foram as principais formas de convocação para reuniões ou conversas interpessoais.

O suporte material sôbre que se fundou a ação da autoridade para reprimir o movimento, prendendo, julgando e punindo os que nêle estavam envolvidos, foram os boletins e proclamações que apareceram afixados nos pontos de maior afluência da Cidade, a 12 de agôsto de 1798, conclamando o povo para a rebelião. Êstes se constituíram verdadeiramente no filete de ouro pelo qual se chegou à fôrça da jazida: a partir dêles desnovelou-se todo o processo revolucionário em desenvolvimento. Matéria pura de comunicação escrita, representaram êles um re

curso de propaganda numa escala muito mais ampla do que a das conversas e leituras em reuniões, porque se dirigiam pela sua própria natureza a parcelas de público ponderáveis, e destinados a repercussão muito maior, como se viu.

As intenções contidas nessas mensagens indicavam uma evolução da propaganda, em têrmos de difusão de pensamento revolucionário, já agora montada em formas de apêlo à consciência popular, o que evidenciava os objetivos de dar projeção ao movimento e alcançar adeptos numa escala muito mais ampla.

A escôlha dos locais em que foram afixados e lançados os boletins sediciosos - esquina// da praça do Palácio, parede da cabana da preta Benedita, na rua de Baixo de São Bento, portas do Carmo, açougue da Praia, e igrejas da Sé e do Passo - demonstra também certa evolução nos processos de comunicação utilizados, e também certo amadurecimento no processo político do movimento.

Em razão disso, parece razoável enfatizar três aspectos, pelo menos, em têrmos de comunicação: os comunicadores do movimento possuíam objetivos definidos; esses objetivos corporificavam os principais pontos ideológicos do movimento; as mensagens foram colocadas em pontos estratégicos para obter maior atenção dos destinatários - todos os insatisfeitos e oprimidos da Cidade do Salvador - o "Povo Bahiense", a quem se dirigiam.

À falta de outros mecanismos de difusão, considerando a pobreza tecnológica da Capitania e da época, os dez papeis manuscritos que se espalharam pela Cidade cumpriam papel fundamental na difusão do pensamento revolucionário dos conjurados, porque não se dirigiam apenas aos que sabiam ler, mas a todos os que pudessem alcançar os conteúdos dessas mensagens

por processos de repercussão em cadeia em nível de comunicação direta (transmissão de mensagens numa escala informal). Os comunicadores deviam presumir que os que lêssem os boletins comunicassem imediatamente seu conteúdo aos que, por motivos vários, os não pudessem ler.

Apesar de o meio limitar o raio de alcance do público , há a considerar também que êsse tipo de veículo - papéis manuscritos - foi escolhido, porque, como é facilmente presumível, não havia condições na época para o uso de outros recursos de maior penetração, como seria o caso da tribuna oral , pois essa instituição se reservava ao círculo limitadíssimo da elite cultural (autoridades, letrados, profissionais liberais, religiosos) e o púlpito, que poderia ter essa missão , engolfava-se em procedimentos ideológicos, que não lhe permitiam ultrapassar os limites vernaculares da oração louvaminheira do statu quo. A regra eram os JOSÉ DA FONSECA NEVES; e os AGOSTINHO GOMES, a grande exceção...

Não podendo levar às ruas a oração inflamada de suas idéias inspiradas na França revolucionária, os rebeldes de 1798 levavam à rua seus anseios e propósitos pela escrita, certos de que ela não seria empecilho à informação de todos por algum meio.

Numa sequência decisiva, os procedimentos de comunicação também serviram às autoridades no processo de puxar o fio do novêlo da conjuração e, com isso, chegar à decoberta de seus principais implicados. Lançados os papeis sediciosos, a forma da escrita nêles vazada foi o instrumento utilizado e o material sôbre o qual se debruçaram os patrocinadores da investigação. Depois das primeiras suspeitas caídas sôbre DOMINGOS DA SILVA LISBOA - "homem que vivia de escrever cartas e pe

tições, e muito conhecido por professar francamente suas idéi as livres" -, a suspeita maior desabou sôbre LUÍS GONZAGA DAS VIRGENS, com o exame das petições dirigidas por êste ao Govêr no.

O próprio Governador FERNANDO JOSÉ DE PORTUGAL e o Desem bargador AVELLAR DE BARBEDO ocuparam-se da tarefa de "examinar as petições dirigidas à Secretaria do Govêrno para descobrir pela semelhança da letra de quem havia partido tal meio de propaganda revolucionária".

"Comparando certas expressões dos papéis afixados e das cartas com as de um requerimento feito anteriormente pelo sol dado LUÍS GONZAGA ao Governador pedindo para ser nomeado aju dante do regimento de milícias dos homens pardos, alegando que êstes deviam ser atendidos como os brancos, achou o Governa dor que a LUÍS GONZAGA pertencia a autoria dos escritos, ao que se juntou, como circunstância comprobatória, a perturba ção que êle revelou nos interrogatórios e algumas contradit órias, se bem que o soldado negasse em absoluto ser o autor dos papéis afixados e das cartas ao Prior do Carmo e ao Governa dor" (BRAZ DO AMARAL, 96 e segs.).

À prisão de LUÍS GONZAGA DAS VIRGENS seguiu-se uma inten sa atividade de comunicação, especialmente por via direta , quando os conjurados, temendo o desastre que sobreviria, lan çaram-se no propósito de realizar uma assembléia, para a qual foi escolhido o Dique do Destêrro como local. O açodamento dês se trabalho de convocação e aliciamento, o que bem demonstra a tênue organização do movimento, levou a que os principais comunicadores perdessem a objetividade dos contatos, emitindo e transmitindo mensagens que acabaram por alcançar percepto res não pretendidos, pessoas totalmente descompromissadas com

a ideologia do movimento, como foi o caso do ferrador JOAQUIM JOSÉ DA VEIGA, do Capitão JOAQUIM JOSÉ DE SANTANA e do soldado português JOSÉ JOAQUIM DE SIQUEIRA, que se transformaram em denunciantes da planejada reunião. Pelo êrro de destino das mensagens, a denúncia voltou a funcionar já agora numa escala de perigo muito mais dramática.

O aliciamento para a reunião do Dique realizou-se de forma apressada, para que acontecesse já logo dois dias depois da prisão de GONZAGA DAS VIRGENS (sábado, 23 de agôsto), no dia 25, segunda-feira, à noite, na impossibilidade de reunir antes. Foi justamente êsse entremeio de dois dias que facilitou o curso das denúncias. A comunicação direta, na forma da conversa e do recado, era o único meio que permitiria maior rapidez nas mensagens.

O depoimento de MANOEL FAUSTINO DOS SANTOS LIRA, em certo trecho, é bastante elucidativo dos procedimentos de comunicação que se sucederam à prisão de LUÍS GONZAGA. Vale a pena transcrever o trecho na íntegra:

"Na mesma tarde, perto das Ave Marias, o dito LUCAS DANTAS foi a casa dele declarante e disse ser verdade que o dito LUCAS DANTAS, digo o dito LUIZ GONZAGA, fora mandado para o Quartelamento, porêm na companhia do Tenente Coronel ALEXANDRE TEOTONIO DE SOUZA, que lhe achara uns papeis sobre a revolução de França e diziam que também uma lista em que talvez estariam descritos os que entravam na projetada conjuração e levante; e por isso aparecesse de noite na casa dele LUCAS DANTAS , onde estaria LUIS PIRES, para assentarem no que deviam fazer; o que prometeu ele declarante fazer, e se retirou o dito LUCAS DANTAS. A cuja casa na mesma noite, perto das nove horas foi ter ele declarante, e aí logo chegou o dito LUÍS PIRES, e disse - É tempo de ver eu agente que temos; porque

se for bastante, faremos o levante, aliás nos havemos de ca lar que não devemos querer ficar perdido; e a revista a de ser no campo do dique da parte do Desterro: - e dito isto se re tirou e ele declarante então lebrou ao dito LUCAS DANTAS e distancia do campo do dique que era muito penoso irem as pes soas do partido e porque pretendia convidar para o ajuntamen to ao dito JOSÉ RAIMUNDO BARATA , lhe era preciso saber decer to onde devia ele concorrer, ao que respondeu dito LUCAS DAN TAS, - que ele declarante não falasse ao dito BARATA, sem que primeiro ele LUCAS DANTAS lhe desse a certeza do lugar do ajuntamento para que o procurasse na casa do dito LUIS PIRES. - E nesta mesma ocasião tambem apareceu o pardo Ignácio, já indicado, escravo do dito Secretário deste Estado, o qual se encarregou de avisar a JOÃO DE DEUS para o ajuntamento, pois no sabado de manhã havia de ir para o Unhão, e passava pela porta do dito João de Deus, cuja oferta fez, porque o dito LUCAS DANTAS disse não tinha quem fosse dar o dito aviso ao dito JOÃO DE DEUS" (AAPB, vol. 35, 19).

A comunicação, pelo visto, constituiu verdadeiramente na grande mola dos contatos diretos, na engrenagem da conjuração, especialmente nêsses momentos que se avisinhavam do final do processo conspirativo.

Mesmo no instante capital da frustrada reunião do Dique do Destêrro, vários mecânismos simbólicos funcionaram no de sempenho dos comportamentos de parte a parte - isto é: do la do, dos conspiradores, e do lado dos que desenvolviam process sos de contra-informação para flagrar os rebeldes e prendê-los. Essa máquina de espionagem e contra-informação já vinha sendo desenvolvida desde as denúncias levadas às autoridades pelos três aliciados que não comungavam com as idéias do movimento revolu cionários.

"O Tenente-Coronel Alexandre Theotônio foi conhecido, ao se aproximar do Campo dô Dique, por um soldado do seu regimento, chamado Caetano Veloso, apesar de se ter embuçado, depois do que vários conjurados comunicaram por meio de assobios aos que iam chegando os quais se foram afastando"(BRAZ DO AMARAL, 98).

Graças a êsses meios de aviso, nem a reunião nem o flagrante almejado se efetivaram. As prisões posteriores dos implicados ocorreram com base nas denúncias feitas pelos três perceptores não pretendidos, objeto do convite equivoco dos conjurados.

Se bem que o movimento baiano de 1798 apresentasse, até certo ponto, uma objetividade mais concreta de ação revolucionária do que outros que o antecederam, como o de Tiradentes , nem por isso pode-se desconhecer a evidência de que êle, na sua dimensão político-social, que é o que conta, adquiriu contornos de realidade pela comunicação,e nela se esgotou. A ação revolucionária nasceu, viveu e se exauriu em atos de linguagem . A comunicação foi tanto sua vida histórica, como real, pois, mesmo com os boletins sediciosos, não se conhece nenhum resultado eficaz que dela extrapolasse. Muito ao contrário, o que extrapolou dos comportamentos de linguagem - falada, escrita ou de sinais convencionados - foi a frustração do movimento, com a prisão e condenação dos implicados , seu desfecho trágico, em suma.

OS COMUNICADORES

1.

Como toda ação humana que se configura pela transferência de pensamentos (estados mentais) e sentimentos (estados emocionais) dirigidos para um destino, e sustentando, como temos sustentado, que a Revolução dos Alfaiates se corporificou através de atos de comunicação, não se pode deixar de considerar a função e o papel dos comunicadores — isto é, daqueles que se incumbiram da produção física das mensagens revolucionárias.

É neste sentido que se vai agora analisar o movimento através da ação dos comunicadores, da natureza das mensagens e seus efeitos, e dos perceptores (público) aos quais elas se destinavam.

Considerando tais determinantes do processo, deve-se começar, como parece óbvio, pelos comunicadores, aos quais se há de creditar muito dos resultados positivos ou negativos decorrentes da comunicação. O princípio é de que o homem, na sua atividade real, se comunica para provocar uma reação da parte de seu semelhante; e o que êle comunica é pensamento ou sentimento, ou os dois associados.

No caso da conjuração baiana de 1798, que é o nosso problema específico de análise, a ação dos comunicadores coloca-se num plano destacado, dentro de uma visão técnica.

Para efeito dêste estudo, parece aconselhável partir de resultados obtidos pela pesquisa histórica autorizada, para identificação e qualificação dos comunicadores do movimento.

E, nêste sentido, as conclusões do historiador LUÍS HENRIQUE DIAS TAVARES cujo livro não possui o poder de relato cursivo do de AFFONSO RUY, mas, em contrapartida, exibe convincente mente maior preocupação científica - se prestam a melhores resultados, para efeito de orientação.

No seu livro, concluiu LUÍS HENRIQUE:

"Na sedição e levantamento intentados na Bahia operaram dois grupos: o primeiro integrado de intelectuais, homens chegados de Coimbra, e de militares; e o segundo, de artesãos, militares e escravos. Êsses grupos jamais agiram unidos num só grupo" (p. 14).

Colocado o problema dessa maneira, e com base nesta conclusão, o historiador baiano divide em duas etapas o processo da conjuração: a fase da divulgação das idéias e a fase operacional da tentativa do levante - a primeira durando até 1797 e a segunda até o desbaratamento da engrenagem conspirativa.

Conclui-se daí que ao longo do movimento operavam dois tipos de comunicadores; um atuando na produção de mensagens destinadas à formação da consciência revolucionária; o outro empenhado na produção de mensagens voltadas para a ação revolucionária. O primeiro composto de pessoas de nível intelectual mais elevado, responsável pelo intercâmbio de produtos culturais que formariam a base ideológica do movimento; o segundo, compreendendo pessoas de classe social mais baixa, dentro do sistema, que acabariam por dar característica populares à tentativa de rebelião, diferentemente do que ocorrera na inconfidência de Minas Gerais, anos antes.

Em seu devido momento, êsses homens comunicaram objetivos e obtiveram respostas às suas intenções. Codificaram mensagens e as destinaram a pessoas, às vezes determinadas, às vezes não. Em suma, funcionaram com o propósito de obter uma

alta taxa de fidelidade em suas comunicações, porém em certas ocasiões, isso não foi possível, isto é: às vezes tiveram sucesso, às vezes fracassaram. E tomando por base o movimento na sua totalidade, pode-se dizer que o fracasso foi o resultado final dessas comunicações desenvolvidas ao longo de vários anos. Houve motivos para isso, que em grande parte se deveram aos comunicadores, como fontes da comunicação.

Reportando-nos à teoria da comunicação, sabemos que, na área da fonte, existem fatores decisivos para a fidelidade da comunicação, entendendo-se por fidelidade a situação criada pela qual o comunicador alcançará o que deseja. Êssee fatores são: as suas habilidades verbais de comunicação, as suas atitudes, seu nível de conhecimento e seu status sócio-cultural (Cf. DAVID K. BERLO, "O Processo de Comunicação", 44).

Na verdade, a manipulação dêsses fatores permitirá maior ou menor grau de sintonização do comunicador com o destinatário de suas mensagens.

Na primeira fase da conjuração baiana - a da divulgação das idéias -, constituiram-se em comunicadores todas (as) pessoas que, de 1794 a 1797, se empenharam na troca de informações sócio-políticas que configuravam uma atitude contrária ao statu quo vigente, em sua maioria personalidades que possuíam posição de destaque na sociedade, em razão de status econômico, oriundo de profissões, propriedade de bens, ou de cargos. Exercitaram êsse intercâmbio de idéias e atitudes através de reuniões, em grande parte secretas, de contatos informais ou de correspondências.

Entre êsses comunicadores, a pesquisa histórica tem arrolado todos os que teriam participado na possível organização da sociedade secreta denominada Cavalheiros da Luz, cujas reuniões se efetivavam no sítio da Barra, segundo os historiadores. São em sua maioria nomes que estiveram envolvidos nos

acontecimentos posteriores, como o Tenente HERMÓGENES DE AGUILLAR PANTOJA, o Padre FRANCISCO AGOSTINHO GOMES, o farmacêutico JOÃO LADISLAU DE FIGUEREDO E MELLO, o senhor de engenho JOAQUIM INÁCIO DE SIQUEIRA BULCÃO, o cirrugião CIPRIANO JOSÉ BARATA DE ALMEIDA, o professor de Retórica FRANCISCO MONIZ BARRETO, JOSÉ DA SILVA LISBOA, JOSÉ PIRES DE ALBUQUERQUE e dois sacerdotes, Frei JOSÉ e Frei FRANCISCO. (Cf. AFFONSO RUY e *LUÍS HENRIQUE DIAS TAVARES*, obras citadas). A êstes se devem alinhar, como coisa inteiramente presumível, outras figuras que nêsse período chegaram à Bahia, empunhando diplomas de Coimbra.

Êsses comunicadores traziam uma consciência altamante municiada pelos princípios da Revolução Francesa e eram declaradamente simpatizantes das mudanças políticas que se operavam na França. Liam e traduziam livros dos enciclopedistas, e discursos de portavozes do pensamento revolucionário francês, fazendo-os circular sob a forma de cópias manuscritas.

Utilizando as principais habilidades verbais de comunicação - a palavra falada e a escrita -, promoveram debates em circuitos de reuniões e divulgaram as idéias em que acreditavam, mas que eram um terror para o sistema político dominante. Pela sua qualificação cultural e grau de inteligência, é de se supor que operaram com essas habilidades comunicativas em nível bastante produtivo, como demonstra a difusão das idéias no curso de pouco tempo, relativamente. O alto índice de favorabilidade de suas atitudes para com o assunto - pois acreditavam nas novas idéias republicanas - justifica o interêsse com que provàvelmente se empenharam, para a obtenção de resultados positivos na divulgação.

Na verdade, estavam êles possuídos de um certo grau de consciência ideológica, constituída e favorecida por um con

siderável nível de conhecimentos que lhes possibilitou o amor a leitura de determinados temas. A isso também favorecia o clima de insatisfação reinante na Colônia, refletindo-se na Capitania da Bahia - e principalmente nela pois a Bahia, apesar da transferência da Capital para o Rio de Janeiro em 1763, ainda conservava o status sócio-cultural, e também o orgulho, da posição que perdera. Estavam êles influenciados pelos chamados "princípios jacobinos" que aterrorizavam a Coroa portuguesa e seus representantes na Bahia.

"A semente colhida nos livros franceses e as notícias que chegavam a alguns e que êstes transmitiam a outros dos acontecimentos revolucionários da Europa e América, as quais eram evidamente recebidas", fizeram germinar, segundo BRAZ DO AMARAL (p. 91), os movimentos rebeldes de Minas Gerais e da Bahia, em fins do século XVIII.

Na Bahia, os comunicadores propagaram essas idéias "com intensidade muito maior", seduzindo e apaixonando mais.

Essa atividade se desenvolveu através de discussões em reuniões, conversas, cartas, e principalmente através de livros, que "foram distribuídos, traduzidos, copiados e recopiados para melhor disseminação", todos de origem francesa, bem como discursos políticos de revolucionários franceses. Muita coisa chegava também, via Portugal, trazida principalmente por pessoas que lá estudavam ou viviam. Nêsse ponto vale a pena transcrever um trecho elucidativo de LUÍS HENRIQUE DIAS TAVARES:

"Sabemos que o Tenente HERMÓGENES recebeu de "hum rapaz do Reino" um trecho traduzido de A Nova Heloísa; que Francisco Moniz Barreto manteve conversações políticas com JOSÉ BORGES DE BARROS, pouco tempo antes chegado da Ilha de Madeira e em viagem para Lisboa; que o mesmo MONIZ BARRETO "trouxe de Lisboa" umdos papéis comprometedores, talvez o Orador dos

Estados Gerais, copiado dum original que lhe entregara JOSÉ CIBRIANO RODOMON; que ainda MONIZ BARRETO conheceu o poema à Liberdade e Igualdade através do pernambucano JOSÉ PORPHIRIO, praticante de navios; que DOMINGOS DA SILVA LISBOA hospedou MANOEL HENRIQUE, natural de Lisboa, formado em Leis; que o soldado LUÍS GONZAGA DAS VIRGENS E VEIGA esteve na companhia de MANOEL JOÃO ou JOÃO DA SILVA NORBONA, "natural da Cidade do Pôrto", largos mêses, ouvindo-o falar "sobre a igualdade dos homens e humanidade com que deviam ser tratados" (p.52).

O perfil que os historiadores traçam desses comunicadores da fase de divulgação das idéias compreende o enfileiramento de um conjunto de qualidades e condições que dão bem o nível de sua capacitação para o desempenho da tarefa que lhes foi reservada, e indica, em cada um, o grau de conhecimentos e das idéias que todos estavam empenhados em transmitir, num intenso processo catequético. Padre AGOSTINHO GOMES possuía talvez a mais rica e atualizada biblioteca do Norte: "o espírito mais iluminado da Cidade pelo saber, cientista de renome, conhecedor profundo do inglês e do francês, e que, possuidor de vasta biblioteca, era um ledor infatigável e ao par de todo o movimento científico do mundo" (AFFONSO RUY, 50).

Talvez em grau de qualificação menor, mas nivelando-o pelo talento e inteligência, os outros colocavam-se no mesmo diapasão de preparo cultural. Discutindo temas e propaganda idéias e conhecimentos, desenvolviam uma atividade incessante.

"As reuniões sucediam-se, variando de ponto; ajuntamentos de caráter suspeito eram assinalados na Barra, em Itapagipe e em outros lugares, em casas de pessoas abastadas"(AFFONSO RUY, 54).

Não se deve deixar de refletir que, entre êsses comunicadores da fase de divulgação das idéias, alinhavam-se os

franceses que por aqui andaram, inclusive o discutido Comandante LARCHER. Seria mesmo uma contradição que, sendo franceses, preconizando as idéias revolucionárias de seu país, por aqui andando e fazendo relações de amizade, não tivessem exercido qualquer influência como divulgadores das idéias que representavam o nôvo pensamento político. Às reuniões suspeitas compareciam "vários franceses", apurou AFFONSO RUY, e até mesmo um misterioso "oficial inglês côxo de uma perna", que passou uns meses na Bahia, vindo do Rio de Janeiro.

Todos os comunicadores que, de algum modo, contribuiram para a formação da consciência ideológica do movimento codificaram suas mensagens ao nível dos conhecimentos que possuíam, e dentro das possibilidades técnicas da época; e também alcançaram um grau de credibiiidade, em função de sua posição dentro do sistema sócio-cultural. É fácil presumir o crédito que foi dado às suas falas e aos escritos que difundiram, considerando o status da maioria dêles - profissionais liberais, proprietários agrícolas, militares graduados e sacerdotes - , da parte de todos os inconformados com o domínio político e econômico de Portugal, inclusive os membros de classes sociais inferiores, que para seguir as novas idéias e adotá-las tinham o exemplo dos próprios pregadores.

É certo que muitos dêsses comunicadores negaram sua participação no movimento, no instante em que, envolvidos na devassa, tiveram que responder a inquérito, e agiram temerosos das penas que lhes estariam reservadas, como é o caso de CIPRIANO BARATA, INÁCIO SIQUEIRA BULCÃO, Padre AGOSTINHO GOMES e MONIZ BARRETO.

CIPRIANO BARATA, que era um dos pregadores mais fervorosos, possuidor de um inconformismo congênito, como bem comprova o seu destino posterior à conjuração baiana, negou tudo diante das autoridades - "disse que só lhe resta a dizer que

de algumas palavras e discursos, que êle declarante costumava com facilidade formar, sôbre o Estado da Política da Europa sem aplicação ao continente do Brasil, mal ouvidos e pior interpretados, por alguns dêsses pardos, interessantes da Revolução, é que têm resultado as imputações, que lhe têm feito, contemplando-o no número dos seus confederados, ou por se desculparem, ou por má vontade! protestando pela fidelidade que sempre prestou e presta a sua Real Magestade" (AFFONSO RUY, 82).

Todavia, sua vocação revolucionária desmentiu tudo isso posteriormente, demonstrando que adotou êsse procedimento apenas para livrar-se da condenação. Era um comunicador político de alta fidelidade na comunicação.

"O que sobretudo o caracteriza é que, embora nascido na classe superior da colônia, soube descer até o povo, confundindo-se com êle, e pondo a serviço de suas causas uma notável inteligência e inesgotável capacidade de lutador. Durante quase meio século, vemos CIPRIANO BARATA envolvido em todos os grandes movimentos populares de que aquêle período é tão fértil" (CAIO PRADO JÚNIOR, Evolução Política do Brasil",201).

Até à sua morte, em 1838, CIPRIANO BARATA manteve a tenacidade do pregador revolucionário, aliando essa vocação à do jornalista político, que o levou sucessivas vezes à cadeia.

Inácio Siqueira Bulcão e o Padre Agostinho Gomes reafirmariam posteriormente sua vocação inconformista, participando da luta política contra os portugueses pela independência (o padre inclusive em 1835 publicou uma tradução das "Ruínas" de Volney, o que levou alguns a acreditar terem sido dêle traduções de trechos dêsse livro que circularam entre os participantes da conjuração baiana de 1798).

Isso vem comprovar que a ação dêsses comunicadores na divulgação das idéias revolucionárias foi grandemente preju

dicada pelo atraso tecnológico em que vivia mergulhada a colônia, limitando-lhes a capacidade de difusão das mensagens políticas, que ficaram circunscritas à linguagem oral e processos manuscritos, uma vez que inexistiam na Bahia meios de reprodução em massa. Não havia tipografia, livro, e jornal nem se fala.

2.

Utilizando o esquema do historiador LUIS HENRIQUE DIAS TAVARES, passaremos a situar os comunicadores da Revolução dos Alfaiates que operaram no sentido de efetivar a fase consumatória do processo revolucionário, que adquiriu corpo ideológico com a atividade dos divulgadores de idéias.

(...) "acompanhamos outra fase, que também representa a passagem das iniciativas revolucionárias para o grupo de soldados e artesãos filhos de escravos: é a fase que podemos denominar de fase de levante, caracterizada mais exatamente de maio a agôsto de 1798" (op. cit., 38).

Êsses comunicadores não podem ser identificados como todos aqueles 49 presos que foram a julgamento, mas uma parte substancial dêles que desempenhou comportamentos de comunicação destinados a colocar em prática os princípios que lhes haviam sido transmitidos, isto é, efetivar a tentativa de rebelião. São quase todos artesãos, soldados e escravos.

Dêstes, pelo menos cinco desempenharam um papel dominante: os soldados LUÍS GONZAGA DAS VIRGENS e LUCAS DANTAS DO AMORIM TORRES e os alfaiates JOÃO DE DEUS DO NASCIMENTO e MANUEL FAUSTINO DOS SANTOS LIRA, e o oficial de lavrante LUÍS PIRES. Empenhados na ação prática da revolução, êsses homens arcaram com a responsabilidade maior e por isso sofreram as maiores consequências e foram os principais personagens do epílogo trágico, morrendo na fôrca, à exceção de LUÍS PIRES ,.

que desapareceu misteriosamente do cenário e ninguém lhe pôs a mão, sendo êle o de maior espírito de decisão, disposto inclusive a apelar para a violência na consecução de seus propósitos.

Nessa área é que se desenvolveu a grande fase do processo de aliciamento de adeptos, e o movimento adquiriu sua objetividade mais concreta.

Foi também nessa área que o movimento alcançou dimensões de rebelião popular, levando os historiadores a defini-lo como uma revolução social, uma vez que a ação revolucionária era patrocinada por indivíduos pertencentes às classes mais oprimidas da sociedade, mas que na verdade manifestavam atitudes de inconformismo inspiradas nas idéias difundidas pelo que alguns estudiosos chamaram "a nata da Capitania".

"As idéias desceram dos salões letrados para os engenhos onde enxameava uma infinidade de crias e libertos inteligentes e ledores, propagaram-se daí à cidade, irradiaram-se nas oficinas e ganharam artesãos e escravos, insinuaram-se nos quartéis e atraíram oficiais e receberam o apoio dos soldados. "(...) "Com virulência, o germen revolucionário insinuou-se por entre os artífices e servidores das profissões liberais, sujeitos à prepotência do govêrno e da corja fiscal; resvalou para as senzalas através das crias de estimação das casas afidalgadas da Cidade, serpenteando, com emissários, nos engenhos fronteiros e irradiando-se, levados pelos comboios, pelas zonas dos sertões e da mineração. A propaganda despertou entusiasmo e encontrou apoio nos rescaldos feudais, sempre prontos a reagir, e cujas terras, tornadas pontos de concentração, dariam a palavra decisiva, com a escravatura e agregados para a luta" (AFFONSO RUY, 48 e 52).

Enquanto os divulgadores de idéias codificaram suas mensagens com vistas a dois tipos de público - o público de seu

nível de classe e o público de classe social mais baixa, enfrentando o problema do desnível cultural, os comunicadores da fase do levante só dirigiram suas mensagens efetivamente a um só tipo de público - o de seu nível de classe.

Houve apenas um comunicador - LUÍS GONZAGA DAS VIRGENS-, que deverá merecer uma análise mais circunstanciada de suas intenções e processos de codificação, que extrapolou êsse âmbito de relações intra-classe, ao lançar os boletins sedicioeos, que pela sua própria natureza se destinavam a um público indeterminado, a uma coletividade. Situaremos êste aspecto dentro em pouco.

A quase totalidade dêsses comunicadores estiveram empenhados em transmitir seus pensamentos e intenções por processos de comunicação direta, mais precisamente de linguagem fônica. Nos autos de devassa enfileiram-se confissões que atestam ter sido a maioria dos comportamentos determinados por relações interpessoais, em que se destacam as conversas e os recados. Todo o processo de aliciamento, no seu ponto objetivo, se realizou por atos de comunicação interpessoal. Tomemos um exemplo típico, No depoimento de LUCAS DANTAS, quando lhe foi perguntado sôbre o tempo em que principiara a conjuração, êste respondeu que pelo Natal de 1797, quando foi procurado por LUÍS GONZAGA DAS VIRGENS juntamente com o soldado MANOEL DE SANTANA , "e principiara então a expressar a êle declarante algumas proposições libertinas e sedicionosas, apalpando -lhe o seu ânimo a êsse respeito, e depois continuaram a procurar com repetição, falando-lhe já mais claro e persuadindo-o à revolução, fazendo-lhe ver as vantagens de um Governo onde todos figurassem com igualdade, e o modo, com que isto se poderia conseguir, pelo decurso de tempo, atraindo gente a este partido"(ANAPB, vol. 36, p. 602).

Isto quer dizer que a principal habilidade comunicativa

operada foi a palavra falada, porque são inúmeros os exemplos desta natureza em que se coloca a seguinte situação: alguém procura outrem e lhes diz algo para que tome uma determinada atitude.

Como comunicadores, desenvolveram uma atividade manipulando habilidades verbais de comunicação ao nível dos conhecimentos obtidos em conversas com pessoas mais cultas (divulgadores de idéias) ou pela leitura de manuscritos. Ao fazer a relação informativa dos conspiradores presos, com base em documentos, BRAZ DO AMARAL atesta que "foram muito poucos os analfabetos que entraram na conspiração" e conclui: "o que é mais um indício da influência que exerce a cultura nas aspirações dos homens para situação política mais perfeita" (p. 99).

Na verdade, dos 49 presos como conspiradores, dos quais quatro eram mulheres - LUÍZA FRANCISCA DE ARAÚJO, LUCRÉCIA MARIA GERCENT, DOMINGAS MARIA DO NASCIMENTO e ANA ROMANA LOPES -, mais da metade sabia ler, de acôrdo com a catalogação de BRAZ DO AMARAL (p. 99 e seguintes). E êsse constitui um dado bastante significativo, considerando que, dos presos como implicados e detidos para indagações, onze eram soldados, dez alfaiates e seis escravos, três cabeleireiros, dois cravadores, um carpina, um marceneiro, um caixeiro de engenho, um bordador, dois praticantes de cirurgia e um escrevente - isto é, nada menos de 40 distribuíam-se por ofícios de baixa qualificação, ou eram simplesmente escravos. E mais: LUÍS PIRES, um dos mais audaciosos rebeldes, e que nunca foi encontrado, era oficial de lavrante.

Todavia, é de supor-se que os comportamentos de comunicação que êles travaram estiveram sempre nos limites de sua posição dentro do sistema sócio-cultural, isto é, ao nível do aprendizado e das informações que puderam obter, principalmente por meios orais e pela leitura de manuscritos. Enquanto para

os divulgadores de idéias é perfeitamente possível admitir, e até mesmo comprovar, uma apreensão de conhecimentos através de códigos que não eram a língua portuguesa, especialmente o francês, com relação a êsses comunicadores, que poderíamos chamar de ativos, compromissados com um objetivo, as informações que formaram a sua consciência revolucionária lhes chegaram por meios de comunicação que estavam mais ao nível de sua experiência do cotidiano.

Em quase todos os depoimentos de pessoas implicadas na conjuração, senão todos, pode-se perfeitamente rastrear a atividade de tais comunicadores e definir claramente os meios de que se utilizaram para veicular suas comunicações e intercambiar informações.

N o depoimentos de MANOEL DE SANTANA, êste indica os meios por que veio a enfronhar-se nas doutrinas do movimento, referindo-se aos contatos que mantivsra com o Tenente HERMÓGENES AGUILLAR PANTOJA, que lhe comunicou as idéias e o estimulou a segui-las.

(...) "sendo o seu mais frequente interferimento a leitura decertos cadernos, que continham a mesma doutrina#, que êle repetia em voz alta, e outras vezes copiava, mandando em outras por ele mesmo declarante buscá-los na sua própria casa; e nestes mesmos lugares é que o dito Temente foi persuadindo a elle declarante sobre os efeitos e fins a que se destinavam as ditas práticas, conversações e leituras, o que fazia mais particularmente explicando o modo, e os fins, do levantamento projetado" (...); "e em resultado desta comunicação é que elo declarante veio a tomar conhecimento dos ditos princípios sediciosos e libertinos e da aplicação deles ao levante que se projetava fazer nesta Cidade"(AAPB, vol. 36, p. 295).

Mais adiante, indicou outras pessoas que, além de assistir a essas leituras, formando o público dos divulgadores de

idéias, tambem as difundiam por retransmissão dos conteúdos a outros perceptores, em particular ou publicamente.

(...) "só está lembrado das seguintes - LUÍS GONZAGA Das VIRGENS, LUCAS DANTAS, CAETANO VELOZO BARRETO, o Cirurgião CIRRIANO JOSÉ BARATA e JÕAO DE DEUS, homem branco, soldado do mesmo Segundo Regimento de linha e casado, os quais todos, além de assistirem a leitura dos ditos cadernos, praticavam *frequentes vezes entrase na presença dele declarante*, e em particular sobre a referida sublevação de modo afim dela " (APB, idem 297).

E numa demonstração de que o Tenente HERMOGENES constituía um comunicador de altíssima fidelidade na veiculação das mensagens revolucionárias em que se empenahava, afirma MANOEL DE SANTANA que (...) "apesar de ser instado com o maior vigor e repetição pelo Tenente Hermogenes, não só para ler os ditos cadernos e outros papeis de igual natureza, mas persuadindo-o a que se empregasse na sua lição, franqueando — lhos com liberalidade, e repetindo-lhos por muitas vezes", (...).

Também se refere à atividade de *LUIS GONZAGA DAS VIRGENS* e de LUCAS DANTAS, nesta operação de aliciamento:

(...) "os quais ambos continuadamente praticavam com ele declarante a este respeito persuadindo-o à dita sublevação explicando-lhe os meios, como do porque se deveriam realizar" (...).

Ao negar que tivesse sido êle um dos aliciadores, LUCAS DANTAS DO AMORIM TORRES informou que muitas sessões se realizaram em sua casa, mas "sendo outros os que se facilitaram a incumbirem-se desta diligência". Referia-se ao projetado levantamento.

E também citou as pessoas que participavam de tais sessões, em que se comunicavam os objetivos e meios do projeto revolucionário dizendo, ——————→

(...) "que o principal de todos era LUIS GONZAGA DAS VIRGENS; o primeiro que instruiu êle declarante nesta matéria: depois o pardo MANOEL FAUSTINO que foi um dos que mais incitou para a revolução e o que angariava e trazia faccionários para ele: o pardo LUÍS PIRES lavrante: o pardo ANTONIO SINOENS, oficiàl de pedreiro: o pardo JOÃO DE DEUS, oficiàl de alfaiate: que estes eram as pessoas que unicamente se costuma vam juntar em sua casa a tratar desta traição, porque muitas outras, que também entravam, concorriam na casa dos mais, confederados, como eram o Cirurgião CIPRIANO BARATA, e o lapidario JOSÉ NICOLAU, na de NICOLAU na de LUIS PIRES, aonde também iam alguns dos que frequentavam a dele declarante" (AAPB, vol. 36, p. 601).

Mais adiante, LUCAS DANTAS refere-se à ação de LUIS GONZAGA DAS VIRGENS, que principiara expressando "algumas proposições libertinas e sediciosas, apalpando-lhe o seu ânimo a êsse respeito", e depois "continuara por todos os meses seguintes, até o em que foi preso, trabalhando sempre nesta empresa e em dispor gentes a seguirem o seu partido".

Referiu-se também à ação de MANOEL FAUSTINO DOS SANTOS LIRA, na convocação de gente para o levante, o qual lhe dissera em presença de outros, na tarde do dia 25 de agôsto, "que tinha andado convidando gente para o ajuntamento dessa noite no campo do Dique do Destêrro, que estava vendo que nada se fazia pelo descanso dele declarante a esse respeito" (AAPB, idem, p. 613).

E defendendo-se das imputações que lhe lançavam, a respeito de "aliciações", disse que eram "supérfluas" e revelou que era "o mesmo JOÃO DE DEUS o que as formalizava, levantando mil discursos inverossímeis sôbre a premeditada conjuração, e a cada instante novidades extraordinárias" (AAPB, idem, 614).

Citou uma primeira conferência em casa de LUÍS PIRES,"na qual se tratou a respeito do levantamento" estando presentes, "além do mesmo LUIS PIRES, o pardo MANOEL FAUSTINO, o NICOLAU e êle declarante", e acrescentou LUCAS DANTAS que

(...) "já alguns meses entes o mesmo LUÍS PIRES, na sua mesma casa, onde ele declarante costumava ir, o tinha convidado expressamente para o mesmo levantamento, achando-se então ambos sós; e depois é que prosseguiram as conversações e conferências a este mesmo respeito, continuando a frenquentar a sua casa da mesma sorte , que o mesmo LUÍS PIRES praticava na dele declarante".

Deduz-se que a massa das informações que, de uma forma ou de outra, influenciavam na tomada de atitudes favoráveis ou contrárias ao movimento se desenvolvia por comunicação interpessoal, de indivíduo para indivíduo, como foram as que determinaram a disposição coletiva para o levante. Êsses comunicadores comprometidos na ação revolucionária se viram em determinado momento envolvidos num intenso intercâmbio de informações, e mesmo promovendo-o, seja para ajustar os procedimentos da ação, seja para manter a segurança do sigilo.

As frequentes referências ao nome de LUÍS PIRES, que foi um dos agentes mais ativos na conjuração, indicam também que êle se agrupa entre os comunicadores de maior participação no desenvolvimento da comunicação visando à ação revolucionária. Pelos depoimentos, êle, que não foi preso, nem julgado, nem jamais achado, atuou de forma incisiva no processo de aliciamento de adeptos. Deve-se computar a seu espírito de decisão-atitude favorável para as ações concretas do levante em perspectiva - muito da disposição de que se tomaram os conjurados depois da prisão de LUÍS GONZAGA DAS VIRGENS, exercendo um tipo de liderança prática que pela sua natureza deveria inspi-

rar confiança nos demais.

Aliás, entre tais comunicadores revelava-se um espírito de liderança muito mais objetivo do que entre os divulgadores de idéias, por exemplo.

LUCAS DANTAS conta uma intervenção de CIPRIANO BARATA de efeito protelatório para a eclosão do movimento, que no máximo se poderia dizer, sendo êle intelectualmente mais preparado, tratar-se de uma compreensão mais estratégica da oportunidade prática do movimento.

(...) "tinha assistido com o dito CIPRIANO BARATA a certa conservação, a respeito de levantamento; a qual na Guarda da Praça, juntamente com o comandante dele Tenente Hermogenes de Aguillar e o tenente José Gomes de Oliveira Borges, e nesta ocasião trataram largamente sobre o dito levantamento e sobre a demora dele a respeito do que disse o dito Barata que era melhor que houvesse essa demora, porque quanto maior fosse, maior número de gente se adquiria, a bem da sua realização (...)" (APB, idem, 616).

Talvez por não possuir maior senso de oportunidade, quanto ao desfecho da ação revolucionária, porém com muito mais disposição de ânimo para a rebelião, LUÍS PIRES - o único dos conjurados que não apareceria na relação dos presos e condenados - não só foi um dos articuladores da assembléia(ajuntamento), marcada para o Dique do Destêrro, como também para lá se dirigiu armado de pistola, e parece ter sido o único que assim procedeu, de acôrdo com os relatos históricos. Essa atitude reflete o grau de sua determinação.

"De um, porém, dos mais ativos e audazes, o qual havia querido atirar no Campo do Dique contra o tenente-coronel ALEXANDRE THEOTONIO, que havia várias vezes reunido em sua casa os conjurados, não encontrei o nome na lista dos presos, nem

entre os condenados, pelo que presumo ter conseguido escapar, provavelmente refugiando-se no mundo largo dos sertões. Este conjurado foi LUÍS PIRES que era lavrante estabelecido com loja no Taboão, homem resoluto e enérgico" (Braz do Amaral, op. cit., 98).

Constituiu-se num dos agentes mais efetivos da tentativa de rebelião, com muito fôrça de opinião e decisão: sua casa dividia com a de LUCAS DANTAS e a tenda do alfaiate JOÃO DE DEUS a condição de principal centro de confluência dos conjurados para discussão dos assuntos pertinentes ao projeto revolucionário, troca de informações, e ponto de irradiação de muitas deliberações.

Pelo depoimento de MANOEL FAUSTINO DOS SANTOS LIRA depreende-se que foi LUÍS PIRES que marcou para o Campo do Dique o ajuntamento para o levante.

"ethi logo chegou o dito LUIS PIRES (à casa de LUCAS DANTAS) e disse - He tempo de ver eu a gente que temos; porque se for bastante faremos o levante, aliás nos havemos de calar que não devemos querer ficar perdido; e a revista há de ser no campo do dique da parte do Desterro" (APB, vol. 35, 19).

LUCAS DANTAS informava que LUIS GONZAGA DAS VIRGENS mantinha com LUIS PIRES "uma estreita amizade tanto que frequentava a sua casa a miudo e andava com êle muitas vezes".

Também revelou que, no dia da reunião do Campo do Dique, "não eram ainda oito horas, e que dos que alí estavam, somente LUIS PIRES foi o que tentou atacar o dito Tenente Coronel com as pistolas, no que fôra embaraçado por êle e os mais".

Pouco antes, no dia anterior, quando se articulava a reunião para deliberar sôbre a ação revolucionária definitiva, PEDRO LEÃO teria dito a LUCAS DANTAS que "seu irmão (o tenente Hermôgenes) estava pronto, e saía a aprontar os amigos

para o levantamento, e que isso mesmo ia comunicar a LUÍS PIRES", demonstrando o quanto de responsabilidade tinha êste na organização do levante, como um dos conspiradores mais destacados e decididos.

JOÃO DE DEUS DO NASCIMENTO foi um comunicador de grande capacidade de ação e definição, que difundia os princípios da rebelião com muita tenacidade. A êsse respeito, existem inúmeras referências em depoimentos de conjurados que lhe creditam um papel de liderança destacada no movimento. Possuia um alto grau de predisposição favorável à ação revolucionária, mas revelou-se de consciência pouco prática no processo de aliciamento. Talvez isso ocorresse pela pressa que orientou as atividades dos conjurados depois da prisão de LUIS GONZAGA DAS VIRGENS. Mas, de qualquer maneira, por ironia trágica, a êle se deveu um êrro decisivo no processo de aliciamento, pois dois dos três denunciantes - JOAQUIM JOSÉ DA VEIGA e JOAQUIM JOSÉ DE SANTANA (o outro, JOSÉ JOAQUIM DE CERQUEIRA, foi aliciado por LUCAS DANTAS) - foram por ele convidados para a fracassada reunião do Campo do Dique.

Empenhou-se tanto para essa assembléia que não perdoou os que dela faltaram, como no caso do sargento JOAQUIM ANTONIO DA SILVA, mulherengo, que lá não fôra. "Para isto é que êle tem préstimo; por causa de mulheres, cada qual está pronto para fazer e acontecer é aquilo que tratam com os homens é que faltam", teria dito JOÃO DE DEUS, lamentando-se (cf. BRAZ DO AMARAL, 99).

Entrou na conspiração ao fim de um trabalho desenvolvido por LUCAS DANTAS e FAUSTINO DOS SANTOS LIRA, engajando-se com uma disposição que deu muito alento aos preparativos da rebelião. No seu depoimento, LUCAS DANTAS refere-se a JOÃO DE DEUS como já sendo homem de atitude predisposta à ação rebelde.

(...) "indo o dito JOÃO DE DEUS à casa dele declarante a falar-lhe (...), aí achou a MANOEL FAUSTINO DOS SANTOS LIRA, pardo forro, alfaiate, o qual disse para ele declarante olhando para o dito JOÃO DE DEUS: aqui está um bom para a nossa emprêsa - ao que respondeu ele declarante: não quero saber disso, pois não acho ele capaz de segrêdo - o que ouvindo JOÃO DE DEUS, disse - Eu sou muito capaz para todo, já sei a matéria sobre que vocês tratam, sou homem que já me considero perdido, carregado de querelas, tenho gasto seis centos mil reis, com o livramento, e estou vendo ir até Angola; e essa é a razão, que tenho, de seguir êsse partido; e tenho muita gente que vocês ignoram, para êsse fim, eu os declaro, e os farei ver, para que conheçam quem eu sou" (ANAPB, vol. 36, p. 607).

O historiador LUÍS HENRIQUE DIAS TAVARES cita uma série de episódios em que JOÃO DE DEUS, segundo os relatos, teria manifestado atitudes de rebeldia em público bem ao espírito dos propósitos da conjuração, inclusive com frases afrontosas aos ricos e dando vivas à Liberdade (cf. op. cit. 56/57).

MANOEL FAUSTINO DOS SANTOS LIRA, que ganhou auréola romântica nos relatos, por causa de sua pouca idade, 17 anos, ambora AFFONSO RUY tenha encontrado documento batismal que lhe dá 22, constituiu-se em outro comunicador de grande dimensão na articulação do movimento. "Apurou-se no correr do processo que ele, apesar de ser apenas um adolescente, havia prestado os mais fervorosos serviços à conspiração" (BRAZ DO AMARAL, 100).

Pelo seu depoimento, tem-se a noção exata de sua importância no movimento e de sua identificação com a doutrina revolucionária e pregador eficiente dela. Era um dos participantes mais assíduos das sessões em casa de LUCAS DANTAS e LUÍS

Piros, manteve contatos com os principais divulgadores -- de idéias, como MONIZ BARRETO, CIPRIANO BARATA e o Tenente HERMÓGENES DE AGUILLAR PANTOJA, além de ser, juntamente com JOÃO DE DEUS e LUCAS DANTAS, o mais ativo agente aliciador para a reunião do Campo do Dique.

Sôbre sua participação no levante projetado, êle mesmo confessou que era "participante dêle, e interessante na felicidade que dele se esperava, sendo também o aliciador de algumas pessoas para o mesmo levantamento, em razão de ter aceitado a incumbência que lhe dera para isso o dito LUCAS DANTAS, a quem conhecia por chefe da conjuração (cf. AAPB, vol. 35, p. 15).

Da relação dêsses comunicadores a quem se atribui posição destacada na fase de estruturação prática da ação revolucionária, dois merecem atenção mais circunstancializada: LUCAS DANTAS DO AMORIM TORRES, por ser tido frequentemente como o chefe da tentativa de rebelião, e LUIS GONZAGA DAS VIRGENS e VEIGA, por ser apontado como o autor dos boletins sediciosos lançados na Cidade a 12 de agôsto de 1798, que atestam o uso de meios de comunicação mais evoluídos ampliando o raio da propaganda revolucionária e lhe dando maior consistência, através de canal temporal, de efeito mais duradouro.

De todos os comunicadores dessa fase, que se utilizaram de meios informais para propagação de mensagens revolucionárias, LUCAS DANTAS parece ter sido o de maior consistência ideológica, de visão mais concreta da problemática que motivava a rebelião, e o que manipulava recursos de oralidade com maior eficiência. Era também o que sustentava opiniões de maior expressão política e profundidade filosófica. Utilizava frequentemente uma retórica de sentido prático, relacionada com a problemática vivida por sua raça e classe.

"Queremos repûblica, para respirar livremente, pois vivemos sujeitos e por sermos pardos não somos admitidos a acesso algum e sendo Repûblica há igualdade para todos" - esta frase é atribuída a LUCAS DANTAS, segundo BRAZ DO AMARAL, bem como outra, que mostra a matriz racionalista de seu pensamento revolucionário: "isto de religião é pêta, devemos todos ser humanos, iguais, livres de subordinação".

Santos Lira o dava como "chefe da conjuração, não só por ser quem o convidou e aliciou, mas também pelo modo com que falava nela". E o historiador LUÍS HENRIQUE refere-se a uma passagem do depoimento de JOÃO DE DEUS, em que êste conta ter perguntado a LUCAS DANTAS quem "era o cabeça" do movimento, e êste lhe respondera que "tinha dado princípio", por iniciativa própria (Cf. op. cit., 55).

Estaria com êle a funçãomais objetiva na articulação do movimento. MANOEL FAUSTINO diz que "entrou repetidas vezes a persuadir a êle para o levantamento, dizendo primeiramente que só precisava de duzentos homens, e depois dizia tinha já muita gente", e acrescentava que LUCAS DANTAS "andava congregando e aliciando gente para aquela ação".

LUIS HENRIQUE cita em seu livro uma fala que dá todo o sentido da objetividade do pensamento e da ação de LUCAS DANTAS:

"He fazer huma guèrra civil, entre nós, para que não se distinga a cor, branca, parda e preta, e sermos todos felizes, sem exceição de pessoa, de sorte que não estaremos sujeitos a sofrer hum homem tolo, que nos governe, que só governarão aquelles que tiverem maior juizo, e capacidade para comandar a homens, seja elle de que Nação for, ficando esta Capitania em Govêrno Democrático, e absoluto" - teria êle, LUCAS DANTAS, dito a JOÃO DE DEUS, em presença de SANTOS LIRA.

Foi êle inclusive quem levou a noticia da prisão de LUÍS GONZAGA a uma reunião em casaLUÍS PIRES, de que participavam êste MANOEL FAUSTINO e JOÃO DE DEUS. Entrou e foi dizendo: "Temos notícias funestas. Está preso LUÍS GONZAGA e o foi de tarde no exercício que fez o seu regimento, pois assim me participou ROMÃO PINHEIRO".

Ao que lhe perguntou LUÍS PIRES: "Porque?". E lhe respondeu LUCAS DANTAS: "Porque ha de ser mais homem? Esperaremos que nos vão prendendo um por um, porque elle sabe de todos e ha do descobrir se nós o não resgatarmos da prisão!" (Depoimento de MANOEL FAUSTINO DOS SANTOS LIRA, AAPB, vol. 35, p. 17).

E foi daí que todos entraram em articular o aliciamento para a reunião no Campo do Dique, tendo antes o próprio LUCAS DANTAS oferecido sua casa para realização da projetada assembléia dos conjurados.

No seu depoimento o próprio LUCAS DANTAS confirmou êsse diálogo com LUÍS PIRES, embora na ocasião lhe tivesse êste dito que "todos já sabiam da dita prisão"(AAPB,vol. 36, p.618).

Pelo que se depreende da interpretação e do relato dos historiadores e pelo que se contém nos depoimentos de outros conspiradores, através da devassa, êsse comunicador desenvolveu uma intensa atividade em nível de comunicação direta - recíproca ou unilateral - que resultou talvez no principal elo da corrente de opiniões favorável ao levante, por ser realmente a maior fonte difusora de mensagens de conteúdo revolucionário e um dos mais fiéis seguidores dos princípios que inspiravam a rebelião. Não é sem razão que LUCAS DANTAS E SANTOS LIRA, dos quatro condenados à morte, foram os únicos que não se reconciliaram com a religião, nos momentos finais (AFFONSO RUY, 115).

No depoimento de JOÃO DE DEUS, há um exemplo claro de como LUCAS DANTAS exercia seu papel de liderança e suas habilidades comunicativas no trabalho de convencimento de adeptos.

"Vossê he tolo, eu lhe ensinarei hum modo, com que vossê hade convencer. Quando lhes fallar, digalhes assim: o Povo tem intentado huma revolução, afim de tornar esta Capitania em Govêrno Democrático, nelle seremos felices; porque só governarão as pessoas que tiverem capacidade para isso, ou sejão brancos, ou pardos, ou pretos sem distinção de cor, e sim de juízo, e lhe melhor de que ser governado por tolos, e logo os convencerá" - ensinava êle a João de Deus (Luís Henrique Dias Tavares, op. cit., 56).

Luís Gonzaga das Virgens foi um comunicador que desempenhou um papel altamente significativo: com êle, a propaganda revolucionária saiu do circuito privado das relações entre os conspiradores para alcançar níveis de comunicação pública, ampliando-se o raio de projeção das mensagens pela forma indireta da escrita. Em realidade, os boletins sediciosos, de cuja autoria foi êle acusado, embora sempre o negasse durante a devassa, representam já um grau de evolução no processo de comunicação praticado pelos conspiradores.

Essa tarefa extraordinária para a época, empreendida por LUÍS GONZAGA DAS VIRGENS, será analisada mais adiante no estudo da constituição do público da revolução, mas não se pode deixar de ressaltar a ação dêsse comunicador ao decidir utilizar um meio de maior eficiência e repercussão pública da ação revolucionária que se desenvolvia ao longo das sessões em vários pontos, como dos contatos interpessoais. O círculo do processo revolucionário, que estava fechado, abriu-se com a propaganda dos boletins de LUÍS GONZAGA. Na fase preparatória

para o levante, êle foi não apenas um divulgador de idéias, mas principalmente um difusor de atos e decisões.

Nosseu depoimento êle negou que a dodificação dos boletins lhe pertencesse, diante da acusação das autoridades que se apoiavam no confronto da letra dos manuscritos rebeldes com petições suas dirigidas ao Govêrno. Em sua casa, foram também encontrados diversos cadernos manuscritos e documentos comprometedores, relativamente às idéias e atos para a tentativa de rebelião. Negou firmemente a autoria de todos êsses escritos. No interrogatório, envolveu o nome de outra pessoa, cuja identidade as autoridades não conseguiram apurar - ou não se interessaram por isso (hipótese mais plausível):um tal de Manoel João ou João da Silva Norbona, com o qual privou durante certo tempo, em "frequentes e repetidas práticas".

(...) "e como era um sujeito muito inteligente e instruído, ao mesmo tempo lia as gazetas e mais papéis públicos muitas vezes lhe falava em situação presente dos franceses e ingleses, discorrendo sôbre a igualdade dos homens e humanidade com que deviam ser tratados principalmente sôbre a injustiça de não serem admitidos os pardos a maiores acessos" (...) - (APB, vol. 36, 571).

Apesar não se ter nada de objetivo quanto á existência de João da Silva Norbona, a passagem atesta o quanto Luis Gonzaga deveria estar informado das idéias políticas que sacudiam o século XVIII. Má-fé ou não, as autoridades concluíram que eram de sua autoria os escritos sediciosos espalhados, e, por isso, o condenaram à morte... BRAZ DO AMARAL caracteriza como imprudência êsse ato de propagar os manifestos - "foi a causa de ter sido descoberta a conspiração".

"Ele afixara os escritos pelas paredes e pusera as car

tas revulucionários nas igrejas pensando fazer com isto proveitosa propaganda, para que mais depressa chegassem ao povo os princípios que professava", diz BRAZ DO AMARAL (p.102) acrescentando que a prisão de LUÍS GONZAGA, por causa dos escritos, " foi o motivo de abandonarem os conjurados os planos que haviam concebido, para adotarem o que désse em resultado soltar o companheiro".

Pelo depoimento de LUCAS DANTAS, admite-se que nem mesmo aos companheiros LUÍS GONZAGA revelara o próposito de espalhar os manuscritos, mas isso não é muito certo, porque nada ficou nítidamente configurado a tal respeito, desde quando LUIS GONZAGA negou a autoria dos escritos revolucionários. No entanto, êle não escondia sua alegria em vê-los espalhados, e, o que é mais importante, provocando consequências.

(...) "não obstante os dicursos, que por muitas vezes ouviu fazer a Luís Gonzaga sôbre o levantamente, nunca lhe falara a respeito dos tais papéis, nem lhe consta que praticasse outra coisa com Luís Pires antes quando se lhe tocava neste ponto e depois de espalhados os tais papéis, dizia que não sabia, quem os fizera e publicara; mas ao mesmo tempo mostrava um grande prazer e regozijo, dizendo = que era hum excelente meio de se conseguir a revolução projetada; porque assim se alegravam os povos e iam pouco a pouco acostumando-se a estas idéias de liberdade, independência" - dizia Lucas Dantas, convencido também da autoria de Gonzaga, apesar da ocultação que fez de todos "os seus confederados" - "está intimamente persuadido e publicara, lembrando-se do muito empenho que ele mostrava na revolução, e dos princípios e idéias com que a persuadia" (APB, vol. 36, 595).

O alto poder de influência dêsse comunicador e das mensagens que difundiu, revela-se das próprias razões em que se

basearam as autoridades para condená-lo à morte: "ingerência que teve (...) na vulgarização dos incendiários libelos tendentes a predispor e fomentar a decomposição e quebrantamento da ordem pública, como particular influência na propagação das erroneas e absurdas teorias, que contaminavam os mais amotinadores, animados a transgredir os mais santos e sagrados vínculos da vassalagem."

Além da morte na forca, a sentença determinou que lhe fôssem "depois de morto decepadas as mãos e cortada a cabeça". Condenou-se o líder e seus instrumentos de ação, de onde partiram as comunicações das mensagens revolucionárias que êle difundia.

3.

Existem comunicadores que, pertencendo melhôr ao quadro dos divulgadores de idéias, estabeleceram frequentes contatos com artesãos, militares e escravos, na fase de preparação do levante, São êles: CIPRIANO BARATA, MONIZ BARRETO e o Tenente HERMÓGENES, principalmente.

Diz LUÍS HENRIQUE DIAS TAVARES (p. 53):

(...) "elementos ligados a êsse grupo, ou simplesmente mais informados do que o comum sôbre suas preleções em tôrno da Liberdade e Govêrno Democrático, estenderam os contatos aos soldados que lhes eram subordinados, e êsse é o caso do Tenente HERMÓGENES em relação a MANOEL DE SANTANA, e aos artesãos cujos oficios utilizavam, e êsse é o caso de PEDRO LEÃO e RAIMUNDO BARATA em relação a MANOEL FAUSTINO DOS SANTOS LIRA e a LUÍS PIRES".

Pedro Leão e Raimundo Barata podem ser situados como comunicadores menos influentes. Quanto ao primeiro, prova o fato de ficar na dependência da decisão do irmão, no momento

de decidir quanto à maneira de liberar LUÍS GONZAGA .

(...) " e foram todos, à exceção de JOÃO DE DEUS, à casa do dito Pedro, a quem participaram a dita prisão de LUÍS GONZAGA, pedindo-lhe o seu parecer, acêrca do que deviam obrar , ao que respondeu o dito Pedro = que ia comunicar a prisão ao dito tenente seu irmão, e diria no seguinte dia (o que) se devia fazer" (...) -AAPB, vol. 36, 610).

Quanto ao segundo, parece claro supor-se que,vivendo êle no sertão pràticamente, como negociante, a influência do irmão, CIPRIANO BARATA, lhe foi superior, embora sem muito entusiasmo pelo levante àquela época.

CIPRIANO BARATA era mais de propagar idéias, mais agitador, em suma, mas manteve intensivos contatos com o grupo empenhado em planejar a rebelião, Representava um comunicador de alta potencialidade: "o que se ergue é a imagem do CIPRIANO BARATA incontido, de palavra fácil, conversando e discutindo assuntos de política e de religião" (LUÍS HENRIQUE, 29). Ficou como o estimulador de idéias e atitudes, mas não se envolveu na sedição, na parte de execução prática da revolução. Apesar de menos influente, seu irmão neste ponto foi muito mais objetivo.

É verdade que, nesses contatos, com os rebeldes CIPRIANO BARATA manifestava uma conduta no sentido de dissuadi-los da ação imediata, como foi assim no dia em que MANOEL FAUSTINO lhe comunicou que "nesta Cidade se projetava um levantamento para conseguir-se o direito da liberdade e igualdade". Ao que teria respondido, CIPRIANO: "deixasse semelhante projeto, porque a maior parte dos habitantes deste continente viviam debaixo da disciplina de um cativeiro, e não tinham capacidade para tal ação; e que melhor era esperar viessem os Franceses, os quais andavam nessa mesma diligencia pela Europa, e logo

cá chegarão"(AAPB, vol. 35, 16).

Todavia, não se pode negar que vivia êle em permanentes contatos com os líderes rebeldes, estimulando-lhes a chama das idéias.

FRANCISCO MONIZ BARRETO DE ARAGÃO, mais do que CIPRIANO, manteve relações com os rebeldes nesta fase de preparativos para a rebelião. Como professor de gramática, era um comunicador de grandes recursos na codificação de suas ideias, e até mesmo no exercício de habilidades comunicativas frequentemente apelava para certos recursos retóricos, como é o caso da metáfora que êle usou em conversa com rebeldes, para figurar a idéia de liberdade, conforme revelaram LUCAS DANTÁS e MANOEL DE SANTANA, em seus depoimentos.

(...) " ena presença de todos, o dito professor rompeu dizendo = que ele sabia, onde havia uma pedra grande de ouro, e esta não podia ele tirar por não ter um grande número de gente" e logo reduziu esta frase a sua expressão denotativa, explicando: "Não é pedra (...), nós já queremos pôr em execução hum levante nesta Terra, e foi o da Barra, não o fizemos por ser pouca a gente e se a tivermos agora, podemos fazê-lo, e sairmos muito bem, com que tratem de adquirir gemte, que esta é a pedra preciosa que temos" (depoimento de LUCAS DANTAS, AAPB, vol. 36, 612).

Em têrmos de função comunicativa, essa passagem retrata uma ação decisiva do comunicador no sentido de influenciar pessoas e provocar uma reação, o que nos interessa objetivar.

O Tenente HERMÓGENES DE AGUIAR PANTOJA, como bem afirma o historiador LUÍS HENRIQUE, coloca-se "como o elemento de ligação mais sério entre o grupo de divulgadores das idéias de Liberdade, Igualmente e Fraternidade, e o grupo de soldados e artesãos".

Armado de idéias revolucionárias, bebidas em fontes francesas, e guarnecido de uma patente militar - o que certamente fez minorar sua pena -, foi um comunicador de grande poder de influência entre os rebeldes. Participou das conversas revolucionárias e foi mesmo o ponto de convergência da expectativa dos conjurados no momento de decidir os meios por que liberar o soldado LUÍS GONZAGA DAS VIRGENS.

(...) " na manhã seguinte de vinte e quatro do dito mês de agôsto, passado, o dito PEDRO LEÃO foi à casa do declarante e lhe disse = que seu irmão estava pronto, e saía para aprontar os amigos para o levantamento, e que isso mesmo ia comunicar a LUÍS PIRES, e aos mais, e quase queria gente, que o plano e o mais tudo tinha êle".

Ligando-se êste fato relatado por LUCAS DANTAS e a atitude de PEDRO LEÃO no dia anterior, dizendo que ia comunicar a prisão de LUÍS GONZAGA a seu irmão, "e diria no dia seguinte o que devia fazer", avalia-se o grau de participação do Tenente HERMÓGENES nos momentos decisivos, especialmente para a reunião que se marcaria para o Campo do Dique do Destêrro.

Êle aliás constitui ponto de referência da ação revolucionária em toda a progressão do movimento, seja como divulgador de idéias, seja mesmo como aliciador e articulador de ações, pelo menos no que diz respeito à participação e orientação dos militares envolvidos na conspiração, como fica patente de suas relações com LUCAS DANTAS e MANOEL DE SANTANA.

Quer-se dizer que, na fase capital do movimento de 1798, êsses comunicadores - CIPRIANO BARATA, MONIZ BARRETO e o Tenente HERMÓGENES -, de alguma maneira, tiveram uma participação significativa, que extrapolava a conduta do período de mera divulgação de idéias.

Dentro da visão que se tem expôsto, parece posível classificar os comunicadores da Revolução dos Alfaiates em dois tipos: comunicadores ideológicos - aquêles que se ocuparam da condição de divulgadores de idéias, mas que também marcaram sua presença na fase de preparação do levante, influindo de alguma maneira; e comunicadores ativos, soldados, artesãos e escravos, empenhados nos atos concretos de preparar a rebelião, mas em que teve participação significativa um representante do outro grupo, o Tenente HERMÓGENES DE AGUIAR PANTOJA.

AS MENSAGENS DOS REVOLUCIONÁRIOS

1. Os comunicadores da conspiração de 1798, tanto os da fase de divulgação das idéias, como os da fase de preparação para o levante, praticaram atos de comunicação em que manipulavam conteúdos simbólicos para expressar os seus objetivos, e um nível sómente que lhes permitia o estágio de desenvolvimento econômico da sociedade em que viviam. Transmitiram informações, partilharam conhecimentos, adotaram atitudes utilizando canais variados na codificação e difusão de suas mensagens.

Em comunicação, a mensagem é o produto físico real do comunicador. É o "que" da comunicação. HAROLD D. LASSWELL sustenta que "uma maneira conveniente para descrever um ato de comunicação consiste em responder às seguintes perguntas: quem diz o quê por que canal para quem com que efeito?

No capítulo anterior, analisamos e definimos os comunicadores da conjuração, o "quem" do movimento. Cumpre agora caracterizar as mensagens que êsses comunicadores, codificaram e transmitiram aos seus comtemporâneos, perceptores reais ou potenciais.

Agora, parece oportuno situar o que das comunicações dos revolucionários de 1798. Isto se torna tanto mais determinante, quando se sabe que os cabeças do movimento foram julgados e condenados, em essência, por causa dos comportamentos de comunicação que adotaram. Não se empenharam em nenhuma ação concreta conteúdo revolucionário fora do âmbito da comunicação. Falaram uns com os outros sôbre assuntos

políticos, manifestaram opiniões oralmente ou pela escrita , convencionaram sinais de filiação ideológica enfim comunicaram estados mentais e estados emocionais relacionados com determinados problemas de natureza política.

Colocando de lado os processos de comunicação que serviam ao entendimento mútuo das pessoas na convivência social, as trocas de informações típicas do processo de interação social em nível comunitário, responsáveis pela manutenção e vigência do laço social, parece óbvio qque o estudo da ação dos comunicadores revolucionários deve orientar-se para aquêles comportamentos que envolviam a produção e difusão de mensagens políticas no quadro do desenvolvimento ideológico do movimento.

A produção de taie mensagens pode ser situada a partir dos canais de comunicação, em que foram codificadas.E assim as mensagens devem ser agrupadas genericámente pelo menos em três categorias: mensagens orais, mensagens escritas e mensagens por sinais convencionados.

2. Mensagens orais. Em muitas de suas passagens, os depoimentos contidos nos autos da devassa arrolam comportamentos pelos quais se pode concluir que a quase totalidade dos atos de comunicação dos revolucionários se desenvolveu por contatos orais. É predominante o papel da comunicação oral em todas as fases do movimento, seja na fase da divulgação das idéias, seja na da preparação do levante. A formação de uma consciência revolucionária, ou atitudes de rebeldia, tornou-se possível através do fluxo de comunicações por via direta que se estabeleceu entre os conspiradores. As trocas de informações, os avisos relativos à tomada de certas iniciativas, os compromissos decorrentes dos ajustes de atitu

dos, tudo se originava na sua maior parte dos contatos interpessoais que se produziam nos locais de reuniões - na casa de LUCAS DANTAS, na de LUIS PIRES, na de JOÃO DE DEUS, nos quartéis, nos locais de trabalho ou mesmo na rua - em que os rebeldes costumavam encontrar-se .

No depoimento de MANOEL FAUSTINO, êle faz referências a muitas dessas situações. A certa altura, falando da preparação do levante, diz que "tudo ouvira êle em casa de LUCAS DANTAS" ou em "algumas sessões que lá haviam", onde êle e outros implicados "só falavam na felicidade e liberdade que dêle (do levante) esperavam". Mais adiante, diz FAUSTINO que "conversando com LUCAS DANTAS êste louvava a deliberação dos Franceses". E quanto aos passos do levante", só soube êle por ouvir ao dito LUCAS DANTAS, que andava congregando e aliciando gente para aquela ação".

LUCAS DANTAS, em seu depoimento, conta que o procurara em sua casa o soldado LUIS GONZAGA "e principiara então a expressar a êle algumas proposições libertinas e sediciosas, apalpando-lhe o ânimo a êsse respeito", e depois o procurara repetidas vezes, falando-lhe já mais claro e persuadindo -o à revolução".

São fartas as referências a comportamentos em que a forma típica da comunicação direta - a conversa - constitui o veículo apropriado para expressar a intenção dos comunicadores de influenciar perceptores na tomada de uma deliberação relativa ao progresso do movimento. Era instrumento inclusive que servia à veiculação de informações obtidas por diversos meios - de outras convorsas, de lei tura de manuscritos ou mesmo da leitura de livros e jornais, como a Gazeta de Lisboa. Nesta última hipótese situa-se a passagem do depoi

mento de MANOEL FAUSTINO, em que conta que certo dia", indo êle pela rua das Portae do Carmo, o dito CIPRIANO BARATA,que estava em uma botica, o chamou" perguntando-lhe pôr novidades, e logo lhe informou ter sabido que "o Pontífice foi lançado fora de Roma e supomo que estará morto; e os Franceses vão em grande armada sôbre Inglaterra" deixando no espírito de MANOEL FAUSTINO a impressão de que alguma coisa estava prestes a vir: CIPRIANO o chamara "para participar a brevidade com que poderão vir os Franceses". Essas mesmas suposições poderiam decorrer de conrespondências recebidas,mas CIPRIANO BARATA poderia também retraduzir o que lêra em alguma folha noticiosa, e disso deduzir os acontecimentos.

No seu livro "Introdução ao Estudo das Idéias do Movimento Revolucionário de 1798", LUÍS HENRIQUE DIAS TAVARES afirma que "as idéias dos revolucionários foram divulgadas através da conspiração, das conversas de dois a dois (grifo nosso), de boletins manuscritos e de ações práticas", arrolando entre estas certos tipos de atos, como o incêndio da fôrça no início de 1798, que expressavam um conteúdo de revolta - em suma, comunicação por ação.

Pelos depoimentos, as conversas de dois a dois, e, esporádicamente, até de mais personagens (reuniões) resultavam noutro tipo de comunicação oral, muito útil ao desenvolvimento da conspiração, comofoi o recado. Não só as conversas, como também os recados constituíram instrumentos bastante significativos para o processo de aliciamento de adeptos. Ao lado da situação mais frequente em que alguem, servindo de intermediário, levava um conteúdo informativo a um correligionário do movimento, oponto alto da utilização do recado parece localizar-se nos momentos do aliciamento de pessoas para a frustrada reunião no Campo do Dique do Destêrro.

Quando se tornaram sabedores das notícias funestas, relativas à prisão do soldado LUÍS GONZAGA DAS VIRGENS , levadas por LUCAS DANTAS, que as havia recebido do soldado Romão Pinheiro, à casa de Luís Pires, onde se achava um bom número de agentes da projetada rebelião, a forma escolhida para comunicar o fato e a necessidade da tomada de decisões urgentes entre os correligionários foi justamente o envio de emissários com os recados cautelosos. MANOEL FAUSTINO conta que ficou incumbido de avisar a várias pessoas, não só o acontecido, como a intenção de proceder a uma reunião para a tomada de uma atitude coletiva. Esses recados, cuja matéria era o aliciamento para a reunião no Campo do Dique, se retransmitiam em cadeia, com vistas a alcançar o maior número de pessoas que se comprometesse a ir à assembléia projetada. Um exemplo, entre muitos: por êste meio é que foi avisado o Tenente HERMÓGENES, um dos mais sérios implicados no movimento.

De qualquer maneira, as idéias e os projetos revolucionários circulavam pela forma das conversações e recados, nas casas dos conspiradores mais destacados, ou nas ruas, em vários pontos, formando-se um intenso circuito de mensagens que se tornariam elas próprias a massa real do processo da revolução em perspectiva. E assim o faziam frequentando as casas, conversando sôbre um mesmo objetivo, e retransmitindo o conteúdo dessas conferências a outras pessoas, outros adeptos do movimento.

É o que se depreende e também se comprova de um trecho do depoimento de LUCAS DANTAS, a reipeito do envolvimento de JOÃO DE DEUS:

(...) "êle continuara a frequentar amiúde a casa dele declarante, e repetir conferências a respeito deste mesmo

objeto, o, as quais todas comunicava êle declarante a MANOEL FAUSTINO". (...)

3. Monsagens escritas. Ao lado dos procedimentos de comunicação direta que tiveram um papel preponderante na conspiração e na divulgação das idéias revolucionárias, comunicações indiretas na forma de manuscritos desempenharam também função determinante, apesar das limitações óbvias de conhecimento do códico da escrita pelos contemporâneos do movimento.

Os relatos históricos atestam que, no curso das prisões, foram apreendidos inúmeros manuscritos, ao lado de livros, em casa de muitos dos implicados, como DOMINGOS DA SILVA LISBOA, LUÍS GONZAGA DAS VIRGENS, LUCAS DANTAS, Tenente HERMÓGENES DE AGUIAR PANTOJA, CIPRIANO BARATA, JOÃO DE DEUS e FRANCISCO MONIZ BARRETO, entre outros, principalmente.

Para efeito dessa parte de nosso estudo, pode-se afirmar que tais manuscritos compreendiam correspondências estabelecidas entre conspiradores cartas e bilhetes copias de livros de procedência francesa, que circulavam, de avisos que se espalhavam, listas de adeptos, proclamações de princípios, opiniões pessoais acêrca da situação política, local e internacional, anotações em geral, poemas e outros símbolos grafados.

A comunicação escrita, na forma de cartas e bilhetes, se tornou necessária pelo fato de que a conspiração não se resumiu à área geográfica da Capital da Bahia, mas se estendeu a pregação das idéias por várias localidades do Recôncavo- pelos engenhos, vilas e povoados - onde estavam fixados muitos dos participantes, principalmente alguns de condição econômica elevada, nomes influentes pelo seu status social.

AFONSO RUY cita trecho de uma carta de JOSÉ DA SILVA LISBOA, "de seu retiro de Marê", a CIPRIANO BARATA, que é um

exemplo da atividade conspirativa desenvolvida através da escrita e de sua função na organização do movimento. Dizia SILVA LISBOA na sua carta a CIPRIANO:

"No estado em que se acha Portugal devemos aproveitar a ocasião para proclamar a independência da Capitania. Já deve estar na barra uma esquadra francesa que vem ao nosso auxílio, e deve estar avisado o professor do Rio de Contas, que traz a expedição de 1.000 homens. Ninguém há de lhe dizer a verdade como eu, nem interessar-se tanto pelo bem público. Já o JOSÉ PIRES ALBUQUERQUE lhe deve ter comunicado a resolução dos nossos amigos do recôncavo. Tenha cuidado com FREI JOSÉ e FRAI FRANCISCO na disputa que mantêm quanto ao querer cada qual ser o chefe da Igreja. Por carta de MARCELINO ANTÔNIO sei que está firme. Estou a escrever os artigos do programa de Govêrno" (A. RUY, op. cit., 54).

Essa carta não só veicula informações importantes, como também mostrar o grau de envolvimento do comunicador que a produziu nos preparativos da revolução.

Todavia, a carta serve apenas como exemplo do papel da escrita processo de comunicação à distância, especialmente entre a Capital, o Recôncavo e o sertão, e é de supor-se que, como esta, foram muitas as correspondências que se travaram tendo como objeto a rebelião projetada. Talvez originárias de comunicadores menos informados e autorizados, mas nem por isso, menos significativas.

A escrita serviu ainda da difusão de conteúdos de livros de procedência francesa, como os de ROUSSEAU E VOLNEY, que eram copiados e recopiados, lidos e relidos em reuniões nas casas dos conspiradores para uma audiência constituída de adeptos do movimento; de publicações, como o "Orador dos Estados Gerais", o "Aviso de PITTSBURG" e a "Fala de BOISSY d' ANGLAS " , principalmente , todos "de marcada influência no

movimento", segundo o Professor LUÍS HENRIQUE DIAS TAVARES.

Essas mensagens oriundas de França circulavam intensamente entre os revolucionários de 1798; na fase de divulgação das idéias principalmente.

Todavia, o papel da comunicação escrita adquiriu maior expressão revolucionária no momento em que os conspiradores sentiram a necessidade de lançar suas idéias e propósitos ao conhecimento de um público mais amplo do que o restrito das reuniões de adeptos ou dos contatos interpessoais; quando se tornou necessária a difusão para a conquista do apoio de parcelas da população para a revolução.

Os manuscritos que desempenharam êste papel foram os chamados boletins sediciosos que se espalharam por vários pontos da cidade em agôsto de 1798, de cuja autoria foi acusado o soldado LUÍS GONZAGA DAS VIRGENS. Esses "dez papéis manuscritos" se constituiam de avisos, proclamações e informações que atestavam os passos que o movimento havia dado através de um sem-número de iniciativas anteriores, e, agora, parecia ingressar na sua fase de eclosão.

De outro lado, a extensão do raio de alcance de tais comunicações, tentando agora esclarecer e envolver - por que não despertar? - o povo bahiense demonstrava a determinação de alguns membros do movimento de não mais circunscrever-se ao fluxo das conversas sôbre temas proibidos, empenhando-se na difusão de mensagens através de canais de veiculação pública. Na realidade, emitindo suas mensagens agora através de boletins, e espalhando-os pela Cidade, os revolucionários tornavam a revolução [illegible] projetada um assunto público. A escrita possibilitava a codificação de mensagens mais duradouras e, por isso, capazes de alcançar maior número de pessoas por processos informais de comunicação tendo como referência o que se havia publicado através dos boletins.

A importância dêsse aspecto será melhor analisada na constituição do público das mensagens revolucionárias. De qualquer forma, essas comunicações com suas mensagens codificadas pela linguagem escrita, na época, pelas suas intenções, equivaleram à veiculação de informações por mecanismos impressos, aliás conpensavam a falta dêsses, em razão do estágio de atraso tecnológico da Colônia, que ainda não conhecia o prêlo. Na verdade, os boletins sediciosos foram para os revolucionários de 1798 o seu jornal, seu instrumento de divulgação de idéias e definições para um público mais vasto, que extrapolava o círculo restrito da conspiração, até aquêle momento. Apesar de serem tidos por alguns como "mais petulantes do que sediciosos" (CARLOS RIZZINI, citado por LUÍS HENRIQUE), os boletins se constituiram no mais poderoso instrumento de divulgação dos revolucionários, para conpensar a falta de meios impressos.

"Na época não existia imprensa no Brasil. A porta da colônia estava fechada para GUTTEMBERG; Portugal, absolutista e clerical, proibia a menor publicação, a existência, mesmo, de um simples prelo. Por isso, a publicidade do movimento tinha de se fazer com boletins manuscritos, - e tinha de se fazer, inclusive, porque os revolucionários estavam certos das adesões e apoios de homens de destaque, como eram alguns dos Cavaleiros da Luz" (Luís Henrique Dias Tavares, "Introdução...", 55).

Dissemos há pouco que, com os boletins, os revolucionários optaram pela utilização de um canal de comunicação mais duradouro, porque, tècnicamente, o que caracteriza a comunicação indireta - e a linguagem manuscrita é uma delas é justamente a fixação da mensagem sôbre um suporte material (canal) independente de quem a transmite e que, por isso, dura muito mais do que duraria, se fôsse a mensagem codificada por meios orais (canal espacial). Nesse tipo de comunicação, o

canal temporal: possibilitado pela escrita faz a comunicação ser transmitida através da duração: dura enquanto permitir a duração do canal. Na comunicação oral, e outras formas diretas, a mensagem se esgota no momento mesmo de sua transmissão, está espacialmente limitada.

Por isso é que, no estudo de fatos acontecidos, em passado recente ou distante, torna-se mais fácil relatá - los quando se dispõe de mensagens materialmente codificadas (documentos) para, através dêles, fazer-se a remissão ao acontecido.

No estudo de acontecimentos como a conspiração de 1798, a história só é possível através da manipulação do que ficou escrito. A não ser pelo que foi documentado nos autos de devassa e em vários escritos da época, não se sabe o que continha as mensagens das conversas travadas pelos conspiradores, o que êles disseram uns aos outros. Tudo se esvaiu por falta de algo que os retivesse. Todavia, compulsando o que na época foi escrito torna-se mais fácil conhecer o que êles pensavam, sentiam, desejavam. E nêste caso, com maior expressividade e autenticidade, estão os boletins que se espalharam pela Cidade tratando do projeto de sedição, seus motivos e os procedimentos para sua realização.

Os boletins sediciosos constituiram um avanço na forma como se desenvolveu a propaganda revolucionária em 1798 - e foram mesmo o fundamento para as ações de contra- informação que levaram à tragédia final .

4. Mensagens por sinais convencionados. Como em todos os movimentos dessa natureza, que incluiu um vasto arsenal de operações secretas, os conspiradores de 1798 exteriorizaram seus propósitos (pensamentos e ações) por outros meios de comunicação, além das formas orais e escritas, ou mesmo deram a estas significados que não coincidiam com o uso corren

te:operaram com simbologias materializadas em sinais cuja significação não estava no sistema referencial da maioria das pessoas; mais bem constituiam formas de identificação entre os que seguiam uma mesma ideologia, um mesmo partido.

Essas formas simbólicas que fugiam ao circuito circuito comum das comunicações eram representadas por sinais cuja significação se estabelecia por uma convenção prévia. Os comportamentos são em sua maioria sigilosos porque relacionam-se com assuntos proibidos. Daí a necessidade de, em publico, conhecerem-se a si mesmo os membros de uma seita religiosa perseguida, de uma sociedade secreta, de uma conspiração revolucionária.

Os revolucionários baianos do 1798 usaram meios de se identificar, de comunicar sua filiação partidária, com estruturas simbólicas de uma linguagem especial - tanto sonora , como visual.

Os historiadores relatam procedimentos dos revolucionários de 1798 que representam compertamentos de comunicação possíveis de serem alinhados na categoria de simbologias próprias. No livro de BRAZ DO AMARAL, há um trecho muito exemplificativo do que ora se expõe.

"Alguns afirmam já terem os conjurados uma bandeira composta de três tiras, uma das quais branca entre duas azuis, paralelas à haste, tendo a lista branca uma grande estrelha vermelha com cinco outras menores entre os raios e embaixo a divisa "Surge, nec mergitur". Haviam os conjurados combinado se reconhecerem por certos distintivos, entre os quais se sabe o que consistia em uma argolinha numa das orelhas,barba crescida até o meio do queixo, um búzio de Angola na cadeia do relógio, conhecendo-se assim uns aos outros os franceses, ou mais propriamente, os partidários das idéias novas. Costumavam empregar palavras especiais, em lugar das comumente

usadas para designar certas coisas, sendo uma delas entes, om vez de homens, diotas em vez de assomblôias compativel mente, em vez de compatibilidade, etc., o que [illegible] cia para uma linguagem convencional (grifo nosso), o que já se tinha visto na revolução francesa" (ERAZ DO AMARAL, op. cit., 103)

Pelo que se vê, os conspiradores sentiram necessidade, a certa altura da organização do movimento, de adotar determinadas representaçoes simbólicas para facilitar a comunicação entre si e para dar materialidade às suas [illegible] vês de sinais convencionados. Bandeira, distintivos, búzio de Angola, argolinhas, modificações na aparência fisionômica, como barba crescida, são formas de representar idéias e expressar atitudes que não apenas através da palavra falada ou escrita. Eram signos mediante os quais representavam o seu partidarismo ideológico.

Como também, constituíam recursos simbólicos os comportamentos de linguagem onde determindas palavras adquiriam significações especiais. Tais símbolos, utilizados em suas mensagens, comportavam valores conotativos bem diferentes das significações que as palavras possuíam no vocabulário normal, ou mesmo compreendiam cacoetes verbais cuja chave do significação era apenas conhecida no sistema de referência do grupo do conspiradores. Eram a gíria do movimento, adotada pelos "partidários das idéias novas".

Tocando nêsse ponto da comunicação dentro do movimento de 1798, LUÍS HENRIQUE DIAS TAVARES assinala que os conspiradores "conversavam, trocavam livros, organizavam banquetes pela libordade, comentavam as guerras da França revolucionária e se reconheciam por um búzio, espécie de distintivo ou senha (grifo nosso). Decorreu dessa forma de representação simbólica que o movimento ganhasse, entre as suas denominações, a de Conspiração dos Búzios, por parte de alguns histó

riadores e comentaristas.

De qualquer forma, tais comportamentos de comunicação atestam que os conjurados de 1798 na Bahia não codificaram suas mensagens revolucionárias apenas pela palavra, pelo idioma corrente, o português, mas que, ao lado disso, codificaram também mensagens por sinais visualizáveis, representados por objetos físicos, e deram ainda a determinadas palavras com significações especiais de uso restrito aos elementos de seu círculo, de sua facção política.

E na verdade estavam êles usando uma das faculdades humanas mais importantes - a faculdade de se comunicar através de símbolos (signos), podendo inventá-los a seu belprazer, contanto que para isso estabeleçam convenções. Neste ponto vale lembrar o pensamento de LESLIE WHITE, segundo o qual "todo comportamento humano se origina no uso de símbolos", e por causa dessa faculdade de criar símbolos e com êles se comunicar, todo comportamento simbólico é comportamento humano. O homem é o único ser na natureza que possui essa função - a função simbólica.

Como todo agrupamento humano empenhado em comportamentos de comunicação, os revolucionários baianos de 1798 criaram também os símbolos com que comunicavam suas idéias e atitudes, talvez imitando os procedimentos dos revolucionários franceses, mas, de qualquer forma, estabelecendo um processo mediante o qual certas coisas representavam convencionalmente outras coisas.

"Plumas no chapéu ou divisas na manga podem representar liderança militar; conchas de marisco, braceletes de bronze ou pedaços de papel podem representar riquesa; dois paus cruzados podem representar um grupo de crenças religiosas; botões, dentes de alce, fitas, o corte de cabelo ou o estilo de tatuagem, podem representar afiliações sociais. O processo simbólico permeia a vida humana desde o nível mais primitivo até o mais civilizado " (S. I. HAYAKAWA, "A Linguagem no Pensamento e na Ação", 18).

O comportamento dos revolucionários baianos de 1798, em alguns de seus aspectos, se enquadra perfeitamente nessa abordagem teórica do sistema simbólico do homem.

5. O conteúdo das mensagens. Os historiadores da conspiração baiana de 1798, especialmente LUÍS HENRIQUE DIAS TAVARES, trataram exaustivamente do conteúdo das mensagens revolucionários na tentativa de situar as bases da filiação ideológica do movimento. Com base nessas abordagens, e abandonando os comportamentos de comunicação adotados pelos conspiradores, que se podem colocar na ordem de processos primários (técnicas fundamentais) e se confundem com as próprias relações sociais, conforme o que ensina EDWARD SAPIR, parece que mensagens de conteúdo político prevaleceram nas comunicações daqueles líderes rebeldes.

Nas palestras e reuniões conspirativas, nas conversas de dois a dois, nas cartas e bilhetes, nos cadernos, nos boletins sediciosos, as idéias políticas e os anseios de transformação da ordem social constituíam a matéria ética das mensagens dos revolucionários de 1798.

O historiador LUÍS HENRIQUE DIAS TAVARES, que deu justa ênfase a êsses aspectos do movimento, assinala que "razoes políticas" impulsionaram os propósitos revolucionários e, com base nos boletins sediciosos, alinha que as principais idéias da conspiração "seriam: Liberdade, República, Comércio livre, Igreja desvinculada do Vaticano" ; e, com base na denúncia de Joaquim José de Santa Anna, inclui também" extinção da discriminação racial" e " abolição do cativeiro".

Num desenvolvimento mais circunstanciado, o historiador analisa a presença das idéias de independência, de república, abolição do trabalho escravo e da discriminação racial, instituição do comércio livre e Igreja desligada do Vaticano e do Absolutismo.

Mensagens orais ou escritas, os comunicadores dos idéais

revolucionários as produziram dispondo o código e o conteúdo de las dentro de uma ordem de valores que mais fiel e eficazmente expressassem seus objetivos políticos e sociais.

WILBUR SCHRAMM, um dos mais conceituados teóricos da comunicação, afirma que toda comunicação deve organizar-se dentro de condições "que devem cumprir-se para que a mensagem provoque a resposta desejada" pelo comunicador.

Essas condiçoes compreendem uma formulação e entrega de modo a que se obtenha a atenção do destinatário; emprêgo de signos que se refiram à experiência comum da fonte e do destino, para transmissão do significado; a mensagem deve despertar necessidades da personalidade no destino, sugerindo sua satisfação; satisfação de tais necessidades de maneira adequada à situação de grupo em que está inserido o destino no momento em que se busca a respošta pretendida.

Em nosso caso, houve um momento em que as mensagens dos revolucionários se transmitiram por comunicação oral, para depois alcançar outro nível através da comunicação manuscrita.

Na fase dos divulgadores de idéias, os comunicadores da conjuração baiana procuraram, com suas mensagens de conteúdos político, despertar a atenção de um grupo de pessoas - soldados, artesãos, escravos - para certos temas que envolviam uma problemática de necessidades atuais para cuja solução concorria a situação específica dos grupos atingidos pela comunicação. Esta situação correspondia às necessidades da personalidade de cada elemento que posteriormente se tornaria um dos comunicadores da fase de preparação do movimento para a eclosão do levante.

Essas mensagens na verdade transmitiam as grandes idéias que abalavam o mundo na época, originárias principalmente da França, e que compreendiam temas de grande envergadura política, como eram as idéias de independência, de república, abolição do cativeiro, igualdade e liberdade. A matriz de tal idéario era a

França, como prova o fato de que quem poderia ingressar nas hostes conspirativas deveria possuir "cara de Francez" , e a palavra francês constituía designativo de adepto das idéias revolucionárias que sacudiam o mundo nos fins do século XVIII. Esses princípios eram importados da França, no momento em que punha abaixo o ancien régime - o regime da aristocracia feudalista.

As mensagens contidas nos dez boletins sediciosos representam a súmula das grandes idéias pregadas pela revolução francesa. A Professora Kátia de Queiróz Mattoso, no seu livro "Presença Francesa no Movimento Democrático Baiano de 1798", fez um resumo sistemático do conteúdo das mensagens difundidas por êsses avisos, cuja matéria se repete por vários dêles no que tange às intenções políticas dos conspiradores empenhados na pregação da rebelião. Segundo o levantamento procedido pela pesquisadora, dos dez boletins espalhados, pelo menos oito continham o corpo de idéias e os projetos dos rebeldes baianos, assim distribuídos:

1. Aviso - Declaração dos princípios revolucionários e relação dos que compartilham dêles.
2. Nota - Pede que o Povo faça sua revolução e que o soldado seja melhor retribuído.
3. Aviso - Declaração dos direitos do homem e participação ao povo da vitória francesa.
4. Prelo - Ordena ao Povo que faça sua revolução memorável, e estabelece a punição de pena de morte para todo padre refractário.
5. Prelo - Quase o mesmo texto do 4º, mas acrescenta que o Povo quer que o soldado perceba 200 réis diários de sôldo.
6. Aviso - Garante os direitos dos plantadores de cana, fumo e mandioca, e dos comerciantes. Avisa, porêm, que os adversários da revolução serão novoramente punidos.
7. Prelo - Igual aos avisos nº 4 e nº 5.
8. Prelo - Igual aos prelos nº 4, 5 e 7.

9. Aviso - Declara ser a revolução contra as imposições tributárias da Rainha de Lisboa; contra as limitações impostas ao comércio com países estrangeiros, notadamente a França e traça o quadro do que será a Bahia depois da revolução.

10. Aviso - Estabelece a exigência do soldado ser melhor remunerado e declara que todos serão iguais. (KÁTIA MATTOSO, op.cit. p.145/147).

A Professora KÁTIA MATTOSO ainda arrola os dois bilhetes endereçados ao Prior dos Carmelistas Descalços: um nomeando-o chefe da nova Igreja baiana e proclamando os princípios de igualdade, liberdade e fraternidade que deverão ser por todos respeitados; e outro nomeando-o chefe do Supremo Tribunal da Democracia baiana. Esses resumos, que transcrevemos práticamente na íntegra pela autoridade da fonte, contêm a matéria básica não só das mensagens transmitidas pelos papéis manuscritos, como também o suporte ideológico das comunicações que mantinham os conjurados durante o desenvolvimento da conspiração, seja em conversas, seja em reuniões, ou mesmo nas cópias de livros e discursos que passavam de mão em mão.

Os depoimentos dos implicados alinham inúmeras referências a falas de alguns dos principais líderes em que as principais idéias do movimento se expõem com grande nitidez. LUIS HENRIQUE DIAS TAVARES cita trecho do depoimento de JOÃO DE DEUS, segundo o qual LUCAS DANTAS lhe teria esclarecido o que era "uma revolução":

"E fazer uma guerra civil entre nós, para que não se distinga a cor branca, parda e preta, e sermos todos felizes sem exceção de pessoa, de sorte que não estaremos sujeitos a sofrer um homem tôlo, que nos governe, que só governarão aqueles que tiverem juízo e capacidado para mandar a homens " (L. H. D. Tavares, "Introdução...", p. 13).

Braz do Amaral, de sua parte, afirma:

"As idéias de humanidade, liberdade e igualdade constituiam o fundo da aspiração dos conspiradores de 1798, estavam na bôca dos revolucionários e justificavam as aliciações que faziam, como melhor elemento de propaganda. Era convidando para tomar parte numa reorganização política e social, em que todos haviam de ter os mesmos direitos, e iguais garantias, que se atraíam novos prosélitos" (op. cit. p. 92).

Em seu depoimento, MANOEL FAUSTINO DOS SANTOS LIRA revelou que o objetivo do levante era "reduzir o continente do Brasil a um Govêrno de igualdade, entrando nêle brancos, pardos e pretos, sem distinção de côres, sòmente de capacidade para mandar e governar". Doutra feita, foi à casa do Professor Francisco Moniz Barreto, e êste lá lhe perguntara "se gostavam do sistema dos Franceses e do levantamento que fizeram reduzindo toda a França a um Govêrno Republicano". E disse também que antes disto, "conversando com LUCAS DANTAS, êste louvava a deliberação dos franceses, e principalmente em abandonar a Religião Católica, pois os Portugueses eram fanáticos".

No depoimento de LUCAS DANTAS, êste se refere à alegria de LUÍS GONZAGA DAS VIRGENS ao comentar os boletins espalhados pela cidade; "mostrava um grande prazer e regozijo, dizendo que êste era um excelente meio de se conseguir a revolução projetada, por que assim se alegravam os povos e iam pouco a pouco costumando-se a estas idéias de liberdade e indopendência". E o mesmo LUÍS GONZAGA a êle procurara certa feita, "fazendo-lhe ver as vantagens de um Govêrno onde todos figurassem com igualdade, e o modo com que isto se poderia conseguir, pelo decurso de tempo, atraindo gente a êste partido".

Outro depoente, JOSÉ FELIX, relatou o que lhe explicara LUCAS DANTAS a respeito do que significava instaurar uma república: "É para respirar mais livres: pois vivemos sujeitos, e por sermos pardos não somos admitidos a acesso algum, e sendo República

<u>há igualdade para todos</u>".

Era assim concernente a modificações na estrutura social e política da Colônia a matéria das mensagens contidas nas comunicações que os revolucionários de 1798 travavam entre si ou dirigindo-se ao "Povo Bahiense".

OS PERCEPTORES DAS MENSAGENS REVOLUCIONÁRIAS

Importa agora saber para quem se dirigiam as mensagens produzidas pelos comunicadores da conspiração baiana de 1798. Quais eram os perceptores da comunicação revolucionária? Em suma: quem constituía a audiência daquelas comunicações que se processavam em vários níveis? O público das mensagens, enfim.

Como já foi dito, a propaganda revolucionária se produziu em dois nêveis: 1) a um nível de comunicação interpessoal, através das relações estabelecidas de pessoa para pessoa, isto é: mensagens que se destinavam a perceptores determinados; 2) a um nível de comunicação pública, com as mensagens dirigindo-se a pessoas indeterminadamente, de que foram exemplos típicos os papéis manuscritos que se espalharam pela Cidade em agôsto de 1798.

Como preliminar, parece oportuno indagar se realmente existia um público na Bahia daquela época. A sociologia da comunicação tem colocado que na definição de público, no sentido clássico, há necessidade de pelo menos três requisitos: a existência de uma questão; que essa questão seja posta em debate; e que haja uma opinião coletiva, como resultado. "O público é um agrupamento coletivo, elementar e espontâneo, porque nasce, não como resultado da premeditação, senão como uma resposta natural a uma classe determinada de situação" (HERBERT BLUMER).

Já se disse que as técnicas de comunicação estão estreitamente relacionadas com o desenvolvimento econômico e político da sociedade; isto dizer que o desenvolvimento da comunicação social depende do nível de progesso tecnológico alcançado pelos grupos sociais.

A figura do público surgiu com as transformações sociais e políticas que as nações européias, e particularmente a França, experimentaram na segunda metade do século (XVIII) e princípios do século (XIX). Coincide com o ápice da ascenção política da burguesia e com a instituição da forma democrática de govêrno no mundo moderno. Refletia na esfera política o gênero de competição que se estabelecia na esfera econômica. Na democracia simples, são fundamentais as discussões que se estabelecem na base da sociedade, formando a corrente de opinião em que se sustenta o sistema de poder. A sociedade democrática, em princípio, se assentaria numa formação de públicos, de acôrdo com a ótica política do século (XVIII). O sociólogo Wright Mills equacionou politicamente essa questão:

"A idéia da opinião pública no século XVIII acompanha a noção econômica do mercado livre. No primeiro caso, o público é composto de círculos que debatem a opinião, tendo na cúpula o Parlamento; no segundo, o mercado é composto de negociantes que competem livremente. Tal como o prêço é o resultado das negociações anônimas, e com o mesmo pêso, de indivíduos que oferecem e procuram entre si, assim é o público na opinião pública, em que cada homem pensa as coisas por si, e contribui com seu pêso para a grande formação dos resultados finais, que são a opinião pública. Na verdade, algumas pessoas podem ter maior influência sôbre o estado da opinião do que outras, mas nenhum homem ou grupo monopoliza a discussão, e, embora possa influenciá-la,

nenhum homem, ou grupo, determina a opinião que prevalece" (C. WRIGHT MILLS, "Poder e Política", 228).

Na Bahia do século XVIII, não se podia jamais pensar numa ação de público dessa natureza, porque a própria estrutura econômico-social não permitia. Portugal monopolizava a economia, regia a ordem social e mantinha o poder político segundo os seus desígnios, sem necessidade de consulta ao povo. A ordem colonial era um reflexo do sistema aristocrático de govêrno. O preenchimento dos cargos públicos e dos postos políticos se estabelecia de acôrdo com a vontade do soberano. A filosofia política era a da vontade única e incontrastável da Corôa portuguesa, na linha de todas as monarquias absolutistas.

O estágio de desenvolvimento econômico, com o monopólio do comércio, também não favorecia a uma economia de mercado livre. O comércio era quase práticamente exercido por mandatários da Corôa, ao ponto de VILHENA caracterizá-lo como "privativo aos vassalos da Coroa de Portugal, sem que o possam manter, ou girar à exportação, mais do que para êsse Reino, e algumas das suas colônias, ou senhorios".

VILHENA acrescentava que o corpo de comerciantes existentes na Bahia, por volta de 1798, era de cento e sessenta e quatro homens, mas comentava que "alguns dêstes comerciam só com o seu nome, e com cabedais de personagens a quem seria menos decente o saber-se que comerciam". Parece meridiano que não se poderia falar de livre competição nessa ordem comercial. E não havendo livre concorrência na economia, dificilmente se poderia concober a ordem política vigente tolerando o transito livre das discussões. A regra era a do consentimento silencioso, ou da insatisfação reprimida.

Por outro lado, a precariedade das condições tecnológicas,

restringindo o tráfico das informações, tornava débeis as relações de comunicação e impedia o fluxo público das opiniões individuais. Em razão do próprio estágio da economia, a sociedade baiana do século XVIII não possuia aqueles vastos agrupamentos humanos que decorreram da revolução industrial na Europa, em vertiginosa mudança. Era mais uma sociedade de vizinhança onde prevalecia uma opinião informal, sem outros compromissos que não o da concordância com o statu quo. Por isso, naquela sociedade, não se poderia falar em público no sentido político da democracia clássica. Para os aglomerados urbanos, para as comunidades humanas, seria bem melhor falar em público no sentido amplo de aglomerados de pessoas sempre aptas a se dirigir a um objeto que reclama sua observação, um grupo de pessoas que se pode congregar "em um lugar determinado e a uma hora determinada", em razão de uma circunstância qualquer que desperte sua atenção. Na Bahia de 1798, o que existia era o que se poderia chamar de público presente (GERHARD MALETZKE), algo quase palpável no aglomerado social.

Os revolucionários baianos de 1798 desenvolveram uma liderança exercida na base da opinião informal, porque era o que lhes permitia a estrutura de comunicação da sociedade em que viviam. Na quase totalidade das comunicações que procederam, os comunicadores atuaram no sentido de atingir com suas mensagens perceptores determinados. E parece que êstes, dentro dêsse quadro de comunicação informal, montavam-se na maioria daqueles arrolados no primeiro aviso, que começava com uma injeção de alento: "Animai-vos Povo Bahiense que está para chegar o tempo de falar da nossa Liberdade, o tempo em que todos seremos irmãos, o tempo em que todos seremos iguais", e que "somava tudo" 676, entre soldados, artesãos, funcionários, comerciantes, reli

giosos e homens de letras.

A acreditar-se na veracidade dêsse registro, entre êstes 676 estava a grande parcela dos perceptores das mensagens revolucionárias que se difundiam por vários locais - quartéis, corpos de guarda, tendas de alfaiates, igrejas, casas de LUÍS PIRES e LUCAS DANTAS, etc. Levando BRAZ DO AMARAL, por causa disso, a afirmar que "a sua qualidade de conspiração formada no seio do povo indica como a propaganda das idéias liberais ia ganhando terreno em todas as camadas sociais".

Vivendo numa cidade de pouco mais de cinquenta mil habitantes, essas pessoas empenhavam-se em relações de comunicação, em que prevaleciam as trocas diretas, uma vez que o estágio de desenvolvimento urbano e a própria distribuição das ocupações não suscitavam a necessidade de estabelecer trocas indiretas - relações superpostas de comunicação - para conviverem e sobreviverem. Esses perceptores individuais recebiam mensagens durante as conversas em reuniões, em que se tratavam de assuntos filosóficos e políticos proibidos, ou de pessoas para pessoa, e reagiam à influência dos comunicadores adotando atitudes no interêsse do progresso da conspiração. Estava na boca dos comunicadores mais influentes o cotidiano informativo das idéias e das ações em perspectiva, os comentários sôbre a situação vigente, no Brasil, em Portugal e na França ou Inglaterra, quase sempre temperados com palavras de indignação e gestos de rebeldia.

Fora do âmbito informal da conversação, as mensagens formais que poderiam receber êsses perceptores, notadamente os que se situavam na condição de soldados, artesãos o escravos, resumiam-se a codificações manuscritas, a exemplo dos cadernos copiados, que corriam de mão, e das cartas ou bilhetes. De outro

modo, no máximo, poderiam mensagens formais difundidadas através de livros, que - diga-se - eram geralmente raros. E mesmo, acrescente-se, apesar de um certo número saber ler, seus recursos de decodificação eram quase sempre limitados, pelos motivos óbvios da dificuldade de acesso à educação formal, de que já se falou anteriormente.

Isso ocorria, pelo menos, no que diz respeito à grande maioria dos perceptores, todos êles de baixa condição social, dentro da estrutura de classes dominante. Todavia, no curso do processo de devassa, muitas pessoas se viram envolvidas na condição perceptores de mensagens difundidas através de livros proibidos.

"Muitas pessoas foram citadas no processo sôbre as quais não foram encontradas provas de conivência com os conjurados, mas possuidoras de livros considerados perigosos ao trono e ao altar e apontadas como favoráveis às idéias liberais (BRAZ DO AMARAL, op. cit., III, 103).

A ação dessa liderança informal alcançou seu ponto culminante em duas ocasiões: durante as reuniões que se realizavam com o propósito de difusão de idéias e estabelecer o lastro ideológico da conspiração; e quando se desenvolveu o processo de aliciamento para reunião no Campo do Dique.

(...) " em casa de LUÍS PIRES se reuniam os conjurados para leitura e comentários dos livros que continham doutrinas liberais, instruindo-se êles em comum e tomando para copiar passagens interessantes, capítulos e livros inteiros, às vezes, conforme os cadernos encontrados" (BRAZ DO AMARAL, III, 103)

Pelo visto, os perceptores desenvolveram uma vasta decodificação de mensagens revolucionárias num período de intensa comunicação política, para transmissão de conteúdos ideológicos.

Depois da prisão de um dêsses líderes de opinião informal,

LUÍS GONZAGA DAS VIRGENS, o movimento orientou-se para a ação prática, com os comunicadores (líderes) agindo no sentido de alcançar perceptores sem a necessária organização e objetividade estratégica. Foi o caminho da perdição. A prisão de LUÍS GONZAGA desorientou os outros líderes e embaralhou planos.

"Por isto precipitaram o movimento, prendendo-se os acontecimentos fatais de angariar prosélitos à pressa com consequência das duas denúncias sôbre a convocação feita para o Campo do Dique, do que veio o govêrno a ter certeza de lá terem ido os denunciados, seguindo-se a captura dêstes, o segrêdo, o processo e as condenações" (BRAZ DO AMARAL, III, 102).

A organização rudimentar e a falta de uma estrutura definida ao movimento, em têrmos de ação revolucionária, levou a que ocorressem procedimentos de comunicação que acabaram por atingir perceptores na verdade não pretendidos pelos líderes de opinião que desenvolviam iniciativas com vistas à eclosão do levante. Foi o caso de se terem tornado perceptores, através de comunicações inadequadas, indivíduos que acabaram por se caracterizar como denunciantes. Estão nêste caso os três cujas denúncias às autoridades fizeram abortar a preparação para a assembléia do Dique do Destêrro: JOAQUIM JOSÉ DA VEIGA , JOAQUIM JOSÉ DE SANTANA e JOSÉ JOAQUIM DE SERQUEIRA.

Já se disse que os papéis sediciosos espalhados pela cidade em agôsto de 1798 se constituíram no veículo manuscrito pelo qual os revolucionários tentaram levar suas mensagens políticas a um público mais amplo. Esses boletins sediciosos funcionaram como o jornal do movimento, difundindo informações, idéias, doutrinas, planos e atos revolucionários . O povo bahiense era o público perceptor dêsses meios manuscritos. Os líderes do movimento, através dêsses boletins , nutriam a expectativa

de que suas mensagens atingissem não só as pessoas alfabetizadas, por meio da leitura dos textos, mas também os analfabetas, que seriam atingidos por processos informais de comunicação, pela ação de outros líderes de opinião no circuito das relações interpessoais.

Modernamente, êsses processos se tornam bastante perceptíveis, no campo das comunicações de massas, quando muitos efeitos de comunicação se produzem não pela ação direta dos veículos, mas pela ação de líderes da opinião informal, atuando junto a perceptores diversos. Isso ocorre principalmente com relação à comunicação política, num processo eleitoral. A opinião pública muitas vezes mostra-se sensibilizada pelas mensagens transmitidas por êsses líderes de opinião informal, e as pessoas adotam comportamentos que resultam da informal, e as pessoas adotam comportamentos que resultam da influência dêsses líderes. É o caso do uma pessoas vir a saber das notícias porque lhe conta o visinho, e nêle acredita. Certas pessoas estão sujeitas a influenciar-se mais pela discussão direta, de pessoa para pessoa. É uma questão própria da ação de públicos primários.

"Todos sabem, por exemplo, que certas pessoas, a despeito de classe ou posição social, falam mais do que outras, e que algumas falam a mais pessoas do que outras. Também as opiniões de determinadas pessoas não mais ouvidas, e com mais respeito, do que a de outras. Êses fatos comuns levam-nos à idéias de que entre os vários públicos pode haver <u>líderes de opinião</u> - pessoas que influenciam outras mais do que são por ela influenciadas" (C. WRIGHT MILLS, op. cit., 245).

Apesar de não se estar vivendo na Bahia de 1798 uma conjuntura de sociedade de massas, por fôrça das condições históricas que não permitiam grandes concentrações urbanas de pessoas, parece justo admitir que os conspiradoros buscassem atingir

públicos diferenciados através dos boletins sediciosos, uma vez que sua mensagem visava a perceptores indeterminados pela própria natureza do meio utilizado.

Espalhados por locais de afluência pública, em plena rua, esquinas, paredes, portas, igrejas =, o que se esperava é que fôssem lidos, e suas mensagens repercutidas através das conversas. E talvez por isso constituíssem tamanho objeto de temor por parte das autoridades, que imediatamente começaram agir de forma drástica, preendendo aquêle que apontavam como autor, primeiro a DOMINGOS DA SILVA LISBOA, escrevente, depois a LUÍS GONZAGA DAS VIRGENS, soldado.

De um ponto de vista técnico, êsses boletins representavam uma forma de comunicação indireta, unilateral e pública. A resposta esperada era a adesão ao movimento político que se desenvolvia subterrâneamente. E para conhecer o conteúdo das mensagens, bastava lê-los, pois tiveram carater público, ou ouvir de outras pessoas o que nêles fôra comunicado.

Os perceptores - o público dessas comunicações - deveriam encontrar-se em uma dessas duas situações, à falta de meios de maior raio de alcance, como seriam os meios impressos se existissem, na época.

Pelo seu conteúdo, e propósito dos comunicadores, êsses boletins induziam a certo tipo de comportamento por parte das pessoas que viessem a conhecer as mensagens nêles contidas, de alguma forma.

O historiador LUÍS HENRIQUE TAVARES arrola uma série de testemunhas ouvidas na devassa, que relatavam comentários que se seguiram à distribuição dos boletins. Muitos teriam "ouvido dizer" que os papéis tinham sido espalhados pela cidade, pregados pelas esquinas , ou "sabiam por ser público".

"Essas testemunhas, num conjunto de setenta, embora guardando reservas, ao menos mostram que a publicação dos papéis motivou comentários em toda a cidade do Salvador, a uns impressionando pelo que falavam do soldo dos militares, a outros pelo que referiam do preço da faninha" (L. H. Dias Tavares, "O Movimento Revolucionário Baiano de 1798", 62).

Em têrmos de comunicação, os papéis sediciosos, apesar de manuscritos, representaram uma evolução na propaganda do movimento, e muito mais poderia ter sido alcançado se os revolucionários dispusessem de outros meios de difusão mais rápida e multiplicação de mensagens, como a imprensa. De qualquer forma, constituíam instrumentos de propaganda política, dentro da situação possível, pois, de um ponto de vista prático, possuiam características próprias da propaganda, no intúito de influenciar (persuadir) pessoas e grupos, atraindo sua atenção.

HERBERT BLUMER traça as regras que geralmente se aplicam á propaganda: 1) para implantar um ponto de vista ou uma atitude desejados, é necessário atrair a atenção da gente; 2) o objeto para o qual se atrai o interêsse das pessoas deve ter um caráter favorável e atrativo; 3) as imagens que se usam para influir nas pessoas devem ser simples e bem definidas; 4) deve haver uma repetição constante dos slogans, das palavras chaves ou das imagens; 5) o melhor sempre é não discutir, mas persistir na afirmação e na reafirmação dos pontos de vista.

Não há como negar que os boletins sediciosos de 1798 serviram de instrumento hábil, dentro do contexto social da época, para atrair a atenção das pessoas para um conjunto de idéias e teses políticas. Eram idéias e projetos cujo atrativo era a defesa dos interêsse da maiogia da população: independência, liberdade, república, comércio livre, Estado laico, anti-racismo.

Procuravam influir os perceptores - o povo bahiense - com mensagens de conteúdo simples, objetivas, tratando inclusive dos interêsses materiais da população (preço da farinha, aumento do soldo dos militares). Repetiam frequentemente os slogans da revolução projetada: assinavam os "Entes da Liberdade", "Ó vós Homens Cidadãos", "a Liberdade é a doçura da vida". E, por fim, aplicando ainda fórmula de BLUMER: a característica dos boletins era a constante afirmação dos princípios em que se inspirava a ação revolucionária. Afirmação e reafirmação.

Essa propaganda se desenvolveu no sentido de angariar cada vez mais prosélitos para a rebelião planejada, e também popularizar sua plataforma política. Foram utilizados como instrumentos para formar um público para as comunicações revolucionárias, despertando vocações potenciais e reforçando convicções já estabelecidas - isto é: agindo como um verdadeiro veículo de comunicação pública. Foram o jornal da revolução.

C O N C L U S Õ E S

A análise dos comportamentos de comunicação adotados na chamada Revolução dos Alfaiates, nos têrmos dos vários aspectos que foram tratados nêsse estudo, autoriza o alinhamento de algumas conclusões, seja em função dos subsídios teóricos / que orientaram nossos argumentos, seja no plano da aplicação de vários conceitos consagrados pela teoria da comunicação.

A conjuração baiana de 1798, pela sua natureza histórica, constituiu-se fundamentalmente num acontecimento político, de grande significação dentro de um período importante da história do Brasil. Todas as iniciativas de caráter político, tanto quanto outras que denunciem um clima de mudanças na ordem social, ou de preparação para tais mudanças, envolvem comportamentos humanos que, para se configurarem e produzirem resultados, dependem grandemente dos atos de comunicação que travam os seus participantes. A comunicação social representa mesmo o sistema nervoso que impulsiona o processo político.

Assim, pode-se alinhar como conclusões gerais dêste trabalho:

1. A Revolução dos Alfaiates, em razão dos procedimentos adotados pelos que nela se envolveram ou foram envolvidos, consumiu-se inteiramente em atos de comunicação, isto é: a ação revolucionária não passou dos comportamentos comunicativos dos conjurados.

"Sem ter, assim, grandes episódios, sem ter, assim,/ chegado a eclodir a revolução, é pelo seu corpo de idéias que o movimento baiano de 1798 alteia sua importância em nossa / História" (Luís Henrique Dias Tavares, op. cit., 75).

2. A comunicação oral predominou sôbre todas as outras formas utilizadas, seja na fase de propagação das idéias revolucionárias, seja nos processos de aliciamento de adeptos para a causa da revolução, por ser a Bahia, na época, uma típica sociedade de vizinhança.

As condições econômico-sociais e a precariedade dos meios de difusão favoreceram a que isso acontecesse.

3. Os boletins sediciosos que se espalharam pela cidade constituiram-se na mais expressiva forma de comunicação indireta utilizada pelos comunicadores da conjuração, e desempenharam, para a época, o papel de jornal manuscrito pelo qual os revolucionários difundiram suas idéias e projetos para um público indeterminado - o Povo Bahiense.

4. As mensagens tiveram bàsicamente conteúdo político ideológico, e de reforma da ordem social.

5. Os comunicadores se dividiram em dois tipos: divulgadores de idéias e preparadores da rebelião, nos têrmos das observações já feitas pelo historiador Luís Henrique Dias Tavares, ao pesquisar a conjuração baiana como fato histórico,/ que aceitamos totalmente.

6. Os perceptores das mensagens revolucionárias não / constituiram um público no sentido clássico; comportaram-se = mais como tipo específico de público presente, bastante limitado em seu número, mais propício a se reunir em lugar e hora determinado, para inteirar-se dos atos conspirativos e integrar-se no movimento.

7. Tanto na fase de divulgação das idéias, como na preparação para o levante, predominou a influência de líderes de opinião informal, por fôrça da comunicação direta que marcou o comportamento dos conjurados.

8. Comportamentos simbólicos pela forma de sinais convencionais, sonoros ou visuais, representaram exteriorizações tendentes a resguardar o caráter secreto do movimento.

9. A natureza do sistema de dominação colonial impediu o desenvolvimento dos processos de comunicação e, com isso, representou um grande obstáculo à sedimentação de uma cultura e ao acesso à educação formal, dificultando não só a produção como a transmissão e difusão dos produtos culturais, entre a população baiana.

10. A falta de meios impressos (tipografia) limitou e-

o final do século XVIII - não apenas na Bahia, como em toda a Colônia do Brasil.

G L O S S Á R I O

AUDIÊNCIA — Comportamento de pessoas que têm sua atenção e seu interesse voltados para mensagens oriundas de comunicação oral.

CANAL — Todo suporte material que acompanha a mensagem de um transmissor a um receptor - através do espaço, como na linguagem falada; através do tempo, como na escrita, numa fotografia, etc; ou através do espaço e do tempo, como disco, vidoo-tape, fita gravada etc. Os canais podem ser: naturais - se o receptor imediato da mensagem é homem, através dos orgãos dos sentidos; artificiais: se o receptor é um mecanismo, uma máquina, como por exemplo o telégrafo, o rádio, televisão, etc.(Cf. Abraham Moles).

CODIFICAÇÃO — Ato do comunicador mobilizando mecanismos para colocar sua mensagem em sinais capazes de serem interpretados pelo perceptor. Ex: palavra falada, escrita, movimentos expressivos, etc.

CÓDIGO — É um conjunto sistemático de signos que, arranjados numa estrutura, adquire significação para alguém. Ex: o idioma, o código Morse, os gestos, etc.

COMUNICAÇÃO — Todos os processos pelos quais o homem procura transmitir significação e valores ao seu semelhante (cf. WILBUR SCHRAMM). Pode ser: direta = // quando subordinada à existência de um laço físico entre o comunicador e o perceptor, limitando-se no espaço; indireta - Quando as mensagens estão fixadas em algo independente de quem as transmite (escrita); unilateral - quando inexiste resposta ao que um / comunicador transmite; recíproca - quando existe reciprocidade (conversação); privada - quando o perceptor é determinado claramente pelo comunicador; pública - quando ocorre o contrário, e a mensagem se dirige a quem a ela tiver possibilidade de acesso.

COMUNICADOR — O agente que produz uma mensagem e a transmite.

DECODIFICAÇÃO — Ação do perceptor mobilizando mecanismos para apreender o significado das mensagens. Exemplo: leitura, audição, etc.

ESCRITA — Processo de comunicação por sinais / grafados sôbre determinado tipo de material: papel, madeira, metal, barro cozido, etc.

INFORMAÇÃO — Algo nôvo acrescentado aos conhecimentos de alguém, através do processo de comunicação.

LINGUAGEM — Sistema convencional pelo qual um conjunto de ruídos feitos com o concurso dos pulmões, garganta, dentes e lábios representam acontecimentos específicos do sistema nervoso das pessoas (HAYAKAWA). No sentido lato, linguagem é o instrumento social de que o homem se utiliza para comunicar-se / com seu semelhante.

MENSAGEM — É o produto físico do comunicador = (BERLO): aquilo que se fala, escreve, desenha, demonstra por movimentos, e etc.

ORALIDADE — Processo de comunicação por lingua - gem fônica.

PERCEPTOR — Pessoa ou grupo a quem se destina uma mensagem. Pode ser: pretendido - aquêle a quem o comunicador tem intenção definida de alcançar com sua mensagem, não-pretendido - aquêle que / se inteira de uma mensagem que não / lhe foi dirigida. (Vide pública).

PROCESSO SIMBÓLICO — Aquêle mediante o qual os sêres humanos podem àrbitrariamente fazer com que certas coisas representem outras (cf. HAYAKAWA).

PÚBLICO — Conjunto de pessoas que debatem uma questão, originando-se disto uma opinião coletiva(H.Blumer). No sentido amplo, de amior interêsse para a teoria da comunicação, público compreende as pessoas que se reúnem em um determinado lugar e a uma determinada hora para assistir a uma função qualquer, ou então, os perceptores que -

têm sua atenção voltada para as mensagens difundidas pelos meios de comunicação de massas (jornal, rádio, televisão, cinema, etc)

RUIDO — Perturbação que afeta um processo de comunicação.

SIGNO — Forma de representação pela qual uma coisa substitui outra. Os signos podem ser: ícones, índices e símbolos.

SÍMBOLO — Tipo de signo em que a relação entre a coisa representada e aquilo que a representa é convencional, arbitrária. Exemplo: as palavras. (Conforme ROMAN JACKOBSON).

SINAL — Manifestação física e concreta de um signo qualquer (DECIO PIGNATARI).

B I B L I O G R A F I A

Específica:

AMARAL, Braz do - "Memórias Históricas e Políticas da Provincia da Bahia" Vol.III, Imprensa Oficial do Estado, Salvador- Bahia, 1931. 570 páginas.

ANAIS DO ARQUIVO PUBLICO DA BAHIA— Autos de Devassa do Levantamento e Sedição Intentados na Bahia em 1798. Volumes XXXV e XXXVI. Imprensa Oficial da Bahia, Salvador, 1959 e // 1961. 284 e 640 páginas.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós - "Presença Francesa do Movimento Democrático Baiano de 1798" - Ed. Itapuã, Bahia, 1969. 166 páginas.

RUY, Affonso - "A Primeira Revolução Social, Brasileira - 1798", Segunda edição, Tipografia Beneditina, Cidade do Salvador - Bahia, 1951. 194 páginas.

TAVARES, Luís Henrique Dias - "O Movimento Revolucionário Baiano de 1798", Imprensa Oficial da Bahia, Salvador s/data. 96 páginas.

- "Introdução ao Estudo das Idéias do Movimento Revolucionário de 1798", Livraria Progresso Editora, Salvador, Bahia, 1959. 74 páginas.

B I B L I O G R A F I A

Geral:

AZEVEDO, Thales de - "Ensaios de Antrpologia Social", Livraria Progresso Editora, 1959. 190 páginas.

CALMON, Pedro - "História da Literatura Baiana" , Livraria José Olympio Editora,Rio de Janeiro, 1949. 254 páginas.

CANDIDO, Antonio - "Literatura e Sociedade", 2ª edição, Companhia Editora Nacional , São Paulo,1967. 224 páginas.

CARDOSO, Fernando Henrique e Octávio Ianni - "Homem e Sociedade", Cia. Edito - ra Nacional. 3ª edição, São Paulo 1966. 320 páginas.

COSTA, Emilia Viotti da - "Introdução ao Estudo da Emancipação Política. In "Brasil em Perspectiva", páginas 73 a 139. Difusão Europeia do Livro. São Paulo, 1968.

FRIEIRO, Eduardo - "O Diabo na Livraria do Cônego" , Editora Itatiara, Belo Horizonte, 1957. 256 páginas.

MILLS, C. Wright - "Poder e Política", Zahar Editora Rio de Janeiro, 1965. 250 páginas.

- "A Elite do Poder" - Zahar Editores., Rio de Janeiro, 1962. 430 - páginas.

NOVAIS, Fernando A. - "O Brasil nos Quadros do Antigo / Sistema Colonial".In "Brasil Em - Perspectiva",páginas 53 à 71. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1968.

PONCE, Anibal - "Educação e Luta de Classe", Editora Fulgor, São Paulo, 1963. 196 páginas.

PRADO, JUNIOR, Caio - "Formação do Brasil Contemporâneo" - Editora Brasiliense, São Paulo, - 1965. 400 páginas.
- Evolução Política do Brasil", Ed.- Brasiliense, São Paulo, 1969. 254 páginas.

REIS, P. Pereira dos - "O Colonialismo Português e a Conjuração Mineira", Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1964. 146 páginas.

SILVA, Alberto - "A Cidade de Tomé de Souza", Irmãos Pongetti, Editores - Rio de / Janeiro, 1949. 240 páginas.

SOBOUL, Albert - "A Revolução Francesa" Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1964. 550 páginas.

SODRÉ, Nelson Werneck - "Formação Histórica do Brasil", 5ª edição, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1970. 420 páginas.

VILHENA, Luís dos Santos - "A Bahia no Século XVIII", 3 volumes, Editora Itapuã, Bahia , 1969. 970 páginas.

Comunicação:

ALLPORT, Gordon e Leo Postman - "La Sicologia Básica de los Rumores", in "Proceso y Efectos de la Comunicacion Colectiva", Ciespal,- Quito, Equador, 1964.

BELTRÃO, Luís - "Comunicação e Folclore", Edições Melhoramentos, São Paulo, 1971. 152 páginas.

BERLO, David K. - "O Processo de Comunicação", Fundo da Cultura, São Paulo, 1963.270 páginas.

BLUMER, Herbert - "La Multitud, El Público y la Colectividad", in "Processo y Efectos de la Comunicación Colectiva", Ciespal, Quito, Equador, 1964.

FAGEN, Richard - "Política e Comunicação", Zahar Editorea,Rio de Janeiro, 1971.178 páginas.

HOJIER, Harry - "Linguagem e Escrita", in "Homem, Cultura e Sociedade", organizado por // Harry Shapiro, Ed. Fundo de Cultura, São Paulo, 1966. 432 páginas.

HAYAKAWA, S.I. - "A Linguagem no Pensamento e na ação", Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1963. 196 páginas.

IPANEMA, Marcello e Cybelle de Ipanema - "História da Comunicação". Editora / Universidade de Brasília, 1967. 354 páginas.

JAKOBSON, Roman - "Linguística e Comunicação" Editora Cultúx, São Paulo, 1969. 164 pági - nas.

LASSWELL, Harold D. - "A estrutura e a função de comunicação na Sociedade", in "Cumunicação e Indústria Cultural", org. por Gabriel / Cohn, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1971.

MALETZKE, Gerhard - "Sicologia de la Comunicación Colectiva", 2ª edição, CIESPAL, Quito, 264 / páginas. 1965.

MOLES, Abraham - "Teoria da Informação e Percepção Artística", Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1969. 310 páginas.

PIGNATARI, Décio - "Informação. Linguagem., Comunicação". Editora Perspectiva, São Paulo, 1968. 146 páginas.

PETERSON, Theodore e outros - "Os Meios de Comunicação e a Sociedade Moderna", Edições GRD, Rio de Janeiro, 1966.

SCHRAMM, Wilbur - "Mecanismo de la Comunición", in / "Proceso y Efectos de La Comunicación Colectiva", Ciespal, Quito - Equador, 1964.

- "Seu Desenvolvimento", in "Meios de Comunicação de Massas", org. por // Charles S.Steinberg, páginas 67 a 100. Edt. Cultrix, 1970.

SODRÉ, Nelson Werneck - "História da Literatura Brasileira" Editora Civilização Brasileira, // Rio de Janeiro, 1964. 600 páginas.

="A História da Imprensa no Brasil" Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966. 500 páginas.

WHITE, Leslie A. - "Os símbolos e o Comportamento Humano", in"Homem e Sociedade", op. cit. pag. 180.

VOYENE, Bernard - "A Comunicação na Sociedade Industrial", in "Cadernos de Jornalismo", nº 1, Edição Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1965.

SCHAF, Adam - "Introdução à Semântica", Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968. 480 páginas.